**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA**

Juliana Vinuto Lima

**Entre o “Recuperável” e o “Estruturado”:
classificações dos funcionários de medida socioeducativa de
internação acerca do adolescente em conflito com a lei.**

Dr. Vinuto

Versão corrigida

São Paulo

2014

**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA**

Juliana Vinuto Lima

**Entre o “Recuperável” e o “Estruturado”:
classificações dos funcionários de medida socioeducativa de
internação acerca do adolescente em conflito com a lei.**

(Versão corrigida)

São Paulo

2014

**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA**

**Entre o “Recuperável” e o “Estruturado”:
classificações dos funcionários de medida socioeducativa de
internação acerca do adolescente em conflito com a lei.**

Juliana Vinuto Lima

**Dissertação apresentada ao
Programa de Pós-Graduação em
Sociologia da Universidade de São
Paulo para obtenção do título de
Mestre em Sociologia.**

**Prof. Orientador: Prof. Dr. Marcos
César Alvarez**

(Versão corrigida)

São Paulo

2014

Nome: LIMA, Juliana Vinuto

Título: Entre o “Recuperável” e o “Estruturado”: classificações dos funcionários de medida socioeducativa de internação acerca do adolescente em conflito com a lei.

Dissertação apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Mestre em Sociologia.

Aprovado em:

Banca Examinadora

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Agradecimentos

“Eu quase que nada não sei. Mas desconfio de muita coisa”.

Guimarães Rosa em Grande Sertão Veredas

Eis que, finalmente, chegou o momento de agradecer a todos aqueles que me deram forças para tentar responder às minhas desconfianças.

Agradeço o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), pela concessão da bolsa de mestrado que possibilitou a realização desse trabalho.

Também agradeço ao meu orientador, Marcos Cesar Alvarez, por todo o apoio e por todas as discussões durante o processo de realização da pesquisa. Suas críticas e sugestões, atenção e apoio, permeadas de um humor muito típico, foram indispensáveis para a conclusão desse trabalho.

Agradeço a Fernando Salla, por fazer parte de minha banca de qualificação e ter construído críticas e sugestões que permitiam ao meu trabalho avançar. Também agradeço à Liana de Paula por sua participação em minha banca de defesa, me ajudando a traçar novas possibilidades de pesquisa e fazendo parte de um momento importante de meu percurso intelectual.

À Ana Lúcia Pastore Schritzmeyer, pela participação em minha banca de qualificação e de defesa, além do espaço cedido para discussões de minha pesquisa nas reuniões do NADIR. Agradeço por todo o carinho e disponibilidade, por todas as conversas e desabafos, sem os quais certamente minha pesquisa seguiria por rumos diferentes. Seu encantamento à atividade docente faz com que eu a admire ainda mais, sendo este um dos pontos que mais me deu coragem no percurso de minha pesquisa.

Agradeço também à Profa. Maria Helena Olivo e ao Prof. Fernando Pinheiro, com quem também pude discutir os caminhos de minha pesquisa. Além disso, agradeço imensamente ao Prof. Laurindo Minhoto e à Profa. Fraya Frehse, que ao cederem espaço em suas aulas para meu estágio supervisionado, permitiram que eu tomasse contato com a atividade docente e problematizasse novas questões de pesquisa.

Aos funcionários da Fundação CASA que me permitiram acesso às pastas e prontuários analisados aqui, além de todo o apoio na realização da pesquisa de campo. Em especial, agradeço à Ana Cristina Bastos, Mônica Cukierkorn, Érico Raoni Santos da Silva, Marisa Helena de Oliveira, Vinícius Guimarães e Victor Leonardo Santos de Moura. Agradeço também aos meus entrevistados, que apesar de utilizar aqui seus nomes fictícios, os agradeço com todo o carinho do mundo: Antônio, Fernando, Graziela, Giovana, Karina e Lucas. Também agradeço aqueles que me forneceram contatos e se disponibilizaram a debater minha pesquisa: Adriana Borghi, Daniel Adolfo Daltin Assis, Danila Martins, Fabio Mallart, Geraldo Brito de Souza Junior, Juliana Jacomo, Juliana Machado, Katia Cristina Reis, Marcela Boni, Maria de Lourdes da Silva Roveri, Maria do Carmo Jesus, Mariana Hangai, Marina Moura Paschoalick, Mauricio Olic, Tatiane Cardoso, Thais Lapa, Vitor Callil, Willian Alves Neves e Zulmira Silva.

A todos os meus colegas de turma de mestrado, com os quais pude debater meu projeto inicial de pesquisa. Principalmente, agradeço a algumas pessoas com quem tive a oportunidade de debater mais detidamente os caminhos e descaminhos de minha pesquisa, além de tornarem o mundo da pós graduação mais colorido: Adriana Leite, Flávia Brites, Ivonne Cáceres e Pedro Pires. Faço um agradecimento especial à Maysa Rodrigues e Natália Romanovski que aguentaram muitos desabafos, me incentivando em todos os momentos. O caminho seria muito mais difícil sem todos vocês!

Agradeço a todos que tão carinhosamente se disponibilizaram a ler e discutir mais detidamente meu texto: companheiros e companheiras de NADIR, Juliana Tonche, Luiza Ferreira Lima, Mário Cheetara, Mario Vilarruel Rafael Mantovani, Thiago Matioli e Veridiana Domingos. Sem a leitura atenta e a perspicácia sociológica de todos vocês eu não chegaria até aqui. Nesse sentido, faço um agradecimento especial a Rafael de Souza que, de forma muito persistente, sempre me ajudou a pensar criativamente minhas questões. Nossas conversas trouxeram mais leveza e alegria ao difícil cotidiano acadêmico.

Agradeço também aos grandes amigos que ganhei durante o período da graduação em Ciências Sociais, que se fizeram presentes durante todo o

trajeto da pesquisa de mestrado. Em especial, agradeço à Carolina Adania, Luana Reis e Samira Bueno, com quem tive a oportunidade de discutir mais detidamente o meu trabalho e que me apoiaram imensamente, desde as primeiras ideias que nasceram durante a graduação. O apoio de vocês me deu forças para continuar!

Ao apoio de meus amigos inseparáveis, que me ajudaram a olhar sob novas perspectivas meus problemas acadêmicos, cujo humor e carinho foi de extrema importância para que eu superasse os mais difíceis problemas, inclusive acadêmicos. Falar sobre minha pesquisa com vocês, seja em ambiente acadêmico, profissional ou de lazer, fez toda a diferença: Alberto Brito, Angélica Pedro, Eduardo Nascimento da Silva, Emília Bretan, Guaracy Mingardi, Joice Santana, Joyce Saraiva, Luciana Lisboa, Luiz Lourenço, Patrícia Cassemiro, Paulo Cabral, Ricardo Alves, Roberto Alves, Rosangela Santos, Samuel Tamotsu, Silmara Lincoln e Stela Ferreira. O carinho por vocês vai muito além da realização dessa pesquisa.

Também agradeço com todo o carinho do mundo aos meus principais interlocutores, Bruna Gisi Almeida e Thiago Oliveira. O dia a dia da pesquisa de campo foi muito fácil por eu estar acompanhada de pessoas tão competentes e especiais como vocês. Saber que eu contava esse apoio, tanto para abrir o coração em nossas “sessões de terapia sociológica em grupo”, como para debater teoria e metodologia, me deu muita confiança durante o processo de pesquisa. Vocês me ajudam a ser uma pesquisadora melhor, obrigada!

Por fim, agradeço a meus pais, Seu Francisco e Dona Francisca, que de forma muito particular me apoiaram no caminho que eu escolhi seguir. Foram vocês que me ensinaram a viver neste mundo cheio de dificuldades, passar por todos os obstáculos que se impuseram, a entender na prática o que são essas tais “estrutura” e “agência” que tão abstratamente perpassam as discussões no mundo acadêmico. Também agradeço à minha segunda família, Rúbia Basílio e Renata Basílio, que me deram um segundo lar e a felicidade de ser aceita em um mundo novo, com todo o carinho do mundo. E agradeço, enfim, a Fabrício Basílio, amigo e companheiro de todos os momentos. Cada palavra que escrevi, cada frase que formulei, cada insight que tive, tudo foi compartilhado com vc. Você esteve ao meu lado em todos esses meses de trabalho duro, e

eu não teria conseguido sem vc! Obrigada por confiar em mim desde o início! É sua companhia e estímulo que me faz acreditar.

"Confesso também minha rotunda ignorância das leis, embora um princípio de direito estabeleça que a ninguém é lícito ignorá-las. Ouso dizer mais, sr. Prefeito: a população em peso, toda a humanidade, salvo os legisladores, e até esses, as ignoram. (No caso, oitocentos artigos e três mil parágrafos são muita coisa, em comparação com a brevidade da vida.) A lei, por sua vez, nos ignora a todos, dispondo isso e aquilo sem nos consultar se podemos cumpri-la; e até se ignora a si mesma, deixando de aplicar-se."

Carlos Drummond de Andrade.

Resumo

LIMA, Juliana Vinuto. **Entre o “Recuperável” e o “Estruturado”**: classificações dos funcionários de medida socioeducativa de internação acerca do adolescente em conflito com a lei. Dissertação (Mestrado em Sociologia). São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2014.

O objetivo deste trabalho é compreender a forma como o adolescente em cumprimento de medida socioeducativa de internação é socialmente construído pelos funcionários que atuam ao final do processo de implementação de tal medida, como psicólogos, assistentes sociais, professores e agentes de apoio socioeducativo, ou seja, por aqueles que executam e vivenciam, a seu modo, a medida socioeducativa determinada pelo Judiciário ao adolescente. Dessa forma, intenciona-se acessar as formas como tais funcionários atribuem sentido às atitudes do adolescente com quem interagem cotidianamente, compreendendo as categorias e classificações produzidas e/ou reproduzidas por este grupo profissional ao delimitar direitos e deveres do adolescente internado.

Dessa forma, entende-se aqui que as lógicas classificatórias utilizadas por tais funcionários mostram-se como fontes para julgamentos e atitudes, construindo um sistema de interpretação. Nesse contexto, objetiva-se compreender as classificações mobilizadas por tais funcionários, bem como as formas como tais classificações são instrumentalizadas no cotidiano da medida socioeducativa de internação.

Palavras-chave: Funcionários de medida socioeducativa, medida socioeducativa de internação, adolescente em conflito com a lei, classificações, punição.

Abstract

LIMA, Juliana Vinuto. **Between “rehabilitatable” adolescents and the “crime-structured” ones**: categorizations of the employees on social-pedagogical measure of confinement concerning youth offenders. Dissertation (M.A. in Sociology). São Paulo, Faculty of Philosophy, Languages and Human Sciences, University of São Paulo, 2014.

The goal of this research is to understand how confined juveniles are socially constructed by the employees who work in the end of the implementation process of the confinement measure, such as psychologists, social assistants, teachers and and social-pedagogical agents. These are the ones who execute and experience the social-pedagogical measure of confinement determined by the Juvenile Court. Therefore, I aim at understanding how these employees attribute meaning to the actions of the adolescents with whom they constantly interact, comprehending the categories produced and/or reproduced by this professional group – considering that they are responsible for creating the confined adolescents boundaries of rights and duties.

Therefore, I understand the categorization logics used by these employees as sources for judgments and actions, creating an interpretation system. It is considering this context that I intend to comprehend the categories used by the employees, as well as to understand how these categories are used during the day by day of the social-pedagogical measure of confinement.

Key words: Social-pedagogical measure employees; social-pedagogical measure of confinement; juvenile offenders; categorization; punishment.

Sumário

1. Considerações iniciais, p. 14.

Afetos e interesses, p. 14.

Objetivos da pesquisa, p. 17.

2. Os funcionários que atuam em medida socioeducativa de internação, p. 25.

A relação social produzida durante a execução de medida socioeducativa, p. 25.

O final do processo de implementação de políticas públicas voltadas ao adolescente em conflito com a lei, p. 31.

O funcionário de medidas socioeducativas no Brasil, p. 39.

O funcionário de medida socioeducativa de internação na literatura acadêmica pós-ECA, p. 44.

O processo seletivo para o trabalho em medida socioeducativa de internação, p. 54.

Os regimentos internos, p. 64.

3. O adolescente em conflito com a lei como sujeito de intervenção, p.68.

A construção social de uma figura desviante, p. 68.

O Adolescente, p. 70.

O adolescente em conflito com a lei no Brasil, p. 73.

Caracterização do adolescente internado, p. 75.

4. Classificações dos funcionários de medida socioeducativa sobre o adolescente nomeado como em conflito com a lei, p. 84.

A construção do adolescente em conflito com a lei em relatórios institucionais, p. 87.

Caracterização dos relatórios utilizados, p. 89.

Transformando interações em relatórios, e relatórios em interações, p. 96.

A construção do adolescente em conflito com a lei em narrativas de funcionários, p. 117.

Caracterização das narrativas coletadas, p. 119.

Representações, experiências e as hesitações em classificar, p. 127.

O Recuperável e o Estruturado, p. 154.

5. Considerações finais, p. 172.

6. Referências bibliográficas, p. 174.

7. Anexos, p. 186

Anexo 1: Brasileiro bonzinho?, p. 186.

Lista de tabelas e gráficos

Atos infracionais registrados, p. 77

Número de Passagens na Instituição, p. 79

Co-Partícipes, p. 79

Cor da Pele, p. 80

Referências ao Pai e à Mãe, p. 81

Referências ao Pai, p. 81

Referências à mãe, p. 82

Uso de Drogas, p. 82

Quantidade de documentos analisados (Por Tipo), p. 94

Afetos e interesses

Durante parte considerável da minha adolescência pude ouvir diversas histórias sobre pessoas presas, inclusive sobre adolescentes presos. Isso acontecia por meio de fofocas, conselhos, confissões e desabafos, que me permitiam acessar histórias de colegas e vizinhos. Tais histórias, quanto mais próximas de minhas relações pessoais, mais profundamente me marcaram, das mais diversas formas possíveis, e foi nesse período, tive alguns colegas escola que foram presos. Muitas dessas histórias são contadas e reformuladas até hoje, como a de que um desses amigos trabalha atualmente como pintor, ocupação que teve oportunidade de aprender durante o tempo em que esteve internado na FEBEM. Lembro-me também de uma conversa que tive nessa época com uma colega que namorava um rapaz ligado ao tráfico de drogas. Ela, chorando, desabafava que não aguentava mais namorar alguém do mundo do crime¹, sendo que este estava desaparecido há alguns dias. Tempos depois, o corpo desse mesmo rapaz foi encontrado em um bueiro de um bairro vizinho, esfaqueado.

Essas e várias outras histórias são rememoradas em muitas das vezes em que converso com meus amigos de infância. De fato, todas essas histórias não marcaram apenas a minha trajetória, mas a de toda uma geração de adolescentes, hoje adultos, que viveram em meu bairro. Provavelmente por isso, a imagem de um adolescente preso sempre foi algo normal para mim, sem a característica de crueldade com a qual é construída por grande parte da mídia. Sempre achei que tal “normalidade” se originava devido a minha

¹ A expressão “mundo do crime” refere-se à Ramalho (2002), que analisou os significados do mundo do crime sob a ótica de seus protagonistas. Neste contexto, a oposição entre mundo do crime e mundo do trabalho é de suma importância, pois enquanto situar-se no primeiro é estar deslegitimado, o segundo representava a via de retorno à legitimidade social. “Discute-se aqui, não só a versão do criminoso sobre o mundo do crime e suas formas de manifestação na prisão, como também as formas pelas quais sua consciência capta a situação num contexto mais amplo, em que a origem social tem um peso fundamental na sua identificação enquanto delinquente” (RAMALHO, 2002, p. 12) Também pode-se observar o termo em Feltran (2008): “Trata-se de expressão que designa o conjunto de códigos sociais, sociabilidades, relações objetivas e discursivas que se estabelecem, prioritariamente no âmbito local, em torno dos negócios ilícitos do narcotráfico, dos roubos, assaltos e furtos”.

proximidade com muitos adolescentes rotulados como “em conflito com a lei”. Porém, durante minha trajetória pessoal e profissional foi possível observar que os funcionários das instituições que executam medidas socioeducativas também detêm proximidade diária com estes, porém tal proximidade é de qualidade bem diferente da que eu detive durante a minha adolescência. Isso provavelmente altera todo o quadro. Por exemplo, a relação que eu detinha sempre me fez pensar que as práticas de torturas e maus tratos, tão noticiados pela mídia e atribuídos aos funcionários de instituições de medida socioeducativa de internação, não poderiam ser aceitas, sob qualquer circunstância. Mas será que tal quadro é pintado apenas com torturas e maus tratos realmente? Este foi parte do contexto que me despertou interesse neste tema: provavelmente a relação entre funcionários e adolescentes encarcerados fomentaria uma forma específica de representar o adolescente em cumprimento de medida socioeducativa, o que pode influenciar o tratamento do segundo para com o primeiro.

Nas disciplinas que cursei durante a graduação em Ciências Sociais, pude aprofundar esse interesse e me questionar sobre outros pontos relacionados ao que posteriormente vim a conhecer como a construção social do adolescente em conflito com a lei. Percebi que, da mesma forma que a mídia pinta em cores fortes o adolescente que comete infrações, também pode forçar o tom no que se refere aos funcionários das instituições de internação para tais adolescentes. O interesse em compreender a relação entre adolescente em conflito com a lei e a instituição na qual este cumpre sua medida socioeducativa, personificada nos funcionários dessa instituição, foi o pontapé inicial para a produção desta dissertação. No meio do caminho, vi-me obrigada a modificar, adaptar, reforçar e aprender muitas coisas para que este trabalho fosse concluído, sendo que tentarei expor ao máximo todo este processo, mesmo sabendo que é impossível expor todas as informações e detalhes vivenciados no processo de pesquisa. É neste intuito que, antes de expor os objetivos e os dados oriundos de meu trabalho de campo, considere importante explicitar alguns de meus afetos e interesses relacionados a este tema de pesquisa – que provavelmente são mais numerosos do que consigo perceber –, pois considero esta uma parte importante do trabalho sociológico.

Acredito, como Howard Becker (1977, p. 11), que “o trabalho que um sociólogo faz origina-se no contexto da totalidade de sua vida”. Nesse sentido, acredito que a pesquisa é sempre influenciada por nossas simpatias pessoais e políticas e, por isso, não tenho intenção alguma de fazer um trabalho imparcial nesta dissertação.

Porém, há ainda mais interesses sociológicos no estudo dos funcionários que atuam ao final do processo do atendimento aos adolescentes que cumprem medida socioeducativa de internação. Como minha preocupação política com este trabalho é compreender o tratamento voltado ao adolescente em cumprimento de medida socioeducativa, estudar o final do processo de implementação das políticas públicas voltadas ao adolescente em conflito com a lei mostra-se pertinente por acessar perspectivas ainda pouco exploradas em pesquisas brasileiras sobre o tema, como, por exemplo, a posição dúbia ocupada por esses funcionários dentro do quadro burocrático punitivo estatal, no qual ao mesmo tempo em que têm possibilidades limitadas de exercer seu poder frente aos indivíduos que criam as políticas e que gerenciam a execução da medida socioeducativa, também tem maior possibilidade de impor sua definição de situação na relação com o adolescente encarcerado.

Tal perspectiva fornece muitas possibilidades analíticas sobre a forma como o poder estatal é vivenciado no cotidiano de uma instituição executora de medida socioeducativa de internação. Becker (1977) nomeia como “hierarquia de credibilidade” a situação em que, em qualquer sistema de grupos, são os membros do grupo reconhecidamente mais alto, usualmente com cargos de chefia e que detêm mais poder, que parecem ter o direito de definir a forma como as coisas realmente são, como se os membros dos grupos mais baixos acessassem a informação de forma incompleta. Dessa forma, apesar de sempre haver resistências, parte considerável dos indivíduos está moralmente inclinada a aceitar a definição de realidade imposta por um grupo superior, em detrimento das definições aceitas pelos grupos subordinados. “Assim, a credibilidade e o direito de ser ouvido estão diferencialmente distribuídos pelos níveis do sistema” (BECKER, 2007, p. 123). Nesse sentido, quando não se acata essa hierarquia de credibilidade, expressa-se desrespeito pela ordem estabelecida como um todo. Porém, para os propósitos desta pesquisa,

acredita-se que, ao não respeitar tal hierarquia de credibilidade – ou seja, ao não pesquisar os formuladores de políticas voltadas ao adolescente internado ou a equipe dirigente da instituição executora de medida socioeducativa - torna-se possível observar uma dimensão ressignificada em relação à proposta oficial das políticas públicas ou leis, em que mesmo que o âmbito político molde os padrões de decisão, a discricionariedade e as demandas cotidianas dos funcionários que atuam ao final do processo de atendimento podem afetar a qualidade dos benefícios e as sanções possíveis aos adolescentes. Nesse sentido, ao estudar tais funcionários, é possível compreender a forma como a punição estatal é vivenciada na prática desses atores, indo além da compreensão sobre como a punição é normativamente imposta. Em suma, ao estudar tais funcionários mostra-se possível visualizar uma nova perspectiva sobre o exercício do poder punitivo estatal, alterando a hierarquia de credibilidade deste cenário².

Objetivos da pesquisa

O objetivo deste trabalho é compreender a forma como o adolescente em conflito com a lei é socialmente construído pelos funcionários que atuam ao final do processo de implementação da medida socioeducativa de internação, como psicólogos, assistentes sociais, professores e agentes de apoio socioeducativo. Ou seja, pretende-se acessar as categorias e classificações produzidas e/ou reproduzidas por um grupo profissional que está em constante contato com o adolescente internado, atribuindo direitos e deveres deste no cotidiano da execução da referida medida.

Neste contexto, acessei algumas classificações mobilizadas por estes funcionários a partir de dois materiais: relatórios institucionais sobre o adolescente e entrevistas. Pude ter contato com os referidos relatórios a partir

² Existem outros autores que também desenvolveram pesquisas alterando a credibilidade dos grupos estudados – mas nem sempre nomeando da maneira formulada por Becker (2007). Por exemplo, Foote Whyte (2005), ao estudar uma área pobre e habitada principalmente por imigrantes italianos, opta por executar sua pesquisa juntos aos moradores, ao invés de fazê-la junto aos políticos, líderes comunitários, ou a partir de notícias de jornal ou estatísticas oficiais, para mostrar uma nova perspectiva. Outro exemplo aparece em Goffman (2010), em seu clássico trabalho sobre instituições totais, na qual afirma que grande parte dos estudos sobre o tema foi abordado à partir da equipe dirigente dessas instituições, o que deforma e enviesa todo o quadro.

do Núcleo de Documentação do Adolescente (NDA), situado no Centro de Pesquisa e Documentação (CPDoc) da Escola para Formação e Capacitação Profissional (EFCP) da Fundação Centro de Atendimento Socioeducativo ao Adolescente (Fundação CASA), que desde 2006 substitui os trabalhos da Fundação Estadual para o Bem Estar do Menor (FEBEM- SP), antiga instituição responsável pela execução das medidas socioeducativas no estado de São Paulo. Já para a execução das entrevistas, utilizei-me da técnica bola de neve a fim de conseguir realizar contatos com pessoas que trabalham ou que já trabalharam na FEBEM-SP ou na Fundação CASA. Como exporei com mais detalhes, tanto nos relatórios como nas entrevistas foi-me possível acessar muitas das classificações mobilizadas por estes funcionários para atribuir sentido ao comportamento do adolescente internado.

A partir de pesquisa de campo em que estive imersa em pastas e prontuários, relatórios, roteiros e gravações de entrevista, leis, livros, reportagens, portarias, editais e provas de concurso, regimentos internos etc., pude acessar compreensões alternativas sobre os significados da punição aplicada aos referidos adolescentes. Essa punição, colocada no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA, lei no 8.069/90), tem um sentido dúbio, pois apesar de ser compulsória e involuntária, é normativamente perpassada por uma dimensão pedagógica. Como afirma Paula (2004, p. 46):

Inseridas na doutrina da proteção integral e direcionadas aos adolescentes considerados em situação de risco social e pessoal, as medidas socioeducativas apresentam um duplo caráter. Por um lado, há a dimensão punitiva, que prevê uma penalidade compulsória diante do cometimento de ato infracional. Ao definir esse ato como a conduta descrita como crime ou contravenção penal, o Estatuto estabelece uma íntima relação com o Código Penal, fazendo deste a base sobre a qual se edifica a socioeducação. Por outro lado, há essa dimensão pedagógica que, ao conceber o adolescente como uma pessoa em desenvolvimento, procura assegurar que a punição seja educativa.

Nesse sentido, essas formas de punição³ nomeadas como medidas socioeducativas, que se pretendem alternativas⁴, modelam, de alguma forma, a

³ Para o aprofundamento da dubiedade entre caráter punitivo e pedagógico, ver ALMEIDA, 2010; PAULA, 2011.

relação social entre o adolescente em medida socioeducativa e o funcionário do Estado responsável por auxiliá-lo no cumprimento da mesma. Os papéis desses atores serão mais bem delimitados posteriormente, mas mostra-se importante expor esta premissa desde já, dada sua centralidade para o problema de pesquisa a ser trabalhado aqui. A tese de que a medida socioeducativa cria e influencia a caracterização da relação social existente entre esses dois sujeitos têm consequências analíticas importantes, como a necessidade de se estudar a forma como cada uma das partes se definem nesta relação, e se as interações entre estes, bem como as representações decorrentes desta situação, influenciam de alguma forma a eficácia e eficiência da medida socioeducativa. É neste debate que pretende se situar esta pesquisa, dando um primeiro passo ao estudar parte desse problema, ou seja, compreender o que uma das partes – no caso, o funcionário de medida socioeducativa de internação – pensa sobre o outro ponto desta relação, problematizando possíveis consequências na execução da medida socioeducativa e na própria interação social produzida.

Ressalto que não intenciono compreender o grupo de “adolescentes em conflito com a lei” nem o de “funcionários de instituições de medida socioeducativa de internação”, mas tenho por objetivo estudar as lógicas classificatórias produzidas pelos segundos para atribuir sentido ao comportamento dos primeiros. Mais especificamente, este trabalho foca nas classificações construídas por parte desses funcionários, durante o contato cotidiano com o adolescente internado, a fim de compreender a forma como este é rotulado, já que tais classificações permitem e influenciam as interações diárias entre esses indivíduos, que detêm poderes, direitos e deveres diferenciados.

Dado este objetivo, não há uma preocupação aqui com o perfil destes adolescentes, as causas de seu ato infracional, ou qualquer outra questão individual, pois leva-se em alta conta neste trabalho o poder de seletividade

⁴Durante várias conversas informais com funcionários ou ex-funcionários de medida socioeducativa de internação, a ideia de que esta medida socioeducativa seria apenas um nome politicamente correto para o que na realidade seria uma prisão foi recorrente nos argumentos levantados. Além disso, alguns pesquisadores defendem que, na prática cotidiana, a punição voltada a adolescentes é menos distinta da punição voltada para adultos do que a legislação pretende. Para maiores informações, ver MALLART, 2014.

social no recrutamento de determinados grupos para a medida socioeducativa, que é perpassado por questões de classe, cor, gênero, etc.⁵ Um dos pressupostos deste trabalho é que as questões de seleção e rotulação são complexas e multifacetadas, pois o que é considerado desvio em uma dada sociedade tem relação direta com ações de vários outros grupos sociais (BECKER, 2008). Em suma, não se consideram nesta pesquisa os atos dos adolescentes em si, mas a partir da construção social dos mesmos. É esta construção social que permite interpretar certos atos como crimes, em detrimento de muitos outros possíveis, variando de intensidade de acordo com os grupos que praticam tais atos rotulados como criminosos e dos grupos que se sentem lesados pelos mesmos.

Nesse contexto, esta pesquisa tem por objetivo compreender, por meio de metodologia qualitativa e de análise da teoria sociológica existente, a construção social do adolescente em conflito com a lei por aqueles que executam e vivenciam a seu modo a medida socioeducativa determinada pelo Judiciário. Tratam-se de funcionários que interagem cotidianamente com este adolescente e cujas representações sobre o mesmo influenciam o tipo de relação social que será construída durante a execução desta forma de punição. Assim, o foco deste trabalho são as classificações construídas por tais funcionários, tentando compreendê-las como dados importantes para a construção social do adolescente rotulado enquanto em conflito com a lei, já que parte-se do pressuposto de que tais formas de classificação são fontes para julgamentos e atitudes, permitindo um sistema de interpretação e mostrando-se dimensão importante para a compreensão de posturas e significados atribuídos. Segundo Berger e Luckmann (2011), ao se estudar a forma como o que é considerado “realidade” é construída socialmente na vida cotidiana, é possível evidenciar a racionalidade da crença coletiva, mostrando o sentido das ideologias, dos saberes populares e do senso comum, entendendo-os como sistema coerente de signos e recuperando um ator que, através de sua atividade e relação com o mundo, constrói tanto o mundo como a si mesmo.

⁵ Sobre os filtros existentes no processo punitivo: BATISTA, 2003; BECKER, 2008; MISSE, 1999; NERI, 2009; RODRIGUES, 2001; SILVA 1996 E 2001.

Em suma, como objetivo geral intenciona-se aqui compreender a construção social de um dado sujeito, utilizando-se da proposta de Berger e Luckmann (2011, p. 33): “A questão central da teoria sociológica pode, por conseguinte, ser enunciada da seguinte maneira: como é possível que significados subjetivos se tornem facticidades objetivas?”. Assim, como objetivo específico intenciona-se a compreensão sobre o que pensa e diz um grupo social que está em constante contato com o adolescente em conflito com a lei, que delimita seus direitos e deveres na vida cotidiana, e que por conta dessa relação, auxilia em sua construção social.

Nesse sentido, a verificação do que se nomeia como “conhecimento”, que segundo Berger e Luckman (2011) é o saber prático que dirige a conduta da vida cotidiana desses atores, pode esclarecer como a realidade é acessível ao senso comum dos membros desta, sendo importante compreender quais são os elementos que estes profissionais utilizam para classificar o adolescente em com quem interagem em sua rotina de trabalho. Ou seja, discorda-se que as classificações sobre o adolescente produzidas por esses funcionários sejam apenas descrições, parciais ou imparciais, mas construções que partem de alguma lógica, sendo esta uma dimensão produtora de sentido, formada na prática da vida cotidiana.

Para responder às questões aqui propostas se lançará mão de triangulação metodológica, utilizando-se de duas frentes de análise documental – uma a partir da análise de documentos referentes à prática profissional desses atores, como diretrizes institucionais, editais de concurso, etc.; e outra referente à análise de relatórios nos quais constam pareceres sobre o adolescente internado e que são enviados ao Judiciário para a avaliação da medida socioeducativa de internação –, bem como uma frente de análise de narrativas coletadas a partir de entrevistas semiestruturadas. Segundo Uwe Flick (2009, p. 61): “Dito de forma simples, o conceito de triangulação significa que uma questão de pesquisa é considerada – ou, em uma formulação construtivista, é constituída – a partir de (pelo menos) dois pontos”. As diversas formas de triangulação⁶ são percebidas como um conceito central nos debates

⁶São estas: Triangulação de dados, triangulação do investigador, triangulação teórica, triangulação metodológica e triangulação interdisciplinar (Flick, 2009).

sobre integração teórico-metodológica e optou-se por utilizar especificamente a triangulação de métodos nesta pesquisa, não para retirar conclusões precisas, mas para permitir uma maior crítica face aos dados recolhidos. Acredito que a triangulação metodológica permite complexificar a questão proposta neste trabalho, fazendo emergir algumas questões que talvez não ficassem explícitas com o uso de apenas um dos métodos. Assim, a triangulação metodológica será uma ferramenta para encontrar um maior número de referências para uma problematização mais profunda dos dados encontrados, ou seja, não se espera resultados idênticos em ambos os métodos, mas dados complementares, sempre atentando aos casos que não se alinham aos padrões encontrados durante a pesquisa de campo. Nesse sentido, a triangulação de métodos qualitativos tornou-se a opção escolhida devido os objetivos deste trabalho. Nesse sentido, concorda-se com a definição de Martins (2004, p. 289) de que: “A pesquisa qualitativa é definida como aquela que privilegia a análise de microprocessos, através do estudo das ações sociais individuais e grupais, realizando um exame intensivo dos dados, e caracterizada pela heterodoxia no momento da análise”.

Para alcançar os objetivos propostos aqui, estruturo a dissertação da seguinte forma: o primeiro capítulo mostra-se como o pontapé inicial da pesquisa, no qual exponho alguns dos resultados de duas frentes de pesquisa, a bibliográfica e parte da análise documental. Tais frentes mostram-se necessárias para a definição mais adequada do sujeito de minha pesquisa, a saber: os funcionários que atuam em medida socioeducativa de internação. Utilizo a categoria de *street-level bureaucracy* proposta por Michael Lipsky (1983) para compreender tal grupo, já que este, por encontrar-se ao final do processo implementação de uma política pública, necessita trabalhar com demandas específicas que influenciarão a forma como as diretrizes de tal política serão executadas.

Para compreender a complexidade desse grupo profissional, primeiramente o localizo na relação construída com o adolescente encarcerado, principalmente a partir das normativas que influenciam seu trabalho, como o ECA e o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE, lei nº 12.594, de 18 de janeiro de 2012), e algumas pesquisas que

focaram-se na vida cotidiana ao abordar conceitos como interação face a face, proposta por Goffman, e definição da situação, construída primeiramente por William e Dorothy Thomas. Após localizar normativa e teoricamente o trabalho desses profissionais, desenvolvo um balanço bibliográfico de obras que teceram considerações sobre estes, para posteriormente expor alguns documentos oficiais, como Edital de Concurso Público para as funções contempladas nesse grupo profissional, ou os Regimentos Internos de instituições de medida socioeducativa, a fim de detalhar ainda mais a função a ser desenvolvida por esses profissionais.

Tendo em vista que o trabalho dos funcionários de medida socioeducativa de internação tem como característica principal a relação cotidiana com adolescentes encarcerados, no segundo capítulo exponho algumas informações descritivas sobre tais adolescentes. Nesse momento, mostra-se importante a abordagem de Becker sobre desvio, já que é possível encarar o trabalho realizado durante a execução da medida socioeducativa de internação como uma tentativa de controle de adolescentes desviantes.

Após a definição dos atores inseridos na relação social construída durante a execução da medida socioeducativa de internação, foco na apresentação de outras duas frentes de minha pesquisa de campo: a análise de relatórios institucionais e de narrativas coletadas em entrevistas. Neste contexto, faço uma discussão metodológica a fim de explicar as razões que me fizeram escolher tais métodos para a abordagem que propus nesta pesquisa, para posteriormente desenvolver uma exposição descritiva das classificações usualmente mobilizadas pelos funcionários de medida socioeducativa de internação para atribuir sentido ao comportamento dos adolescentes encarcerados. É neste momento que proponho dois tipos ideais para compreender tais classificações: a que refere-se a um adolescente supostamente *estruturado*, e a que liga-se a um adolescente supostamente *recuperável*. Argumento que tais tipos ideais, de acordo com a tese construída por Weber (1999) podem ser uma ferramenta analítica importante para compreender as referidas classificações construídas pelos funcionários de medida socioeducativa de internação.

Após propor tais tipos ideias, sugiro que os mesmos são construídos a partir de diferentes regimes de moralidade que perpassam o cotidiano das instituições voltadas para adolescentes encarcerados. Tais regimes não apenas refletem o modelo de punição existente, mas são de fundamental importância para construí-lo, sendo possível afirmar que o modo de aplicação e os efeitos das políticas públicas voltadas ao adolescente em conflito com a lei dependem, em grande medida, da moral instrumentalizada por tais funcionários no cotidiano da medida socioeducativa de internação. Nesse sentido, proponho também dois tipos ideais de funcionários, inspirada na argumentação de Goffman (2010): a de *funcionário informado* e a de *funcionário não informado*. Assim, argumento que apesar dos objetivos oficiais existentes para a medida socioeducativa de internação, os funcionários que aí atuam constroem teorias de senso comum baseadas em sua prática para lidar com suas demandas profissionais, permitindo a resignificação das diretrizes que permeiam seu trabalho e influenciando a relação social construída entre esse funcionário e o adolescente encarcerado. Nesse contexto, faço uma ligação entre a compreensão da prática dos atores existentes ao final do processo de implementação da punição voltada ao adolescente em conflito com a lei e a sociologia da punição proposta por Garland (1993), principalmente no esforço deste autor em retomar algumas conclusões expostas por Émile Durkheim.

Por fim, retomo os principais achados expostos nesta pesquisa, a fim de evidenciar as conclusões a que cheguei após todo o processo de investigação realizado.

Os funcionários que atuam em medida socioeducativa de internação

Mostra-se importante compreender a composição do grupo que nomeio como “funcionários que atuam em medidas socioeducativas de internação”, já que trata-se de um grupo multiprofissional. Além disso, é necessário visualizar o lugar em que se colocam os diversos atores inseridos nesse grupo durante a execução da medida socioeducativa, bem como na relação com o adolescente encarcerado.

A relação social produzida durante a execução de medida socioeducativa

Segundo o artigo 103 do ECA, ato infracional é a conduta descrita como crime ou contravenção penal, desde que realizada por jovens menores de 18 anos, já que, por serem inimputáveis penalmente⁷, devem ser julgados num fórum de justiça especial. Verificada a ocorrência de um dado ato infracional, a autoridade competente poderá aplicar ao adolescente uma das medidas socioeducativas determinadas no próprio ECA, a saber: advertência, obrigação de reparar o dano, prestação de serviço à comunidade, liberdade assistida (sendo estas medidas socioeducativas a serem executadas em meio aberto), semiliberdade e internação (sendo estas medidas restritivas e privativas de liberdade). Segundo o SINASE, tais medidas tem por objetivo: 1) a responsabilização do adolescente quanto às consequências lesivas do ato infracional, sempre que possível incentivando a sua reparação; 2) a integração social do adolescente e a garantia de seus direitos individuais e sociais, por meio do cumprimento de seu plano individual de atendimento; e 3) a desaprovação da conduta infracional, efetivando as disposições da sentença como parâmetro máximo de privação de liberdade ou restrição de direitos, observados os limites previstos em lei.

O que argumento aqui é que a medida socioeducativa influencia a forma como se constituirá a relação social entre adolescente em conflito com a lei e o

⁷ Em Direito, nomeia-se imputabilidade penal a capacidade que tem o indivíduo que praticou um ato definido como crime, de entender a gravidade do mesmo e, a partir de tal compreensão, determinar se será ou não legalmente punida.

funcionário de medida socioeducativa. Classifico a relação social entre as referidas partes a partir de Weber (1999), que afirma que uma relação social refere-se à conduta de vários indivíduos, reciprocamente orientada e dotada de sentido partilhado pelos diversos agentes de determinada sociedade. Dessa forma, as relações sociais apenas existem quando se traduzem em condutas efetivas e, portanto, apenas podem ser pensadas em termos de probabilidade, “que será maior ou menor conforme o grau de aceitação do conteúdo do sentido da ação pelos seus participantes” (COHN, 2003, p. 30). Nesse sentido, as relações sociais são formadas a partir de diversas ações sociais motivadas por um mesmo conjunto de significados compartilhados, possibilitando comportamentos regulares.

Ao se estudar uma relação social como a construída entre o adolescente em medida socioeducativa de internação e o funcionário que deverá auxiliá-lo a cumprir a mesma, deve-se compreender as consequências desta relação. Para qualificar adequadamente essa relação, seria importante participar das interações entre as partes, porém, durante a pesquisa de campo não tive essa oportunidade⁸, mas acredito que o que me foi possível acessar são consequências dos momentos dessa mesma interação a partir do ponto de vista desses trabalhadores. Por isso, é importante compreender de que forma momentos de interação face a face podem influenciar o material de pesquisa que utilizo neste trabalho, tanto narrativas quanto documentos, sendo que a produção destes será analisada posteriormente. Por isso, antes de definir a posição destes atores, adolescente encarcerado e funcionário de medida socioeducativa de internação, se tecerão alguns comentários sobre o caráter

⁸ Vale lembrar das dificuldades de se pesquisar questões relacionadas ao adolescente em cumprimento de medida socioeducativa. O ECA é uma normativa de proteção às crianças e aos adolescentes, inclusive em sua privacidade. Por exemplo, no artigo 17 consta que tal proteção abrange a preservação da imagem, da identidade, da autonomia, dos valores, ideias e crenças, dos espaços e objetos pessoais. Porém, muitas vezes utiliza-se essa normativa para proteger a própria instituição, permitindo que esta feche-se em si mesma e dificulte pesquisas que, muitas vezes, objetivam analisar a medida socioeducativa, e não o adolescente encarcerado. Vários pesquisadores já relataram em seus trabalhos as dificuldades na execução de pesquisas em instituições de medida socioeducativa de internação, por exemplo, ALMEIDA (2010). Também há pesquisadores que utilizam estratégias para desenvolver sua pesquisa sem autorização da instituição, por exemplo, MALLART (2014), que ministrou oficinas de fotografia aos adolescentes, tendo acesso ao cotidiano institucional de uma forma diversa do acesso que teria enquanto pesquisador.

desta relação, que se constrói principalmente a partir de interações cotidianas face a face.

Os pesquisadores que se empenharam em analisar momentos de interação face a face partem do pressuposto de que os fenômenos do cotidiano são ferramentas fundamentais para se compreender as manifestações individuais de estruturas sociais e simbólicas, e afirmam que justamente por parecer um fenômeno banal, não refletimos adequadamente sobre tais interações e, portanto, não compreendemos as maneiras pelas quais os indivíduos interpretam a sociedade e agem a partir de tal compreensão. Segundo Goffman (2009, p. 24), a interação “pode ser definida, em linhas gerais, como a influência recíproca dos indivíduos sobre as ações uns dos outros, quando em presença física imediata”. Ou seja, boa parte das relações sociais diárias são, a partir deste contexto, passíveis de se tornarem objeto de estudo sociológico, compreendendo quase a totalidade da vida social. Além disso, é necessário frisar que, apesar da aparência banal, as interações cotidianas nada têm de óbvias, como ressalta Martins (1998) ao argumentar que estas são permeadas por uma dramática atividade de teatralização para que o significado produzido na interação não acarrete o descrédito para o ator.

Goffman (2009) ressalta que interações face a face estão sempre submetidas a determinadas orientações, por exemplo, experiências anteriores que influenciam, voluntaria ou involuntariamente, as impressões durante o contato, assim como a compreensão das informações transmitidas pelos outros atores inseridos na interação. Assim, deve-se compreender tanto a dimensão recorrente como as instabilidades das interações, evidenciando a possibilidade de continuidades, modificações e/ou rupturas. Goffman defende que tais relações são um domínio legítimo de investigação, nomeando tal objeto de estudo como ordem de interação (GOFFMAN, 1983), em que se devem considerar as estruturas específicas de tais situações, mas sem reduzi-las a análises macrossociais, focando-se no processo interpretativo da ação social.

Um conceito fundamental para qualquer estudo sobre fenômenos decorrentes da interação é o de definição da situação. A primeira utilização deste conceito ocorre em um texto de William e Dorothy Thomas, no qual é exposto o que mais tarde viria a ser conhecido como Teorema de Thomas: “se

os homens definem as situações como reais, elas serão reais em suas consequências (tradução minha)⁹ (THOMAS e THOMAS, 1938, p. 572). Ou seja, trata-se do processo a partir do qual se atribui sentido ao contexto vivido, mostrando-se central para se compreender o modo como os atores orientam suas ações na vida cotidiana. Em outro momento, Thomas (1923, p. 42) desenvolve uma definição mais detalhada:

Anteriormente a qualquer ato autodeterminado de comportamento há sempre um estágio de exame e deliberação que podemos chamar de definição da situação. E na verdade não só atos concretos dependem da definição da situação, mas, gradualmente, toda uma política de vida e de personalidade do próprio indivíduo, que eu acompanho a partir de uma série dessas definições (tradução minha)¹⁰.

A definição da situação mostra-se central nas interações cotidianas, já que ocorre em todos os espaços de mútua influência, evidenciando a rivalidade entre as definições de situação espontâneas, feitas individualmente por um membro da sociedade, e as definições de situação que a sociedade fornece a este membro, muitas vezes pressionando-o a acatar crenças e costumes coletivos. Assim, o indivíduo age de acordo com as múltiplas possibilidades existentes, avaliando o contexto no qual vive. Considerações sobre o peso da moral nas definições de situação individual também foram pontuadas por Thomas, que argumenta que os desejos e comportamentos dos indivíduos começam a ser inibidos devido às definições de situação dominantes em suas famílias, na escola, na comunidade, etc., se tornando assim um membro adequado ao que é rotulado como correto em sua sociedade. Como afirma o autor (1923, p. 43):

É nesta conexão que um código moral emerge, mostrando-se como um grupo de regras e normas de comportamento, regulando a expressão dos desejos, e as quais são construídas por sucessivas definições de situação. Na prática, a violação surge primeiro e a regra é feita para prevenir sua recorrência. Moralidade é a definição de situação geralmente aceita, se expressa na opinião pública e em leis não escritas, em um

⁹ Texto original: "If men define situations as real, they are real in their consequences".

¹⁰ Texto original: "Preliminary to any self-determined act of behavior there is always a stage of examination and deliberation which we may call the definition of the situation. And actually not only concrete acts are dependent on the definition of the situation, but gradually a whole life-policy and the personality of the individual himself I follow from a series of such definitions".

código formal-legal, ou em mandamentos ou proibições religiosas (tradução minha) ¹¹.

Em suma, a definição da situação é um processo fundamentalmente social e, embora seja possível a qualquer membro da sociedade definir várias de suas situações, o autor ressalta que diferentes definições propostas a uma mesma situação refletem relações de poder entre as diferentes posições. Assim, uma relação de poder existe no sentido de que algumas definições da situação são consideradas como mais legítimas do que outras, sendo tal legitimidade uma resultante das ações de quem tem o poder de propô-la e sustentá-la. Como afirma mais uma vez Thomas (1923, p. 68): “Mas as comunidades tem sido tão poderosas que todos os membros têm conhecimento do código e estão prontos para se arrepender e serem perdoados (tradução minha) ¹²”.

Muitos autores retrabalharam o conceito de Thomas. Por exemplo, Peter Berger (1976, p. 97) consegue ser bastante ilustrativo em sua explicação:

“Um conceito muito usado em sociologia é o de definição da situação. Assim chamado pelo sociólogo W. I. Thomas, significa que uma situação social é o que seus participantes creem que ela seja. Em outras palavras, para as finalidades do sociólogo, a realidade é uma questão de definição. É por isso que o sociólogo deve analisar atentamente muitas facetas da conduta humana que em si mesmas são absurdas ou alusivas”.

Berger vai além: “No momento, o importante é observar que os controles inexoráveis pelos quais a localização social determina nossa vida não são eliminados com o desmascaramento das ideias que sustentam esses controles” (BERGER, 1976, p. 98). Porém, isso não significa que todos ajam da mesma maneira em todas as interações, mas que os indivíduos tendem a se comportar “adequadamente” nos mais variados espaços, e que quando isso não acontece, os indivíduos acabam por enfrentar algumas consequências,

¹¹Texto original: “It is in this connection that a moral code arises, which is a set of rules or behavior norms, regulating the expression of the wishes, and which is built up by successive definitions of the situation. In practice the abuse arises first and the rule is made to prevent its recurrence. Morality is thus the generally accepted definition of the situation, whether expressed in public opinion and the unwritten law, in a formal legal code, or in religious commandments and prohibitions”.

¹²Texto original: “But communities have been so powerful that all members have acknowledged the code and have been ready to repent and be forgiven”.

que podem variar entre o vexame até sanções oficiais, o que demonstra o aspecto de poder e legitimidade que permeia as interações cotidianas.

Goffman (2009; 2012) aprofunda as consequências de tal definição e argumenta que: “A informação a respeito do indivíduo serve para definir a situação, tornando os outros capazes de conhecer antecipadamente o que ele esperará deles e o que dele podem esperar. Assim informados, saberão qual a melhor maneira de agir para dele obter uma resposta desejada” (GOFFMAN, 2009, p. 11). Trata-se de um processo social, dado que cada indivíduo define suas expectativas a partir do que, dentre outras coisas, compreende ser as expectativas dos demais. O indivíduo considera as impressões dos outros e, ao mesmo tempo, tenta influenciar a definição da situação que os outros constroem sobre ele, havendo um processo de negociação, mas que tende a se adaptar às convenções sociais: “Em geral, as definições da situação projetadas pelos diferentes participantes são suficientemente harmoniosas, a ponto de não ocorrer uma franca contradição” (GOFFMAN, 2009, p. 18). Ou seja, segundo o autor, aqueles envolvidos na interação usualmente não criam a definição de situação, mas apenas avaliam corretamente o que a situação deveria ser e então agem de acordo com o esperado. Assim, negociam-se certos aspectos dos arranjos no qual vive o indivíduo, mas depois disso, este age mecanicamente como se a situação estivesse resolvida desde sempre (GOFFMAN, 2012).

É neste contexto que Goffman defende que a definição da situação decorre de uma prática coletiva e, portanto, a unidade analítica não é o indivíduo, mas suas relações. Isso explicaria os padrões de comportamento que usualmente ocorrem nas interações, apesar de todas as possibilidades de ruptura. Isso se daria porque as diferentes possibilidades de definir uma mesma situação são perpassadas por relações de poder, já que algumas definições da situação são consideradas mais legítimas do que outras, a partir das relações nas quais alguns têm mais poder de propor e sustentar a definição.

Nesse sentido, acredito que a relação social estudada aqui tem um aspecto especial. Sem desconsiderar a característica de negociação permanente nas interações, nas relações entre o adolescente em conflito com

a lei e o funcionário de medida socioeducativa de internação há uma estrutura de poder consideravelmente desigual, na qual os últimos tem maior possibilidade de definir da situação, dado que estão interagindo enquanto parte do Estado e, portanto, com maior legitimidade para impor sua linguagem, bem como de utilizar algumas ferramentas, como as leis que permeiam esta relação. Essa situação também já foi descrita por Goffman em seu estudo sobre instituições totais (2010, p. 18):

Quando as pessoas se movimentam em conjuntos, podem ser supervisionadas por um pessoal, cuja atividade principal não é de orientação ou inspeção periódica (tal como ocorre em muitas relações empregador-empregado), mas vigilância – fazer com que todos façam o que foi claramente indicado como exigido, sob condições em que a infração de uma pessoa tende a salientar-se diante da obediência visível e constantemente examinada dos outros.

Não estou estudando a própria interação, mas minha preocupação e interesse se encontram nas consequências desta em uma instituição punitiva, e por isso considero importante discutir alguns pressupostos teóricos do que vem a ser essa interação específica, em termos sociológicos. Apesar de não ter acesso às formas como adolescentes e funcionários manipulam expectativas, acredito que consegui acessar, a partir de estratégias metodológicas a serem explicadas posteriormente, algumas consequências destas interações, consequências estas que certamente vão muito além do momento face a face vivido por estes atores.

Expostas algumas das características gerais dessa relação, construídas a partir das interações em uma instituição de medida socioeducativa de internação, agora suas partes serão definidas, a fim de dar maior detalhamento e especificidade para a questão de pesquisa proposta aqui.

O final do processo de implementação de políticas públicas voltadas ao adolescente em conflito com a lei

Max Weber (1999) foi o autor mais marcante no que tange aos estudos sobre burocracias estatais. Segundo o autor, o domínio racional legal que influencia o nascimento da sociedade moderna se expressaria por tais

burocracias, sendo que é a partir da organização burocrática que a lei se expressa, sob o Estado Racional Moderno.

Porém, verifica-se algumas diferenças entre as burocracias atuais e o tipo-puro construído por Weber, que liga esta à impessoalidade e à racionalidade. Alguns trabalhos argumentam que tais burocracias não são apenas um aparato técnico-administrativo formado por profissionais especializados que atuam segundo critérios racionais, mas que afetos e demandas cotidianas tem influência significativa na forma como o Estado é vivenciado ao final do processo de implementação das políticas públicas planejadas (ARRETCHE, 2001; LIPSKY, 1983; GRAHAM, 2003¹³).

Nesse sentido, para compreender o grupo a ser estudado nesta pesquisa, responsável por executar a medida socioeducativa de internação junto ao adolescente nomeado como em conflito com a lei, se lançará mão da abordagem de Michael Lipsky (1983) no que se refere à *street-level bureaucracy*. O autor defende que o modo de aplicação e os efeitos de uma política pública ou lei dependem necessariamente dos valores, ideologias e crenças da burocracia que trabalha ao final do processo de implementação de uma dada política pública. De acordo com a tese defendida pelo autor, mostra-se necessário não apenas formular uma política pública, mas também fazer com que os agentes finais do processo de execução concordem com os princípios desta, além de ter conhecimento e treinamento sobre como aplicar adequadamente a mesma, a fim de que seus valores individuais distorçam minimamente as atuações necessárias. Como afirma Lipsky (1983, p.XIII):

Defendo que as decisões dos burocratas de nível de rua, as rotinas que estabelecem, bem como os dispositivos que eles inventam para lidar com incertezas e pressões de trabalho, efetivamente se tornam as políticas públicas que exercem. Eu argumento que as políticas públicas não são bem compreendidas por meio de legislações ou por administradores renomados atrás de suas escrivaninhas. Essas arenas de tomada de decisão são importantes, é claro, mas elas não representam a imagem completa. Para a mistura de lugares onde as políticas são feitas, deve-se adicionar os escritórios

¹³ Graham (2003) em especial faz algumas comparações referentes à forma como as emoções perpassam o trabalho burocrático de diversas formas, que variam de acordo com alguns pontos, como o país e a época na qual é realizado, por exemplo, em sua análise da burocracia sueca.

lotados e encontros diários dos trabalhadores de nível da rua (tradução minha)¹⁴.

Apesar da estrutura de poder que permeia e limita seu trabalho, estes burocratas de nível de rua, justamente por estarem ao final do processo de atendimento, lançam mão de estratégias pessoais, muitas vezes legitimadas dentro de seu grupo profissional, para conseguir resolver suas tarefas cotidianas de acordo com as demandas existentes, já que sua rotina de trabalho exige discricionariedade, dada a natureza das funções a serem cumpridas. Como defende o autor (LIPSKY, 1983, p. 161): “A essência das burocracias de nível de rua é que exige-se que elas tomem decisões sobre outras pessoas. Burocratas de nível de rua têm discricionariedade porque a natureza da prestação de serviços exige um julgamento humano que não pode ser programado e que as máquinas não podem substituir (tradução minha)¹⁵”.

Isso não significa que eles não possam ser refreados por regras, já que diversas dimensões de uma política pública são moldadas pelas elites políticas e pelos gestores estatais, influenciando o espaço de discricionariedade possível. Mas há outros aspectos que devem ser levados em conta. Por exemplo, tais burocratas podem atuar positiva ou negativamente motivados em relação aos beneficiários de uma dada política, com aversão ou empatia, produzindo complexas interações que podem afetar diretamente as sanções e os benefícios recebidos pela população. É por estas razões, o autor defende que são as decisões e rotinas da *street-level bureaucracy* que efetivamente tornam-se a política pública que eles executam. Como afirma Lipsky (1983, p. 23)

Não são apenas os padrões de justiça que são insuficientes para ditar os níveis de preocupação, mas também os burocratas de nível de rua, como qualquer outro indivíduo, têm

¹⁴Texto original: “Largue that the decisions of street-level bureaucrats, the routines they establish, and the devices they invent to cope with uncertain ties and work pressures, effectively become the public policies they carry out. I maintain that public policy is not best understood as made in legislatures or top-floor suites of right-ranking administrators. These decision making arenas are important, of course, but they do not represent the complete picture. To the mix of places where policies are made, one must add the crowded offices and daily encounters of street-level workers”.

¹⁵Texto original: “The essence of street-level bureaucracies is that they require people to make decisions about other people. Street-level bureaucrats have discretion because the nature of service provision calls for human judgment that cannot be programmed and for which machines cannot substitute”.

padrões pessoais sobre se alguém é ou não merecedor de algo. O administrador de habitação pública pode ser mais simpático com os idosos do que com outros candidatos elegíveis. Inspetores de habitação podem ser solidários com a situação do proprietário, embora nada na estrutura formal da agência incentive tal viés (tradução minha).¹⁶

Mais um aspecto que influencia o trabalho exercido por este grupo é a pressão que recebem, tanto de superiores na hierarquia política quanto pela população atendida, além do fato de que a dimensão política que molda seu trabalho diário pode ser perpassada por conflitos e falta de diretrizes claras. Lipsky também ressalta que nem todos os funcionários agem com o mesmo grau de discricionariedade, já que isso depende da caracterização dos serviços prestados. Apesar disso, as interações com tal grupo são momentos através dos quais os cidadãos experimentam diretamente o governo, implicitamente construído, já que tal burocracia tem o papel de “ser o Estado”, no sentido de personificar os direitos e deveres desta população.

Esses funcionários que atuam ao final do processo de implementação de uma dada política pública carecem de informação, tempo e demais recursos necessários para a realização de um trabalho planejado, além de atuar em um espaço social em que muitas vezes deve-se tomar decisões rápidas em situações imprevistas, muitas vezes ambíguas, nas quais se veem pressionados a lançar mão de sua discricionariedade. Como anteriormente afirmado, há fatores que influenciam em maior ou menor grau a necessidade ou possibilidade de exercer discricionariedade na relação entre as partes, como o tipo de tarefa a ser executada, a quantidade e qualidade do trabalho a ser desenvolvido, a cultura organizacional do grupo profissional em questão, dentre outros pontos. Porém, a discricionariedade mostra-se como decisiva para a atuação desses funcionários da ponta, já que as regras que enquadram seu trabalho nunca abrangerão todas as questões cotidianas. Por outro lado, tal discricionariedade também precisa ser controlada, já que muitas vezes estes funcionários nem precisam violar regras para deixar de cumprir determinadas

¹⁶No original: “Not only are the standards of fairness insufficient to dictate levels of concern, but also street-level bureaucrats, like everyone else, have personal standards of whether or not someone is deserving. The public housing manager may be more sympathetic to the elderly than to others eligibles. Housing inspectors may be sympathetic to the plight of the landlord although nothing in the formal structure of the agency encourages such a bias”.

ordens, já que ao se apegar unicamente à lei, o burocrata de ponta pode atrapalhar o trabalho cotidiano ou tal apego por tornar-se moeda de troca nos conflitos entre hierarquias.

A partir deste contexto, a implementação das políticas públicas voltadas ao adolescente em conflito com a lei é vista a partir das interações entre as partes abordadas, sendo o foco desta pesquisa as classificações construídas pelos funcionários que executam e vivem a medida socioeducativa diariamente com os adolescentes internados. Segundo Lipsky, tais interações podem ser construídas a partir de uma base conflituosa, pois, justamente devido às diversas dimensões já pontuadas anteriormente, o público alimenta expectativas que esses burocratas usualmente não têm possibilidade de atender. Outro ponto que complexifica esta relação é o fato de que as pessoas que se tornam o foco de uma política têm necessidades e perfis muito específicos, enquanto que esses funcionários só conseguem realizar o seu trabalho cotidiano ao transformá-las a partir de padrões indiferenciados.

Vale pontuar que além das relações potencialmente conflituosas entre as partes citadas, o trabalho dos burocratas de nível de rua também é influenciado por diversos outros âmbitos que são fonte de conflito. Para citar apenas um, enquanto indivíduos posicionados acima destes na cadeia hierárquica de uma política, como políticos e administradores, têm a possibilidade de abordar determinados problemas sociais abstratamente, esses funcionários confrontam cotidianamente tais problemas na prática. Tal relação é fonte inesgotável de críticas realizadas pelos burocratas de nível de rua sobre o trabalho de seus superiores, pois os consideram como distanciados da realidade, o que pode facilitar a desobediência às diretrizes propostas.

Neste contexto, Lipsky afirma que o *accountability* é a ligação necessária entre a burocracia e a Democracia, sendo primordial para o trabalho adequado das burocracias implementadoras. Nesse sentido haveria alguns pré-requisitos para uma política de responsabilização dos burocratas de ponta que atuem de forma desligada da política oficial, a saber:

1) As agências devem saber o que querem que seus trabalhadores façam. Quando os objetivos são múltiplos e conflitantes, elas devem ser capazes de classificar suas preferências.

2) As agências devem saber como medir o desempenho de seus trabalhadores.

3) As agências devem ser capazes de comparar seus trabalhadores para estabelecer um padrão de julgamento.

4) As agências devem ter incentivos e sanções capazes de disciplinar seus trabalhadores. Eles devem ser capazes de prevalecer sobre outros incentivos e sanções que podem operar no cotidiano.

Além das considerações realizadas por Lipsky, o aporte teórico pontuado por Veena Das (2000; 2004) mostra-se iluminador para o estudo desses profissionais que atuam ao final do processo de implementação de uma dada política pública. A autora ressalta a necessidade de se estudar o que ela nomeia como “margens do Estado”, argumentando que, ao problematizar a imagem do Estado como forma administrativa racionalizada, mostra-se possível repensar os limites entre centro e periferia, público e privado, legal e ilegal, focando os limites tênues e tensos destes. Dessa forma, Das questiona a ideia de que as margens do Estado, seja em seus aspectos espaciais ou sociais, sejam lugares de desordem, nas quais o Estado não conseguiu cumprir sua função ordenadora. Para a autora, as margens são os lugares a partir dos quais é possível compreender o Estado, já que é o lugar da reconfiguração deste.

Das e Poole (2004) argumentam que é necessário discutir a ideia weberiana de monopólio do uso legítimo da força física pelo Estado, pois ao ser compreendida como um projeto incompleto, a todo momento é reafirmada através da ameaça e da violência como resposta supostamente necessária à desordem e, dessa forma, o Estado teria o argumento necessário para atuar de forma truculenta. Assim, as autoras argumentam que tais margens não devem mais ser vistas como espaços a serem penetrados pelo Estado, mas como locais nos quais o Estado é continuamente construído. Em suma, segundo as

autoras, para compreender o Estado é necessário compreender como as políticas públicas moldam as práticas políticas e regulatórias nas margens.

Nesse contexto, Das (2004) também problematiza o tipo ideal construído por Weber que liga o Estado à uma organização racional burocrática, afirmando que apesar deste se apresentar cotidianamente nas margens a partir de suas regras, objetivadas em leis e aplicadas por instituições. Assim, tais regras mostram-se polissêmicas, podendo ser instrumentalizadas de diversas maneiras, dificultando uma compreensão coesa e consensual das mesmas e se apresentando de forma ilegível aos indivíduos. Assim, a autora constrói a ideia de “assinatura do Estado”, que se refere ao caráter reconhecido como racional do mesmo, bem como às performances miméticas do poder, nas quais sua autoridade é legitimada. Assim, segundo Das, tal assinatura estatal marca as possibilidades de desacordo entre a regra e sua execução, sendo possível burlá-la nas relações práticas entre funcionários de Estado e comunidades. Como afirma Das (2004, p. 250):

Sugeri neste capítulo que o conceito de assinatura é importante para compreender a presença do Estado na vida da comunidade, tanto como um portador de regras e regulamentos, como uma presença espectral materializada em documentos. Eu afirmo que o efeito de racionalidade é criado através de todo um campo de enunciados que vêm à tona em uma gestão de crises - assim, as gestões de epidemias e de colapso da lei e da ordem pertencem ao mesmo campo de enunciados, práticas legislativas e técnicas de controle, através do qual o Estado trata de construir-se como racional em oposição a um público crédulo (tradução minha)¹⁷.

Dessa forma, a assinatura do Estado é complexificada a partir dos conceitos de legibilidade e ilegibilidade do Estado, ou seja, da nitidez e polifonia com que são escritos e compreendidos os caracteres estatais, a partir de suas leis e documentos. Das afirma que tais leis e documentos não são legíveis para as pessoas, sejam cidadãos comuns ou agentes do Estado.

¹⁷No original: “I have suggested in this chapter that the concept of signature is important for understanding the presence of the state in the life of the community, both as a bearer of rules and regulations and as a spectral presence materialized in documents. I claim the rationality effect is created through a whole field of enunciations that come to the fore in a management of crises – thus, managements of epidemics and breakdown of law and order belong to the same field of enunciations, legislative practices, and techniques of control through which the state comes to construct itself as rational in opposition to a credulous public”.

Dessa forma, a produção de estatísticas e documentos objetivariam o controle de pessoas e espaços, muitas vezes se apresentando de forma polifônica para os indivíduos, e assim tal ilegibilidade torna-se parte importante no processo de implementação de regras. De forma mais clara, Das argumenta (2004, p. 227):

Assim, se o sinal escrito rompe a partir do contexto por causa dos aspectos contraditórios da sua legibilidade e sua repetição, isso poderia significar que, uma vez que o Estado institui formas de governança através de tecnologias de escrita, simultaneamente institui a possibilidade de falsificação, imitação, e as performances miméticas de seu poder. Estes, por sua vez, trazem todo o domínio de infelicidades e desculpas por parte do Estado para a esfera do público. Uma das observações metodológicas que se seguem é que, para estudar o Estado, precisamos mudar nosso olhar dos lugares óbvios onde o poder é esperado, para residir para as margens e recessos da vida cotidiana, onde tais infelicidades tornam-se observáveis (tradução minha)¹⁸.

Neste contexto, a ilegibilidade do Estado, a polifônica leitura e compreensão de suas normas, evidencia a existência de uma oscilação entre o que a autora nomeia como características “racionais” e “mágicas” do Estado. Além da característica de racionalidade usualmente utilizada para definir o Estado, Das afirma que as práticas locais que dão vida ao Estado podem ser nomeadas como mágicas, pois apesar de ter consequências concretas, não se sabe com exatidão o que causou tais consequências, mas estas são usualmente acatadas devido à situação de fragilidade vivenciada pelas pessoas. Segundo Das (2004, p.227):

Primeiro, mágica tem consequências que são reais, eu estou tentando ficar próxima às representações que eu encontrei durante o campo. Segundo, as forças mobilizadas para a performance da mágica não são transparentes. Terceiro, as práticas mágicas estão fortemente alinhadas às forças de perigo, devido à definição de obscuridade e poder. Finalmente, para se

¹⁸No original: “Thus, if written sign breaks from the context because of the contradictory aspects of its legibility and its iterability, it would mean that once the state institutes forms of governance through technologies of writing, it simultaneously institutes the possibility of forgery, imitations, and the mimetic performances of its power. This, in turn, brings the whole domain of infelicities and excuses on the part of the state into the realm of the public. One of the methodological observations that follow is that to study the state, we need to shift our gaze from the obvious places where power is expected to reside to the margins and recesses of everyday life, where such infelicities become observable”.

envolver com a mágica deve-se se colocar numa posição de vulnerabilidade (tradução minha)¹⁹.

Nas práticas rotineiras existentes nas margens, a distinção entre o legal e o ilegal mostra-se borrada, devido às características de ilegibilidade e de mágica mobilizadas por Das, possibilitando ver que as práticas consideradas excepcionais na realidade são parte da vida cotidiana, tornando-se a regra.

Os funcionários que executam as medidas socioeducativas definidas pelo Judiciário são vistos aqui a partir de tais pressupostos teóricos. Nesse contexto, o interesse dessa pesquisa é compreender como o posicionamento da burocracia de nível de rua – no caso, os funcionários de medida socioeducativa de internação - produz e reproduz cotidianamente sistemas de classificação nas margens do Estado. É a partir das interações cotidianas vividas em seu local de trabalho, influenciada dentre outras coisas pela postura, conflitos e adaptações nas relações com os adolescentes em questão, bem como sobre a polifonia com que compreende-se as regras do Estado, é que o Estatuto da Criança e do Adolescente será executado e suas classificações sobre o adolescente encarcerado serão construídas.

O funcionário de medidas socioeducativas no Brasil

A partir deste contexto, mostra-se necessário agora especificar os grupos responsáveis pela aplicação da medida socioeducativa de internação ao adolescente em conflito com a lei. Esses funcionários de medida socioeducativa de internação formam somente uma parte do campo de atenção ao adolescente em conflito com a lei (SCHUCH, 2005), já que desenvolvem seu trabalho apenas após um longo caminho de práticas e instituições, no qual diversas decisões de múltiplos atores, ligados às instituições policiais e judiciais, acarretam na execução da medida socioeducativa de internação. Para melhor compreender o *lôcus* de atuação desses funcionários, a fim de iluminar

¹⁹No original: "First, magic has consequences that are real, I am trying to stay close to the representations I encountered in the field. Second, the forces mobilized for performance of magic are not transparent. Third, magical practices are closely aligned to forces of danger because of combination of obscurity and power. Finally, to engaged in magic is to place oneself in a position of vulnerability".

o longo caminho que o adolescente acusado de um ato infracional percorre antes da execução da medida de internação²⁰ e, portanto, antes de travar contato com os referidos funcionários, segue um fluxograma (Figura 1) referente ao processo de apuração de um ato infracional.

²⁰ Vale lembrar que a medida de internação não é a única possível, existindo também, por exemplo, medidas socioeducativas em meio aberto, como liberdade assistida (LA) ou prestação de serviço à comunidade (PSC). Porém, como o grupo social estudado por esta pesquisa são os trabalhadores de medida de internação, focaremos as análises apenas neste grupo.

Fluxo do sistema de justiça juvenil

Momentos de abertura de pastas e prontuários

Fonte: ALVAREZ, Marcos César; OLIVEIRA, Thiago; VINUTO, Juliana;. Gênero e medidas socioeducativas: uma análise das pastas e prontuários do Complexo do Tatuapé (FEBEM-SP, 1990-2006). In: **Seminário De Estudos Prisionais**, IV, 2014. São Bernardo do Campo-SP. *Anais...*São Bernardo do Campo, 2014.

Quando nomeio os profissionais que atuam na medida socioeducativa de internação como funcionários, é apenas por questões didáticas, pois na realidade existem diferentes grupos profissionais²¹ que atuam na medida socioeducativa de internação. Dessa forma, sempre que realizar observações que podem ser estendidas a todos os grupos inseridos nos trabalhos desenvolvidos na medida socioeducativa de internação, os chamarei simplesmente de “funcionários”. Já quando as observações se restringirem a apenas uma ou alguma das equipes, se nomeará explicitamente à qual se equipe se refere.

Nesse sentido, são três as equipes que detém maior contato com o adolescente durante a execução de sua medida socioeducativa: a pedagógica, a técnica e a de segurança. Posteriormente exporei a definição oficial dessas equipes, mas por ora, exponho de forma sucinta as principais características destas a partir do que visualizei em minha pesquisa de campo²².

1) Equipe pedagógica: equipe responsável pelas ações de educação formal, profissionalização e demais ações de caráter pedagógico, sendo formada principalmente por agentes educacionais, professores das mais variadas especialidades e instrutores de educação profissional e cultural. Esta equipe tem uma característica multifacetada, pois há três formas distintas de seleção dos diferentes grupos profissionais desta equipe: os agentes educacionais são selecionados por meio de concurso público; os professores, a partir de seleção pela Secretaria Estadual da Educação; e os instrutores de educação profissional são empregados por ONGs. Assim, enquanto o primeiro grupo pode ser classificado como de funcionário, os últimos são nomeados “parceiros”, ou seja, profissionais que atuam na instituição, mas não são remunerados diretamente pela mesma. Porém, durante a pesquisa de campo, percebi que a posição dos professores, apesar de serem rotulados institucionalmente como parceiros, é considerada mais próxima da dos agentes educacionais do que dos instrutores pelos demais funcionários, sendo

²¹Como o que importa para esta pesquisa são os funcionários que detém proximidade com o adolescente internado, os funcionários administrativos e demais categorias que não tem contato direto com o adolescente não serão considerados aqui.

²²As formas como se denominam as diferentes equipes, bem como se organizam suas funções, foram alteradas diversas vezes no decorrer dos anos. Optou-se aqui por nomear e classificar os grupos profissionais de acordo com o modelo atualmente vigente na Fundação CASA.

simbolicamente considerados como funcionários. Além disso, tanto agentes educacionais quanto professores são funcionários do Estado, enquanto que os últimos são funcionários de ONGs conveniadas, o que permite uma aproximação ainda maior entre agentes educacionais e professores. Por isso, quando em alguma observação for citada a “equipe pedagógica”, se referirá apenas aos agentes educacionais e aos professores, desconsiderando os funcionários de ONGs.

2) Equipe técnica: tratam-se de funcionários que desenvolvem o acompanhamento e avaliação do adolescente e de sua família, produzindo pareceres sobre as condições e as respostas dadas às intervenções efetuadas durante a execução da medida socioeducativa, gerenciando a participação do adolescente em outras dimensões da mesma, como sua frequência às aulas e a obtenção de documentos como RG e CPF. Esta equipe é formada por assistentes sociais e psicólogos, ambas as funções selecionadas por concurso público, e uma de suas principais funções é a produção de relatórios a serem enviados ao Judiciário²³, referente à adesão do adolescente e da família aos propósitos da medida, indicando seus possíveis progressos e retrocessos durante a execução da mesma.

3) Equipe de apoio socioeducativo: responsável pelo controle de questões disciplinares junto ao adolescente, com a finalidade de garantir a segurança tanto dos adolescentes quanto dos demais funcionários presentes na instituição na qual executa-se a privação de liberdade. Seus membros têm como atribuições a organização do cotidiano dos adolescentes e o acompanhamento destes em atividades diversas, tanto no interior como no exterior da Unidade (neste caso, em momentos em que este tem consultas médicas fora da instituição ou vai ao velório de um parente, por exemplo). Também selecionados através de concurso público, mas ao contrário das demais equipes, é exigido a seus integrantes apenas a conclusão do ensino médio. Apesar disso, segundo meus informantes, há cada vez mais agentes de apoio socioeducativo já com ensino superior. Esta é a equipe que passa a

²³ Tais relatórios informam a decisão judicial sobre o adolescente internado. Como a medida socioeducativa deve ser reavaliada a cada 6 meses, tal relatório acaba por ser uma das principais ferramentas de determinam o término ou continuidade da medida.

maior parte do tempo com os adolescentes, trabalhando usualmente em escala de 12 x 36 horas.

Essas são as equipes que atuam na rotina do adolescente internado, mas há outros grupos que também estão próximos ao mesmo, mas de forma não cotidiana, como, por exemplo, membros de algumas igrejas, principalmente protestantes. Também há atuação do *Choquinho*, que é uma equipe ligada à área de segurança da instituição, mas que trabalha fora das Unidades, adentrando a estas apenas em situações limites, como rebeliões ou tentativas de fuga. O nome Choquinho é uma alusão ao Batalhão do Choque da Polícia Militar, pois seu uniforme e equipamentos são parecidos, mas tem o nome colocado na forma diminutiva por lidar com adolescentes, enquanto o Batalhão de Choque atua junto a adultos.

Como comentário final a ser dito sobre as diferentes equipes que trabalham na execução da medida socioeducativa de internação, vale lembrar que, apesar das padronizações diversas - já que todas as Unidades são submetidas a um mesmo Regimento Interno - há características locais que influenciam grandemente a forma como cada equipe será caracterizada, bem como as formas possíveis de atuação das mesmas. Como afirma Miraglia (2002, p. 91): “é possível dizer que, de certa forma, cada unidade tem uma vida autônoma, um cotidiano independente, regras próprias que se misturam às regras institucionais, na fala nativa, cada unidade tem seu próprio proceder”.

O funcionário de medida socioeducativa de internação na literatura acadêmica pós-ECA

O objetivo dessa sessão é ressaltar algumas características do grupo formado pelos funcionários de medida socioeducativa de internação a partir do que é dito sobre eles em trabalhos de autores brasileiros, publicados ou defendidos a partir de 1990 e que, portanto, caracterizariam um grupo que tem seu trabalho cotidiano perpassado pelas normativas do ECA. São escassos os trabalhos que abordam especificamente os funcionários de medidas socioeducativas de internação (BRITO, 2002; CORREA, 2007; FRANCO, 2008; CINTRA, 2010; FARIAS E NARCISO, 2005), se comparados com trabalhos

que abordam a vivência da medida socioeducativa pelo adolescente em conflito com a lei. Apesar disso, há alguns trabalhos que, mesmo ao se focarem no adolescente encarcerado, também teceram considerações relacionadas ao referido funcionário, e a partir desses trabalhos foi possível aumentar o núcleo de informações sobre o mesmo²⁴.

Nesse sentido, mostra-se importante localizar tais funcionários no que Schuch (2005) define como "campo de atenção ao adolescente infrator pós-ECA", já que, apesar de existirem aparatos jurídico-estatais de proteção e controle à população infanto-juvenil desde o início do século XX, é após a promulgação do ECA que se constrói a especificidade deste novo campo, relacionado ao modo de sua significação por parte dos atores envolvidos: "Estes agentes acabam privilegiando uma noção de ruptura com práticas, princípios e modos de atenção regidos pelas leis da infância e juventude anteriores ao ECA, e reconfigurando um conjunto de disposições distintivas de atributos e atribuições quanto à sua forma de ação" (SCHUCH, 2005, p. 22).

Abordo aqui trabalhos de pesquisadores de diversas áreas, como História, Psicologia, Serviço Social, Pedagogia, Segurança do Trabalho, Estudos Linguísticos, Antropologia e Sociologia. Além desses trabalhos acadêmicos, um livro de depoimentos produzidos por dois funcionários que atuaram como monitores²⁵ na antiga FEBEM-SP (FARIAS E NARCISO, 2005) também me forneceu informações relevantes. Vale lembrar que a imensa maioria dos trabalhos foi defendido/publicado durante a era FEBEM, mas alguns também elaboraram apontamentos sobre a Fundação CASA.

Exporei algumas características e atitudes recorrentes nos argumentos destes autores, pois permitem qualificar melhor o grupo de funcionários que atuam na internação dos adolescentes considerados como em conflito com a lei. Não é demais lembrar que existem diversas equipes que atuam junto ao adolescente internado (a de apoio socioeducativo, a pedagógica e a técnica), e que nem todos os pesquisadores abordam todas as diferentes equipes. Por

²⁴ Além de pesquisas em plataformas *online* de diversas bibliotecas, do banco de teses da USP e da CAPES, a dissertação de mestrado de Bretan (2008) foi de grande valia para a construção desse balanço bibliográfico.

²⁵ "Monitor" é a nomenclatura antiga para o que atualmente nomeia-se como agentes de apoio socioeducativos.

isso, sempre detalharei à qual equipe ou equipes os comentários dos autores se referem.

Em todos os trabalhos citados acima são relatados diversos tipos de relações potencialmente conflituosas. Como já foi dito, as três equipes que mais interagem com o adolescente em situação de privação de liberdade são a de apoio socioeducativo, a técnica e a pedagógica, sendo que alguns dos trabalhos citados teceram comentários sobre as relações entre estas equipes, entre estas e a direção de suas Unidades, entre funcionários antigos e novos, entre estes e os adolescentes, e entre esses funcionários e a sociedade mais ampla, principalmente a partir da Mídia e de ativistas de Direitos Humanos. Uma caracterização que salta aos olhos no que tange a todas essas relações é a forma como o conflito usualmente as permeia, sendo inclusive um dos argumentos citados para explicar a permanente sensação de tensão que vários desses funcionários expressam em suas narrativas sobre seu cotidiano de trabalho.

Apesar do grande número de trabalhos evidenciarem essas múltiplas fontes de conflitos, alguns pesquisadores fazem a ressalva de que não há homogeneidade entre os funcionários das diferentes equipes que atuam na medida socioeducativa de internação (MIRAGLIA, 2002; BRITO, 2002), já que há nuances em termos de opinião e de posicionamento, mesmo dentro de uma mesma equipe. Porém, alguns pontos mostram-se como recorrentes na argumentação de diversos pesquisadores. Um desses pontos refere-se à valorização da força física (TAVARES, 2008) e a atribuição de suposta fragilidade às funcionárias do sexo feminino (CORREA, 2007), que fazem com que o trabalho socioeducativo seja visto como algo eminentemente masculino, e isso não apenas nas atividades de segurança. Como afirma Franco (2008, p. 112):

Outro aspecto interessante desse relato diz respeito à condição feminina como algo que não se ajusta às condições de trabalho, não só pelo assédio dos jovens em regime de internação, mas também pela necessidade de uma conduta masculina.

Tal necessidade de contenção se daria devido ao cotidiano tenso de trabalho nos quais esses funcionários sentem-se imersos. Além de uma longa e intensa jornada de trabalho (TAVARES, 2008; FARIAS E NARCISO, 2005), há um ambiente potencialmente doentio, tanto em termos físicos como psicológicos. Especificamente sobre os monitores, Tavares (2008, p. 57) afirma que: “Segundo os representantes sindicais da categoria, ‘os monitores após sofrerem vários tipos de agressões, entram na cachaça e na droga e se afastam do trabalho’”.

Esse clima de constante tensão também se constrói devido à impressão de que, a qualquer momento, algo que altere a dinâmica da instituição possa acontecer e, portanto, os funcionários precisam estar muito atentos às sutilezas do ambiente, pois os adolescentes estariam, a todo o momento, testando os funcionários (ALMEIDA, 2010; FARIAS E NARCISO, 2005). Como afirma Maurício Olic, no caso dos professores (2013):

Dentro da lógica que para fortalecer uma coletividade deve-se enfraquecer a outra, ou seja, para que a organização dos adolescentes prevaleça é necessário que a articulação entre os funcionários esteja enfraquecida. Deste modo, os internos buscam fracionar e afastar as diferentes equipes que atuam para o cumprimento da medida socioeducativa. Assim, usam da estratégia de se queixar para os professores que estão sendo vítimas de tortura e questionam-no de que lado estão, com quem estão correndo junto. (...) Com isso, a relação dos profissionais de diferentes setores acaba se deteriorando, os professores são acusados, dentre outras coisas, de não conseguir disciplinar e controlar os alunos em sala, os docentes, por sua vez, reclamam da falta de segurança e apoio, além de questionarem sobre a veracidade dos atos de violência narrados pelos alunos.

Esse ambiente exerceria tensão não apenas durante o período de trabalho, mas as preocupações advindas das relações intramuros seriam levadas a outros ambientes, como o familiar (GOMES, 2013). Esse trânsito de preocupações e reclamações entre o dentro e o fora dos muros imporiam aos funcionários alguns ajustes à organização pessoal, como utilizar diferentes trajetos para ir do local de residência ao trabalho, e banalizar a violência (FRANCO, 2008). Um dos motivos pelos quais essa tensão se constituiria seria a relação constante com um adolescente que, por estar internado, muitas

vezes é considerado como violento por si só, o que causaria preocupações e medos constantes. Em muitos trabalhos, é ressaltado o fato de que, segundos esses trabalhadores, deveriam existir formas de treinamento específicas para lidar com esse adolescente – como defesa pessoal -, bem como capacitações mais frequentes e de maior qualidade (TAVARES, 2008; BRITO, 2002; CINTRA, 2010; FARIAS E NARCISO, 2005). Tais capacitações seriam ainda mais necessárias para lidar com o adolescente em situação de rebelião, tema muito evocado em tais pesquisas. Para alguns pesquisadores, a rebelião seria provocada, organizada, planejada e executada apenas pelos adolescentes, que exporiam os funcionários a um risco extremo (TAVARES, 2008; FARIAS E NARCISO, 2005), enquanto outros veem nas rebeliões uma potencialidade de expressão e de revolta por parte dos adolescentes contra a instituição e funcionários, que usam de maus-tratos e tortura (VICENTIM, 2005). Além disso, a própria rebelião poderia ser ferramenta utilizada pelos funcionários para fins políticos, fazendo dos adolescentes encarcerados massa de manobra para desestabilizar a direção da instituição nos momentos em que essa desagrada a tais funcionários (VICENTIM, 2005).

Outro motivo para a existência desse cotidiano tenso e conflituoso é a ambiguidade do trabalho do funcionário de medida socioeducativa, no qual o funcionário tem que lidar com a falta de diretrizes institucionais claras entre punir e ressocializar o adolescente objeto de sua intervenção (GOMES, 2013; CINTRA, 2010). É neste contexto que esses profissionais sentem que a instituição valoriza os funcionários tecnicistas, ao invés de incentivar posturas mais propositivas (CINTRA, 2010), o que pode ser desestimulante para sua prática cotidiana de trabalho. Para alguns pesquisadores, tal postura tecnicista seria um indicativo de que esse grupo profissional mostra-se como uma ferramenta fundamental para a reprodução da dominação (RODRIGUES, 2005). Além disso, o funcionário que atua em medida socioeducativa de internação sabe que, de alguma forma, diversos grupos na sociedade mais ampla ligam seu trabalho à tortura e à própria dominação (MIRAGLIA, 2002), sendo que diversos trabalhos ressaltam a necessidade que estes funcionários têm de alterar essa imagem negativa, tanto de seu trabalho como da instituição na qual exercem essa função (BRITO, 2002; FRANCO, 2008):

Percebi nos funcionários da FEBEM, tanto entre os dirigentes, como entre os mais antigos na instituição, um esforço em transmitir uma visão positiva de suas atividades funcionais, ressaltando suas experiências e competências para lidarem com os adolescentes infratores. Esse esforço pode ser atribuído à tentativa de atenuar a imagem construída fora dos muros da FEBEM, que era a da violência institucional e de que os adolescentes estavam entregues a carcereiros. (CORRÊA, 2007, p. 62).

Todas essas pressões e conflitos relatados são afirmados como tendo impacto direto na qualidade do trabalho desenvolvido por estes atores, já que a falta de atendimento de suas necessidades no cotidiano de trabalho, do ponto de vista material e relacional, ganha mais espaços nas discussões entre estes funcionários do que a própria prática socioeducativa. Segundo Gomes (2013, p. 100): “Verificamos que, de maneira geral, as reuniões em que os gestores discutiam a ação socioeducativa eram raras, falavam mais dos problemas institucionais, interinstitucionais, dos problemas na equipe e entre as equipes”.

Neste contexto, há uma acusação constante, por parte das diferentes equipes, contra a equipe dirigente das unidades de internação, já que haveria certa negligência desta quanto às necessidades desses funcionários – tanto relacionadas às condições de trabalho, quanto a problemas físicos e mentais vivenciados pelos mesmos. Ao mesmo tempo, sempre que há denúncias de torturas e maus tratos contra os adolescentes, a equipe dirigente não hesitaria em culpabilizar os funcionários, como uma forma de se eximir da própria culpa por não fornecer condições mínimas de trabalho (FARIAS E NARCISO, 2005).

Há outra razão para a existência de conflitos entre as diferentes equipes de funcionários de medida socioeducativa, ligadas ao maior ou menor tempo de trabalho na função. A relação entre funcionários novos e antigos pode ser marcada por duas questões aparentemente contraditórias: por um lado, há a crença de que os funcionários antigos teriam uma postura profundamente repressiva, pois já teriam internalizado a cultura institucional. Por outro lado, esses funcionários antigos seriam indispensáveis ao bom andamento das atividades institucionais, pois, devido a sua experiência, conseguiriam manter a segurança e a ordem com maior efetividade (FRANCO, 2008; CORRÊA, 2007). Os novos funcionários, apesar de serem considerados como ferramentas

importantes para renovar/superar tal cultura repressiva, são vistos pelos funcionários antigos como os principais responsáveis pela perda de controle nas unidades, pois não aguentariam a pressão e facilitariam a ação violenta dos adolescentes internados: “Segundo os entrevistados, parte desses novos funcionários são iludidos pela FEBEM que lhes apresenta uma imagem irreal e idealizada do adolescente atendido pela Fundação” (FRANCO, 2008, p.131).

Além de todos esses conflitos intragrupais, existem ainda questões delicadas ligadas à vivência da própria profissão, referentes à impotência sentida por esses profissionais quanto ao resultado final de seu trabalho, já que muitos não acreditam que os adolescentes superarão as dificuldades existentes no retorno à sua comunidade, tendo grande possibilidade de reincidir no ato infracional. Alguns trabalhos ressaltam a frustração e a impotência sentida pelos funcionários da equipe técnica (BRITO, 2002), que afirmam que seu trabalho se transforma numa atividade burocrática de preenchimento e encaminhamento de relatórios, impossibilitando a construção de um relacionamento mais próximo com os adolescentes atendidos. Há também trabalhos que ressaltam a frustração do trabalho do agente de apoio socioeducativo (FARIAS E NARCISO, 2005), que devido a uma estrutura institucional problemática, não teria capacidade de desenvolver um trabalho mais próximo ao adolescente, sendo que muitas vezes tem seu trabalho ligado a torturas e maus-tratos. Há trabalhos que focam na incapacidade sentida pelos funcionários da equipe pedagógica (MARZOCHI, 2009), que muitas vezes precisam se colocar mais na posição de orientadores do que de professores, sem ter contato com a família dos adolescentes e tendo possibilidade limitada de ajudá-los.

Por fim, vale pontuar a relação conflituosa entre esses funcionários e a sociedade mais ampla, notadamente personificada a partir da Mídia e dos defensores dos Direitos Humanos e ativistas pró-ECA (VICENTIM, 2005; FARIAS E NARCISO, 2005). Nessa conjuntura, alguns funcionários acreditam que o ECA e seus defensores fomentariam a falta de autoridade dos funcionários, contribuindo para uma situação de indisciplina por parte dos adolescentes (CORREA, 2007; FRANCO, 2008). Para os funcionários, devido a questões estruturais, não haveria condições para executar o ECA

plenamente, já que a instituição na realidade é de contenção, e não de ressocialização e, portanto, a questão da disciplina deve se tornar o foco da medida socioeducativa (TAVARES, 2008). Segundo alguns trabalhos (TAVARES, 2008; FARIAS E NARCISO, 2005), esses funcionários se sentiriam injustiçados, pois, frente às denúncias contra funcionários, tem-se uma visão unilateral da situação, não havendo um cuidado em ouvir de igual forma denunciante e denunciado. Nesses casos, a mídia é apontada como potencializadora da imagem negativa da instituição e de seus trabalhadores frente à sociedade em geral, dando visibilidade a esses casos, em detrimento dos casos em que o funcionário consegue provar sua inocência (CORRÊA, 2007; FARIAS E NARCISO, 2005). Como afirma Olic (2013)

Para os críticos, o excesso de regras, vigilância e controle impedem que se crie um “ambiente socioeducativo”, na medida em que educadores e adolescentes ficam constrangidos com a presença constante de funcionários, que acompanham de perto todas as atividades e intervêm nos casos em que observam um comportamento que fere as normas da unidade. Segundo alguns docentes, esta situação de constante vigília, acaba comprometendo, inclusive, a liberdade de cátedra do professor. Por outro lado, aqueles que defendem este ritmo, apontam que a obrigatoriedade dos jovens em frequentar as atividades e respeitar os professores, o material e a sala de aula, permite que a atividade socioeducativa ocorra efetivamente, ao contrário de outros Centros de Atendimento que, muitas vezes, as atividades são suspensas ou os adolescentes não comparecem à escola já que optam, devido ao descontrole institucional, em ficar fora da sala realizando outras atividades, como escutar música, assistir televisão, jogar futebol, ou mesmo ficar dormindo nos barracos.

Além de todos esses pontos de conflito, é possível observar algumas semelhanças na argumentação dos funcionários das diferentes equipes em prol de um saber prático, detido por eles, em detrimento de um saber teórico, vindo da Academia e da Mídia (FARIAS E NARCISO, 2005): “É difícil falar dos funcionários de maneira homogênea. Mas esse sentimento de ‘eu trabalho na FEBEM, então só eu sei do que se trata’ pôde ser percebido em várias conversas com funcionários” (MIRAGLIA, 2002, 94).

Nesse sentido, é possível perceber que essa valorização do saber prático não é colocada apenas entre funcionários e pesquisadores, mas entre diferentes equipes, principalmente por parte dos agentes de apoio

socioeducativo que, por ficarem mais tempo em contato direto com os adolescentes, teriam um conhecimento mais profundo sobre este, e saberiam o que realmente “acontece no pátio” (TAVARES, 2008; FARIAS E NARCISO, 2005). Neste contexto, os saberes da equipe técnica, da equipe pedagógica e da diretoria seriam fragmentados em comparação ao saber destes, o que prejudicaria o desenvolvimento das atividades, influenciaria a opinião e atitudes desses funcionários, que se tornariam mais maleáveis com os adolescentes, colocando em risco as vidas de todos os indivíduos inseridos neste ambiente institucional. Os funcionários das outras equipes – notadamente a equipe técnica – seriam pouco confiáveis, já que preferem estar ao lado do adolescente a apoiarem seus colegas de trabalho (FRANCO, 2008). Como um contraponto, os atores inseridos nas outras equipes vinculam a equipe de segurança a uma suposta cultura repressiva, sendo que tal cultura seria facilmente transmissível a outras equipes, o que facilitaria a difusão da cultura institucional repressiva (BRITO, 2002).

Vale ressaltar que há valores comuns que permeiam todas essas relações potencialmente conflituosas, permitindo o diálogo entre esses atores, mesmo a partir de argumentações marcadamente opostas. O clima de tensão vivido aparenta exigir uma preocupação constante com a segurança, em detrimento do trabalho socioeducativo (MARZOCHI, 2009). Correa (2007, p. 75) afirma que:

Entretanto, apesar do conflito travado nas relações de domínio, evidenciavam-se interesses comuns, isto é, a própria sobrevivência no espaço institucional. Os que chegavam para impor uma nova “cultura institucional” já absorviam como fator primordial, e como primado das suas ações, a manutenção da segurança, mesmo que, em último caso, tivessem que recorrer a técnicas não compatíveis com os princípios pedagógicos das medidas socioeducativas prescritas no ECA, que defendiam, por exemplo, o uso da cela de isolamento.

Sobre a relação entre funcionários e adolescentes, muitos trabalhos afirmam que ambos os grupos encontram-se submetidos aos mesmos constrangimentos institucionais (MALLART, 2014), o que pode ser fonte de empatia. Porém, devido à tensão e aos afetos implicados no relacionamento com o adolescente internado, alguns funcionários se esforçam para construir

uma relação distanciada com o adolescente, como um fator de proteção (TAVARES, 2008).

Um ponto forte na argumentação dos autores é que a proximidade entre as partes proporcionam diversos conflitos. Alguns trabalhos evidenciam que a equipe funcional, ao invés de manejar tais conflitos, muitas vezes os potencializam (FRANCO, 2008; GOMES, 2013), enquanto que em outros trabalhos afirma-se que as boas práticas numa instituição de internação só podem ser construídas a partir de relações interpessoais afetivas entre funcionário e adolescente, mais do que a partir de uma política institucional (FARIAS E NARCISO, 2005; GOMES, 2013).

Ao mesmo tempo em que esses funcionários usualmente culpabilizam apenas o adolescente por tais conflitos, deixando de ponderar sua corresponsabilidade na construção do mesmo (GOMES, 2013), também constrói-se uma relação de constante possibilidade de rupturas de regras, não parecendo haver equilíbrio possível entre os extremos de restrição total de liberdade ou domínio sem regras (FRANCO, 2008; ALMEIDA, 2010). Contudo, segundo Gomes (2013), apesar dessa situação potencialmente conflituosa entre grupos com níveis desiguais de poder, grande parte dos funcionários afirma que a maior dificuldade se encontra no relacionamento entre diferentes equipes, ou mesmo dentro da mesma equipe.

Após chamar a atenção para todos os conflitos, vividos de formas diferentes a depender da equipe na qual atua o funcionário de medida socioeducativa, não é de se espantar que tais equipes vivenciem de forma diversa a própria medida socioeducativa que devem construir junto ao adolescente encarcerado. Para citar um exemplo das diferentes formas como se posicionam as diferentes equipes, no caso, no que se refere à família, Liana de Paula (2004, p. 23) afirma:

Contudo, no que se refere às relações familiares, a percepção dos funcionários é mais complexa. Os responsáveis pela manutenção da segurança, os monitores e encarregados de ala, mantêm as relações familiares no registro das “relações perigosas” que associam o adolescente ao ato infracional. Assim, enfatizam a violência doméstica, o abandono, a falta de apoio e de condições financeiras dos pais como características dos adolescentes internados. Já os funcionários do grupo técnico – pedagogos, assistentes sociais e psicólogos

responsáveis pela dimensão pedagógica da internação – vão além de apontar essa “periculosidade” da família, relacionando-a como algo que a instituição deva tratar. Nesse sentido, a família não somente é inserida naquele conjunto de relações associadas ao ato infracional do internado, como também passa a integrar a atuação pedagógica sobre o adolescente.

Assim, na caracterização desse grupo de funcionários, chama a atenção a tensão que permeia a vida cotidiana desses grupos, tensão essa influenciada notadamente por todos os conflitos que emergem de suas relações. Nesse sentido, a construção social do adolescente em conflito com a lei é fortemente influenciada por várias das questões colocadas, evidenciando um processo conflituoso no qual emergem representações sobre o adolescente. Se acreditarmos, como Simmel (1983) argumenta, que o conflito tem a potencialidade de produzir/modificar grupos de interesses, impondo um nivelamento que mostra-se como condição necessária para a comunicação, cria-se um ato de reconhecimento que possibilita mudanças, cria consensos, etc. Nesse sentido, o conflito tem aspectos positivos e negativos, que até podem ser separados conceitualmente, mas não empiricamente. Como afirma o autor (SIMMEL, 1983, p. 124): “Conflito é, portanto, destinado a resolver dualismos divergentes, é uma maneira de conseguir algum tipo de unidade, mesmo que seja através da aniquilação de uma das partes em litígio”. Por isso, este panorama conflituoso, que teve sua visualização permitida a partir de tantos trabalhos, ajuda a entender o pano de fundo no qual a imagem de adolescente internado é construída por estes funcionários. Em suma, como afirma Simmel mais uma vez, a contradição e o conflito são operativos, a cada momento necessário para a construção do consenso e da unidade (SIMMEL, 1983).

O processo seletivo para o trabalho em medida socioeducativa de internação.

Para que um indivíduo seja contratado como servidor de uma instituição de medida socioeducativa de internação, usualmente deve-se ser aprovado em

um concurso público²⁶. Nesse sentido, os documentos oficiais de um concurso público, como o edital do concurso, as provas aplicadas aos candidatos às vagas, etc., podem fornecer informações relevantes sobre o perfil desejado para a função em questão, sendo que tal perfil certamente influenciará o tipo de indivíduo contratado e, conseqüentemente, as interações possíveis com o adolescente encarcerado. Na tentativa de caracterizar um pouco melhor os sujeitos estudados por esta pesquisa, desenvolverei nesse capítulo uma análise sobre o material decorrente do último concurso público realizado pela Fundação CASA, que ocorreu em 2013²⁷. É um tanto quanto arbitrário escolher o último concurso realizado por esta instituição, já que meus informantes foram aprovados em concursos públicos mais antigos, e, além disso, provavelmente, existem especificidades relativas ao perfil desejado para a função de acordo com o momento histórico. Porém, optei por analisar o último concurso visto que este disponibilizou vagas para todas as equipes que têm contato mais próximo ao adolescente – as equipes pedagógica, técnica e de apoio socioeducativo -, além do fato de que o concurso mais recente necessariamente está mais alinhado às necessidades institucionais atuais, que de alguma forma também influencia os trabalhos de todos os funcionários, mesmo aqueles já aprovados em concursos anteriores.

O edital nº 001/2013 de abertura de inscrições do Concurso Público nº 001/2013, publicado no Diário Oficial do Estado em 15/05/2013²⁸, fornece uma descrição extensa e detalhada das atribuições dos cargos, que cito integralmente adiante:

Agente de Apoio Socioeducativo: Acompanhar a rotina diária do adolescente, tanto no que se refere a sua higienização, alimentação, saúde, quanto a conservação das condições ambientais adequadas ao desenvolvimento das atividades educacionais. Participar do processo de

²⁶ Vale lembrar que há algumas exceções, como cargos de confiança, contratação emergencial, parceria com ONGs, etc. Além disso, a contratação de professores, como pontuado anteriormente, se dá de forma diversa, sendo que é a Secretaria Estadual de Educação a responsável pela seleção destes profissionais, abrindo chamada em seu site e fazendo entrevistas com os candidatos. Posteriormente serão discutidas outras especificidades do processo seletivo para professor.

²⁷ <http://www.fundacaocasa.sp.gov.br/index.php/noticias-home/2266-fundacao-casa-abre-concurso-para-685-vagas->. Último acesso em 11.01.14.

²⁸ O referido edital conta no link <http://site.pciconcursos.com.br/arquivo/1193584.pdf>. Último acesso em 22.02.2014.

recepção/acolhimento dos adolescentes desde sua chegada à desinternação, orientando-os quanto às normas disciplinares e de convivência dos Centros de Atendimento. Acompanhar os adolescentes em transferências, audiências, atendimento médico/hospitalar, atividades sociais autorizadas, entre outras. Garantir as condições ideais de segurança e proteção dos profissionais e adolescentes de forma ininterrupta, de acordo com o artigo 125 do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, através de acompanhamento, observação e contenção, quando necessário, visando evitar tentativas de fuga individuais ou coletivas e movimentos de indisciplina. Atuar de maneira pró-ativa perante o trabalho, buscando atitudes voltadas para a aplicação das medidas socioeducativas. Tomar ciência da situação do Centro de Atendimento, através da leitura do livro de ocorrência, da comunicação com os demais agentes na rendição do posto e com o Coordenador de Equipe. Proceder, obrigatoriamente, à contagem dos adolescentes em toda passagem de plantão. Atender criteriosamente a designação de postos de serviço, respondendo pelo cumprimento das atribuições pertinentes aos postos em que for escalado. Cumprir o horário de escala com assiduidade e somente ausentar-se do posto após receber rendição e ou mediante autorização do superior imediato. Realizar, quando determinado, revista nas instalações físicas do Centro de Atendimento. Solicitar ao superior imediato a realização de revista no Centro de Atendimento quando observar razões fundamentadas para tal. Acompanhar e auxiliar no desenvolvimento das atividades educacionais quer nas dependências internas ou externas do Centro de Atendimento. Zelar pelo uso adequado dos materiais em geral e dos recursos utilizados nas atividades educativas, bem como da preservação predial. Participar do processo de planejamento e organização das festividades, eventos e atividades desenvolvidas pelos Centros de Atendimento. Participar da segurança externa nas perimetrais e portarias dos Centros de Atendimento, zelando pelo patrimônio público e evitando entrada de objetos que possam comprometer a segurança. Realizar de forma sistemática revista individual nos adolescentes, servidores, bem como nos familiares quando necessário, garantindo assim segurança e proteção. Participar de reuniões multidisciplinares, setoriais ou por convocação, a fim de favorecer o desenvolvimento da equipe e do adolescente quanto ao seu processo socioeducativo com vistas ao Plano Político

Pedagógico do Centro. Solicitar ao superior imediato a possibilidade de realização de reuniões para tratar de estratégias profissionais, quando observar razão fundamentada para tal. Sempre que necessário, relatar em formulário próprio quaisquer irregularidades que presenciar ou tiver conhecimento, representando as informações ao Superior Imediato. Compor Grupo de Apoio, quando houver a necessidade, para realização de ações coletivas devidamente comandadas e organizadas. Executar outras atividades, no campo da segurança e disciplina, determinadas por autoridade competente. Participar dos processos de educação continuada oferecidos pela Fundação, objetivando a sua capacitação e desenvolvimento profissional. Dar continuidade aos processos de educação continuada, apropriando-se dos documentos vigentes na Fundação, principalmente os que dizem respeito às diretrizes, às leis, à socioeducação e à área de segurança, buscando otimizar seus conhecimentos.

Agente Educacional: Participar da elaboração e executar o Projeto Político Pedagógico do Centro de Atendimento. Construir, junto à equipe pedagógica, um projeto de trabalho para o acompanhamento e orientação das atividades diárias dos adolescentes em seus vários aspectos, com enfoque educacional. Acompanhar as atividades de vida diária (higienização, alimentação, lazer) do adolescente, buscando a efetivação de ações educativas concernentes a essas atividades. Acompanhar *in loco* as atividades educacionais junto à equipe de profissionais que desenvolve as atividades com os adolescentes. Executar e acompanhar o Projeto Educação e Cidadania, desenvolvido nas unidades de internação provisória. Acompanhar, participar e/ou ministrar cursos de qualificação profissional básica aos adolescentes nas unidades de internação. Responsabilizar-se pelo acompanhamento e articulação das áreas pedagógicas (escolar, educação profissional, arte e cultura, esporte e lazer) em consonância com a Proposta Político Pedagógica para a Medida de Semiliberdade. Zelar e orientar o jovem pelo uso adequado dos materiais em geral e dos recursos utilizados nas atividades educativas, bem como da preservação predial. Propor e participar do processo de planejamento das atividades desenvolvidas pelo Centro de Atendimento, colaborando na organização. Participar de reuniões multidisciplinares ou setoriais, a fim de favorecer o desenvolvimento do adolescente no seu

processo socioeducativo. Manter avaliação diária e contínua dos trabalhos executados, contribuindo para a análise do desenvolvimento educacional do adolescente, para que o mesmo perceba sua evolução e para a construção dos relatórios e registros que desencadearão na proposição e análise dos Planos Individuais de Atendimento intequipes. Auxiliar na organização de eventos e festividades. Participar de processos de educação continuada oferecidos pela Fundação e por parceiros, objetivando a sua capacitação e desenvolvimento profissional. Desenvolver outras funções pertinentes ao setor pedagógico, de acordo com as orientações do Coordenador Pedagógico.

Analista Técnico - Assistente Social: Participar na elaboração do Projeto Político Pedagógico do Centro de Atendimento, visando o planejamento anual do trabalho a ser desenvolvido. Realizar suas intervenções, em consonância ao Sistema de Garantia de Direitos, ao Estatuto da Criança e Adolescente, às Normativas Internacionais, Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo - SINASE, Plano estadual de atendimento socioeducativo. Atuar com responsabilidade, mantendo-se convergente às concepções da proposta socioeducativa pautando-se em princípios, conhecimentos e técnicas reconhecidamente fundamentadas pelo Serviço Social na ética e na legislação profissional. Realizar o acolhimento dos adolescentes e familiares. O acolhimento/atendimento deverá ser realizado objetivando a formação do vínculo e a construção das relações de confiança e respeito, fundamentais no processo socioeducativo. Realizar Estudo Social da Família, de modo a estabelecer o diagnóstico da dinâmica interacional do grupo familiar, utilizando-se de instrumentos e técnicas específicas. Realizar visita domiciliar/comunitária. Discutir com a equipe multidisciplinar as características das relações sociais/familiares/comunitárias do adolescente. Realizar atividades grupais com as famílias, objetivando a integração e troca de experiências comuns. Promover ações junto aos adolescentes e familiares que visem à conscientização e orientação no sentido do exercício da cidadania, potencializando-os para encontrar alternativas que resultem na superação das dificuldades. Articular junto à rede socioassistencial pública e privada, buscando a integração dos recursos existentes que venham complementar ou implementar o trabalho desenvolvido junto ao adolescente e família. Observar e

perceber o adolescente nas suas relações institucionais, sociais e comunitárias. Elaborar relatórios, manifestações, a fim de manter informados os órgãos do sistema de justiça. Registrar as ações realizadas arquivando e mantendo atualizada a Pasta de Acompanhamento do Adolescente. Avaliar e indicar o grupo familiar e pessoas que serão autorizadas a visitar o adolescente no Centro de Atendimento. Participar dos plantões técnicos acompanhando as visitas aos adolescentes. Manter interlocução com Poder Judiciário, Ministério Público e Defensoria Pública, bem como participar de audiências no que se refere ao cumprimento da medida socioeducativa pelo adolescente. Participar de processos de capacitação e desenvolvimento profissionais oferecidos pela Fundação.

Analista Técnico – Psicólogo: Participar na elaboração do Projeto Político Pedagógico do Centro de Atendimento, visando o planejamento anual do trabalho a ser desenvolvido. Realizar suas intervenções, em consonância ao Sistema de Garantia de Direitos, ao Estatuto da Criança e Adolescente, às Normativas Internacionais, SINASE-Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo, Plano estadual de atendimento socioeducativo. Atuar com responsabilidade mantendo-se convergente às concepções da proposta socioeducativa pautando-se em princípios, conhecimentos e técnicas reconhecidamente fundamentadas pela ciência Psicológica, assim como na garantia de direitos. Realizar o acolhimento dos adolescentes e familiares, objetivando a formação do vínculo e a construção das relações de confiança e respeito, fundamentais no processo socioeducativo. Realizar avaliação diagnóstica a fim de compreender as necessidades dos adolescentes e família, fundamentando a construção do plano de atendimento. Investigar a dinâmica psíquica do adolescente, com finalidade diagnóstica e interventiva através de métodos e técnicas específicos da área. Realizar atendimento grupal ao adolescente e familiares, trabalhando temáticas pré-determinadas, de interesse dos jovens e/ou família, utilizando-se de técnicas e material de apoio apropriados aos objetivos do grupo, baseados em referencial técnico-científico regulamentado e reconhecido pela profissão. Participar de processos de educação continuada oferecidos pela Fundação, objetivando a sua capacitação e desenvolvimento profissional. Planejar e desenvolver atendimento individual

específico da área. Criar espaços de escuta ao adolescente em conflito com a lei, buscando abordar os possíveis efeitos em saúde mental produzidos pela situação de privação de liberdade. Elaborar relatórios e registrar na Pasta de Acompanhamento do Adolescente as ações e resultados obtidos. Elaborar relatórios, manifestações, a fim de manter informados os órgãos do sistema de justiça. Participar dos plantões técnicos acompanhando as visitas aos adolescentes.

Essa descrição das atribuições dos cargos fornece um panorama sobre o que deve ser realizado por estes profissionais durante o cotidiano de trabalho, fornecendo um perfil do tipo de funcionário que a instituição necessita. A partir dessas informações, é possível analisar que não aparenta ser importante que este funcionário tenha um perfil conciliatório, que se esforce na criação de vínculos afetivos com o adolescente, baseados no respeito mútuo. Ao contrário, são raros os momentos em que, nas referidas descrições, evidencia-se, implícita ou explicitamente, que este funcionário deve atuar visando às necessidades do adolescente internado, a partir de um Sistema de Garantias e Direitos, sendo ferramenta importante na ressocialização do mesmo, como consta em diretrizes como ECA e SINASE. Principalmente para o cargo de Agente de Apoio Socioeducativo, o que é solicitado no edital é quase o contrário disso, ou seja, um trabalho pragmático, que em alguns momentos da descrição parece até ter pouca relação com o adolescente em conflito com a lei, já que não é citada a especificidade do trabalho voltado a tal grupo. Além disso, em tais descrições quase não consta a necessidade desses funcionários terem o trabalho guiado pelas normativas existentes, como ECA e SINASE, que estabelecem diversos direitos e deveres do adolescente em medida socioeducativa de internação. Em alguns momentos, consta que a apropriação de documentos vigentes na instituição, como diretrizes e leis, deve ocorrer apenas para otimizar conhecimentos, assim como processos de educação continuada servem apenas para capacitação e desenvolvimento profissional, tornando-se quase que um fim em si mesmo.

O edital do referido concurso público fornece outras informações relativas ao cotidiano de trabalho desses funcionários. Por exemplo, o

candidato que vier a ser contratado estará sujeito ao regime da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), sendo que a remuneração para cada um dos cargos em concurso é composta de salário-base e de GRET (Gratificação de Regime Especial de Trabalho).

Como exigências para a contratação, para atuar na equipe pedagógica ou psicossocial, é necessário ensino superior na área de atuação e, no caso dessa última, também ter registro no conselho de classe. Já para atuar na equipe de apoio socioeducativo, além do ensino médio é necessário ter idade mínima de 25 anos e ter altura mínima de 1,60m, no caso de mulheres, ou 1,65m, no caso de homens, sendo que as agentes de apoio socioeducativo atuam apenas em Centros de internação feminino. Interessante observar que não há altura mínima necessária para atuar como Agente de Segurança Penitenciária (feminino ou masculino) cargo que exerce funções semelhantes ao Agente de Apoio Socioeducativo, mas em penitenciárias voltadas à contenção de adultos²⁹.

Além das informações existentes no edital de seleção, as provas para avaliação dos candidatos no referido concurso também fornecem informações interessantes para caracterizar o perfil de funcionário desejado pela instituição, já que os conteúdos programáticos das provas, de alguma forma, refletem o tipo de conhecimento que este funcionário deve deter para atuar em medida socioeducativa de internação.

Para atuar como agente educacional, assistente social ou psicólogo, deve-se responder uma prova objetiva de múltipla escolha com 10 questões de língua portuguesa, 10 de matemática, 5 de conhecimentos básicos, sendo que tais provas são as mesmas para os três cargos. Além disso, há 25 questões referentes a conhecimentos específicos, que variam de acordo com o cargo pretendido. Já na avaliação dos candidatos ao cargo de agente de apoio socioeducativo, constam 10 questões de língua portuguesa, 10 de matemática, 20 de conhecimentos básicos e 10 de conhecimentos específicos. A prova para este cargo difere bastante da prova aplicada aos outros cargos, já que esta é formulada para um público de ensino médio, enquanto as outras demandam

²⁹Para mais informações sobre o último concurso para o cargo de Agente de Segurança Penitenciária: http://www.vunesp.com.br/seap1203/edital_abertura_16_1_13.pdf

um conhecimento adequado ao ensino superior. Inclusive aqui há um ponto que chama bastante atenção: as oito *primeiras* questões da prova para agente de apoio socioeducativo, que são sobre regras da língua portuguesa, devem ser respondidas tendo por base um texto adaptado de Lya Luft, publicado na revista *Veja* em 24 de abril de 2013³⁰, que advoga pela redução da maioria penal. Nesse sentido, como tais questões são relativas à compreensão da linguagem utilizada pela autora, não existe nenhuma pergunta que problematize os argumentos colocados por Luft a favor da redução da maioria penal. Acredito que o fato de esse texto basear já as primeiras questões da prova, e de não haver nenhuma questão em que seja possível detectar a compreensão do candidato sobre a questão da redução da maioria penal, abre-se espaço para que o mesmo considere que a opinião de Luft é consensual.

Apesar dessas considerações sobre essas primeiras questões, ligadas ao conhecimento de língua portuguesa, são as questões de conhecimentos básicos e específicos que fornecem mais indícios sobre o tipo de funcionário que a instituição procura. Nas provas de conhecimentos básicos aplicadas aos candidatos às vagas de assistente social, psicólogo e agente educacional, todas as questões relacionam-se de alguma forma ao adolescente em cumprimento de medida socioeducativa, grupo que será foco dos trabalhos dos candidatos aprovados. Já a prova de conhecimentos básicos aplicada aos candidatos à vaga de agente de apoio socioeducativo tem estrutura diferente, pois há diversas questões que não detêm relação direta com esses adolescentes, como por exemplo, perguntas sobre registro de ONGs, medidas protetivas, etc.

Já nas provas de conhecimentos específicos, observa-se uma caracterização um pouco diferente. Nas provas aplicadas aos candidatos à assistente social, há a predominância de questões teóricas, com pouca ou nenhuma vinculação com o adolescente nomeado como em conflito com a lei, focando na compreensão da função de assistente social, de diretrizes encontradas na LOAS (lei orgânica da assistência social), SUAS (sistema único de assistência social), PNAS (política nacional de assistência social), etc. Um

³⁰ O referido texto encontra-se no anexo 1, página 181.

pouco diferente são as provas voltadas aos candidatos à vaga de psicólogo e de agente educacional. No caso do primeiro, há questões de caráter teórico, pelo menos indiretamente ligadas ao adolescente em conflito com a lei, como adolescência, culpa, parentalidade e família, etc, enquanto que no segundo caso, há questões gerais sobre a prática educativa. Porém, ambas as provas também contêm questões relacionadas às especificidades de um trabalho voltado ao adolescente em conflito com a lei.

Por fim, na prova aplicada aos candidatos à vaga de agentes de apoio socioeducativo, constam as questões mais alinhadas às especificidades de um trabalho a ser desenvolvido com adolescentes em medida socioeducativa de internação, existindo questões sobre o relacionamento com o adolescente, sendo um dos poucos momentos da prova para esta função em que se questiona sobre a cordialidade com que esse funcionário deve se colocar frente ao adolescente, o auxílio desse grupo no desenvolvimento das atividades educativas, etc.

Em caso de aprovação nessa primeira fase do concurso, o candidato também se submete a uma investigação social, de caráter eliminatório. Segundo o Edital: “A investigação social do candidato visa a apuração de sua conduta e idoneidade, ou seja, verifica se possui conduta irrepreensível, apurada em investigação sigilosa, averiguando sua vida pregressa e atual, quer seja social, moral, profissional ou escolar, impedindo que indivíduo com perfil incompatível ingresse na Fundação CASA-SP”. Apenas os aprovados também na investigação social podem ser contratados, sendo que para efetivar o processo e contratação, o candidato deve passar por quatro fases: anuência à vaga, exame médico pré-admissional, contratação e integração e treinamento, sendo que a ausência em qualquer destas implica em eliminação no concurso.

Por fim, vale fazer alguns comentários sobre a forma de contratação dos professores que irão atuar na Fundação CASA, que, como afirmado anteriormente, não é funcionário direto da instituição, mas sim da Secretaria Estadual de Educação. Dessa forma, o candidato a esta vaga deve fazer um cadastro na Secretaria Estadual de Educação, assim como faz qualquer outra pessoa interessada em lecionar em escolas estaduais, e neste momento deve indicar sua preferência por lecionar em alguma Unidade. Assim, como

usualmente há vagas para docência na Fundação CASA, ele é direcionado para atuar em uma escola próxima à Unidade na qual ele irá atuar. Ou seja, na realidade, por mais que seu trabalho seja executado numa Unidade de internação, o vínculo desse professor é com a escola próxima da Unidade, responsável pelas aulas na mesma. Por fim, para concretizar sua contratação para lecionar na Unidade, ele deve produzir uma proposta de trabalho intitulada “Projeto Educação e Cidadania”, que, na realidade, já tem um modelo pronto, mas que serve para orientar um planejamento de aulas que leve em conta as especificidades de uma Unidade de Internação. Nesse sentido, devem ser respondidas as seguintes questões para este projeto:

- 1) Por que trabalhar em uma Unidade da Fundação CASA (objetivo)?
- 2) Como desenvolver as relações de ensino e aprendizagem em uma Unidade da Fundação CASA? (metodologia e didática).
- 3) Qual a indicação bibliográfica utilizada na concepção da proposta? (embasamento institucional e teórico)³¹.

Dessa forma, apesar deste projeto evidenciar certa preocupação com o perfil do professor que irá lecionar numa Unidade de internação, o processo seletivo para professor é relativamente mais simples do que para os outros funcionários. Apesar disso, na rotina de trabalho, este funcionário estará submetido aos mesmos constrangimentos institucionais, inclusive a principal diretriz de qualquer instituição, a saber: seu Regimento Interno.

Os regimentos internos

Regimento Interno é um conjunto de regras estabelecidas a fim de regulamentar e normatizar a organização e o funcionamento de um grupo ou instituição. Assim, os Regimentos Internos da FEBEM-SP e da Fundação CASA são instrumentos que pretendem fixar a organização da instituição e disciplinar a aplicação de suas normas.

O primeiro Regimento Interno da FEBEM foi criado em 2004, 28 anos depois de sua fundação³². Após o início dos trabalhos da Fundação CASA,

³¹Fui informada sobre tal procedimento durante o processo seletivo para lecionar na Fundação CASA do qual eu mesma me submeti durante a pesquisa.

criou-se um novo Regimento Interno, em 2007³³, que foi atualizado em 2012³⁴ a partir da Portaria Normativa nº 224/2012, a fim de se adequar às recomendações preconizadas no SINASE, instituído naquele ano, reunindo 108 artigos organizados em nove seções. Tais normas são direcionadas principalmente ao adolescente, a fim de definir comportamentos adequados ou inadequados, seja para especificar a estrutura necessária para fomentar o comportamento adequado do adolescente, bem como as respostas institucionais a serem dadas no caso de não adequação do adolescente às regras impostas. Como se afirma no artigo 102: “As normas deste Regimento Interno são aplicáveis ao adolescente, mesmo quando em movimentação ou em atividades externas”.

Como primeiro ponto a ser colocado no que se refere às diretrizes impostas por tal Regimento Interno, é a falta de regras voltadas ao comportamento dos funcionários. Apesar de citar algumas prerrogativas das diferentes equipes, e a obrigação destas em trabalhar em prol do adolescente internado, não há indicação alguma do que deve ser feito em casos concretos, por exemplo, à ausência de funcionários ou nos momentos em que um servidor usa de violência. Consta-se algumas normativas de caráter mais geral, que de alguma forma ajudam a regular as atitudes possíveis do funcionário, como por exemplo, no *único* artigo da seção IV, nomeada como “Dos Servidores”, o que evidencia o baixo número de diretrizes voltadas ao funcionário:

Artigo 11 – Os servidores das áreas pedagógica, de saúde e de segurança serão, a partir de parâmetros estabelecidos pelas respectivas Superintendências da Diretoria Técnica, referências dos adolescentes nos Centros de Atendimento de internação, internação provisória e semiliberdade, devendo acompanhá-los diuturnamente, de forma a estabelecer vínculos de confiança mútua.

É importante ressaltar que há portarias específicas que intencionam regular as ações dos funcionários das diferentes equipes durante seu cotidiano

³²<http://www.saopaulo.sp.gov.br/spnoticias/lenoticia.php?id=56332&c=5&q=Febem+ganha+lista+de+direitos+e+deveres>. Acesso em 18.02.2014.

³³Para acessar o Regimento interno de 2007: http://www.casa.sp.gov.br/index/pdf/regime_interno.pdf. Acesso em 18.02.2014.

³⁴Para acessar o atual Regimento Interno: http://www.fundacaocasa.sp.gov.br/pdf/Regimento_Interno.pdf. Acesso em 18.02.2014.

de trabalho. Porém, como o Regimento Interno é um documento central no que se refere às diretrizes internas à instituição, chama a atenção o baixo número de normas voltadas aos funcionários, em comparação com as normas que objetivam regular o comportamento do adolescente.

Assim, na seção 1, que foca as disposições gerais no referido Regimento, discorre-se sobre alguns conceitos relacionados à execução das medidas socioeducativas de internação e semiliberdade, pontuando considerações sobre os servidores, já anteriormente citado, o Conselho Gestor³⁵ e a Equipe de Referência³⁶. Já na seção 2 observam-se todos os direitos e os deveres dos adolescentes, além de normatizar o que é nomeado como “estímulos”, que são alguns benefícios, que podem ser individuais ou coletivos, que têm por objetivo incentivar o bom comportamento do adolescente e desestimular atitudes indesejadas, que variam desde um elogio por escrito na pasta do adolescente, até participação em atividades externas³⁷.

Já na seção 3, constam diretrizes referentes aos primeiros momentos do adolescente na instituição, como o acolhimento e a produção do plano individual de atendimento, além das normas voltadas à remoção e transferência dos adolescentes. No artigo 4, discorre-se sobre as políticas sociais às quais o adolescente e sua família têm direito, afirmando o dever da instituição em auxiliá-los a serem beneficiários das mesmas. E como os momentos mais prolongados deste Regimento constam-se as seções ligadas à

³⁵ Artigo 12: Os Centros de Atendimento de internação e semiliberdade constituirão Conselho Gestor que visará garantir a gestão participativa dos servidores e a participação da comunidade no processo de decisão, planejamento e operacionalização de ações no atendimento ao adolescente. O Conselho Gestor atuará em conjunto com os servidores, a família e o próprio adolescente como facilitador na integração das relações interpessoais, interna e externamente, nos termos da norma em vigor.

³⁶ Artigo 13: Os Centros de Atendimento de Internação Provisória, Internação e Semiliberdade deverão constituir Equipes de Referência para atendimento aos adolescentes, que serão responsáveis, na Internação Provisória, pela elaboração do Diagnóstico Polidimensional e na Internação e Semiliberdade pela elaboração e execução do Plano Individual de Atendimento ao Adolescente, bem como outras atribuições definidas neste Regimento Interno.

³⁷ Em algumas conversas informais, foi-me relatado que esses estímulos variam grandemente de acordo com a Direção da Unidade. Assim, haveriam estímulos mais “informais”, como a possibilidade dos adolescentes se alimentarem com comidas diferentes quando desenvolvem bom comportamento, como pizza ou refrigerante. Nesse sentido, esse tipo de estímulo informal ajuda imensamente no andamento da Unidade, pois os adolescentes se adequariam melhor às regras quando compensados dessa forma. Além disso, em um ambiente em que a rotina impera, a oportunidade de se alimentar de forma diversa da usualmente oferecida, dentre outras possibilidades de estímulo informal, teria um poder de coerção maior do que, por exemplo, um elogio escrito na pasta do adolescente.

segurança da Unidade, a saber: “seção 5: da segurança”, e “seção 6: do regulamento disciplinar”. Na seção 5, constam-se as obrigações dos funcionários ligados à segurança das Unidades, enquanto que a seção 6 nomeia as sanções disciplinares passíveis de serem aplicadas ao adolescente com mau comportamento, afirmando que estas devem ter caráter educativo, respeitando os direitos fundamentais e a individualização da conduta do mesmo. Assim, neste Regimento é possível classificar as faltas disciplinares cometidas pelos adolescentes em leves, médias e graves. As faltas leves e médias muitas vezes abordam as mesmas atitudes, como por exemplo, como nos casos do artigo 60, item XII (consideram-se faltas disciplinares leves) e no artigo 61 item V (consideram-se faltas disciplinares médias): “simular doença ou autolesão para eximir-se de dever legal ou regulamentar ou para obter vantagem indevida”. Assim, parece ser mais difícil identificar as diferenças entre o que seria uma falta classificada como leve ou média, em comparação com as faltas consideradas graves.

Por fim, constam as 3 últimas seções: a VII, que regulamenta as visitas recebidas pelos adolescentes; a VIII, que define e normatiza a medida de convivência protetora³⁸; e a IX, que efetua as disposições finais e transitórias.

³⁸ “Artigo 100 – O adolescente poderá ser incluído em medida de convivência protetora, sem prejuízo das atividades obrigatórias, nos termos do § 4º do artigo 53, quando existir situação de risco à sua integridade física, psicológica ou perigo de vida, que impeça a permanência com os demais adolescentes, recebendo, desde logo, atenção especial de sua Equipe de Referência”.

O adolescente em conflito com a lei como sujeito de intervenção

Após todas as colocações pontuadas no capítulo anterior, que tiveram por objetivo problematizar a função das diferentes equipes que executam cotidianamente a medida socioeducativa de internação, bem como o espaço de atuação possível para estes grupos, agora é necessário fazer algumas ponderações sobre a outra ponta da relação, ou seja, o adolescente em conflito com a lei. Portanto, apesar de não ser o foco desta pesquisa, é necessário tentar caracterizar este grupo, já que é em função deste que atuam os trabalhadores de medida socioeducativa no dia a dia da instituição. Dessa forma, argumento que o fato do adolescente internado ser usualmente rotulado como desviante influencia a maneira como será construída a relação deste com os funcionários da instituição e isso deve ser ponderado a fim de melhor compreender como se processa a construção social desses adolescentes. Para isso, alguns apontamentos serão colocados a partir de agora especificamente sobre o adolescente em conflito com a lei.

A construção social de uma figura desviante

Em consonância com a ideia weberiana de significação vivida (WEBER, 1999), muitos autores desenvolveram seus trabalhos focando na importância de compreender o sentido atribuído pelos próprios atores às suas ações durante tais interações. Alguns dos autores que foram influenciados por tais ideias foram Berger e Luckmann, que já se tornaram clássicos nos debates referentes à construção social de uma dada realidade, sendo esta de caráter autônomo, já que existe independentemente da vontade dos indivíduos, apesar de ser construído a partir das interações destes. A construção da realidade, vista pela ótica dos autores, liga-se às formas como os indivíduos constroem a compreensão de determinadas questões a partir de trocas, práticas, narrativas, etc., com outras pessoas e em grupos sociais específicos (BERGER E LUCKMANN, 2011).

Nesse sentido, a análise do que é considerado senso comum em uma realidade específica é vista como ponto central pelos autores, pois “constitui o

tecido de significados sem o qual nenhuma sociedade poderia existir” (BERGER E LUCKMANN, 2011, p. 36).

A partir desta conjuntura, um indivíduo que “não respeita as regras sociais”, que “faz coisas más”, ou que não “age de forma normal”, também pode ser analisado a partir de sua compreensão social, dado que todas essas aspás também são construídas em sociedade. Nesse sentido, Becker (2008) considera tais aspás como diferentes tipos de desvio, ou seja, a infração de regras sociais, impostas por determinados grupos com níveis diferenciados de poder. São essas regras que definem certas situações e tipos de comportamento como “apropriados”, punindo de alguma forma aqueles que não se adequam a tal situação, porém, tais regras são flexíveis e reconstruídas a todo o momento para se ajustar às conveniências situacionais. Por isso o desvio deve ser considerado como o resultado tanto das ações daqueles que infringem a regra quanto dos que criam a mesma, frisando a necessidade de entender como os atores se definem uns aos outros neste contexto. Nesse sentido, o desviante é apenas aquele a quem tal rótulo foi aplicado com sucesso, sendo o desvio a consequência da aplicação de regras, sendo um processo relacional e permeado de disparidades de poder. Nesse sentido, Becker argumenta que “o grau em que um ato será tratado como desviante depende também de quem o comete e de quem se sente prejudicado por ele” (BECKER, 2008, p. 25). Ou seja, desvios nem sempre são vistos sob o viés criminal, mas a capacidade de rotular criminalmente determinados desvios depende de quem desvia, de quem se sente lesado com o ato, bem como os contextos sociais nos quais estes atores estão inseridos e suas respectivas possibilidades de manipulação de poder, o que evidencia que as relações sociais que ocorrem a partir de um comportamento desviante são permeadas de ambiguidades, já que não é tão simples compreender quais regras devem ser tomadas como padrão de comparação.

Justamente devido a tal dificuldade em compreender as formas com que diversas regras se sobrepõem, o Estado ocupa lugar central, já que os rótulos estatais tem mais legitimidade frente a outros rótulos, principalmente através de leis que imputam determinadas sanções, benefícios, restrições, etc. Aqui a dimensão da legitimação é central, pois a rotulação produzida pelo Estado tem

menores possibilidades de ser contestada, em relação à rotulação construída em outras instâncias. Neste contexto, é possível observar que em determinadas situações, aquele que desvia considera justa a punição ao seu ato ou a atos semelhantes aos seus. Por outro lado, muitas vezes este desviante tem uma compreensão diversa da situação, classificando aqueles que o julgam como os verdadeiros desviantes.

Além da dimensão da legitimação, a forma como o desvio é visto por outros indivíduos e grupos influenciam sobremaneira a forma como o ato desviante será considerado. Como argumenta Becker (2008, p. 26): “Em suma, se um dado ato é desviante ou não, depende em parte da natureza do ato (isto é, se ele viola ou não alguma regra) e em parte do que outras pessoas fazem acerca dele”. Indivíduos ou grupos desviantes não terão nenhum tipo de sanção social até serem descobertos, bem como podem sofrer tais sanções apenas por suspeita do desvio. Ou seja, o desvio não pode ser considerado em si, mas a partir das interações decorrentes a partir dele, dado seu caráter eminentemente social.

Os estudos sobre desvios que trabalham sob esta perspectiva teórica não se preocupam se um ato é “realmente” desviante, tampouco argumentam que o desvio acontece apenas devido ao processo de rotulação (BECKER, 2008; VELHO, 1977). O foco deste tipo de análise é a compreensão das relações sociais a partir do rótulo de desviante, que pode acarretar em sérias consequências para o indivíduo ou os grupos considerados como desviantes. O caso de um indivíduo que altera sua rotina para não ser descoberto em seu desvio, ou que não consegue um emprego por conta de um rótulo de desviante, pode ser sociologicamente iluminador para a compreensão da sustentação de significados morais na vida cotidiana. O importante aqui é compreender as razões a partir das quais aqueles que impõem as regras não o fazem o tempo todo, nem a todas as pessoas, nem em todos os lugares.

O Adolescente

No trabalho clássico de Philippe Ariès (1981), o autor argumenta que diferenças geracionais entre o que hoje classificamos como crianças,

adolescentes, jovens, adultos ou idosos não se dão a partir de características intrínsecas, mas são construídas socialmente. Segundo o autor, durante o século XVII ocorrem algumas mudanças importantes, relativas ao contexto social e ao discurso intelectual, a partir das quais cristalizaram-se tais fases da vida. Dentre tais mudanças, é possível citar as novas configurações familiares, a partir de um reordenamento destas quanto ao resto da sociedade, dado que a partir deste momento, o lugar da socialização não se realiza mais no mundo exterior, mas eminentemente no espaço familiar, sendo que tal instituição inicia um processo de delegação da educação dita formal. Uma das consequências desse contexto foi o fato de a escola tornar-se a forma por excelência de aprendizagem por parte das crianças, o que diminuiu o contato destas com os adultos durante a fase escolar:

A despeito das muitas reticências e retardamentos, a criança foi separada dos adultos e mantida a distância numa espécie de quarentena, antes de ser solta no mundo. Essa quarentena foi a escola, o colégio. Começou então um processo de enclausuramento das crianças (como dos loucos, dos pobres e das prostitutas) que se estenderia até os nossos dias, e ao qual se dá o nome de *escolarização* (ARIÈS, 1981, p. X. Grifos no original).

Tal separação é interpretada por Ariès como parte de um movimento histórico de moralização dos indivíduos, promovido por reformadores ligados à Igreja Católica ou Protestante, às leis ou ao Estado, mas que deve sua força principalmente à cumplicidade dos grupos familiares para com este movimento. Ao contrário do que ocorria durante a Idade Média, essas famílias tornam-se o *locus* afetivo entre cônjuges e entre pais e filhos, se exprimindo através da importância dada à educação neste momento, ao contrário da situação anterior, na qual se intencionava estabelecer os filhos apenas nas questões de bens e de honras, neste momento os pais precisam se interessar pelos estudos de seus filhos, formando-se uma consciência da particularidade infantil. A cristalização social das idades da vida emerge com a escolarização, que supõe a separação entre seres adultos e seres em formação (PERALVA, 1997).

Bruna Gisi M. de Almeida (2010), entre outros autores, parte desse pano de fundo teórico que pensa a juventude como uma construção social, a fim de

analisar os discursos sobre adolescência e juventude³⁹, argumentando que tais informações se pautam a partir de três características principais, que se potencializam quando o objeto do discurso é o adolescente em conflito com a lei: incapacidade, incompletude e perigo.

Segundo Almeida, tais discursos sobre adolescentes e jovens influenciam as maneiras consideradas legítimas de puni-los: ao considerar suas características como fluídas e indefinidas por estarem em um processo de formação, são vistos como incapazes de responderem sozinhos e de forma correta a fatores que interfiram de modo negativo em seu processo de socialização, acarretando no uso legítimo de todos os meios considerados apropriados para modelarem o comportamento de um determinado adolescente, por parte da família, de alguns grupos sociais e do próprio Estado, objetivando influenciar a trajetória futura do jovem em questão. Isso se daria porque este é visto como incompleto e, portanto, passível de ser mudado. Esta ideia de incompletude é o que torna possível vislumbrar a educação como possibilidade de transformação do adolescente, pois estes estariam em processo de formação e suas ações ainda deveriam ser vistas como de responsabilidade de seus genitores. Já a ideia de perigo é embasada a partir das noções de crise e transição, na qual constrói-se um argumento que deslegitima os conflitos ocorridos nessa fase da vida, dado que são vistos como desviantes por consequência de uma etapa típica na qual ocorrem transformações físicas e sociais. Como argumenta Almeida (2010, p. 107):

Nesse sentido, a revolta passa a ser relativamente “autorizada” na juventude por ser transitória ou desde que seja transitória. Desta forma, os comportamentos e discursos formulados por jovens, quando são conflitantes com a ordem social e moral, são vistos como reflexos de uma fase conturbada que eventualmente dará lugar a racionalidade e estabilidade da vida adulta.

³⁹ Dentre os autores que analisaram discursos sobre as diferentes formas nas quais as juventudes se apresentam constam: ABRAMO, Helena. *Cenas juvenis: punks e darks no espetáculo urbano*. São Paulo: Scritta, 1994.; BOURDIEU, Pierre. A “juventude” é apenas uma palavra. *Questões de sociologia*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983. (pp. 112-121).; CÉSAR, Maria Rita de Assis. *A invenção da adolescência no discurso psicopedagógico*. São Paulo: Editora UNESP, 2008; MAGNANI, José Guilherme Cantor. Os circuitos dos jovens urbanos. *Tempo Social. A Revista de Sociologia da USP*. São Paulo, v.17, n. 2, Nov. 2005.; SPOSITO, Marília Pontes. A sociabilidade juvenil e a rua: novos conflitos e ação coletiva na cidade. *Tempo Social. Revista de Sociologia da USP*, São Paulo, v. 5, n.1-2, 161-178, 1993.

Porém, como ressalta a autora, tais discursos sobre a adolescência, apesar de terem características comuns, não têm efeitos homogêneos, mas variam grandemente de acordo com a classe social do adolescente, que pode se associar à ideia de perigo de forma íntima, sendo que tal associação é vista e legitimada como o início de uma carreira criminal nas classes populares - e não apenas como um momento transitório, como é visto de forma usual quando se tratam de desvios de adolescentes de classes médias e altas.

O adolescente em conflito com a lei no Brasil

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), promulgado em 1990, representa uma significativa mudança na situação da infância e juventude brasileiras. Com foco no conceito de “prioridade absoluta” e na Doutrina de Proteção Integral, elaborada pela Organização das Nações Unidas (ONU) em diversas normativas, o ECA deu maior destaque ao tratamento dedicado à população infanto-juvenil, sendo um dos pontos importantes para especialização ocorrida do tratamento voltado para esta população. Segundo Emílio Garcia Méndez (2006), a ideia de um sistema penal especial para adolescentes geralmente passa por três etapas: caráter penal indiferenciado, em que o tratamento reservado à adolescentes é igual àquele reservado aos adultos; caráter tutelar, em que o foco assistencialista baseia-se em manter as crianças longe de ambientes promíscuos, como a rua ou famílias desestruturadas; e caráter de distinção, participação e responsabilidade, no qual deve-se distinguir as necessidades típicas dessa fase da vida e a obrigação de toda a sociedade na garantia de direitos infanto-juvenis, sendo que esta surge em 1989 com a aprovação da Convenção Internacional dos Direitos da Criança.

Tais etapas também podem ser iluminadoras para compreender esta questão no Brasil, sendo que muitos autores já abordaram as transformações pelas quais passaram as legislações brasileiras de controle juvenil⁴⁰. Neste

⁴⁰ Para mais informações sobre as transformações na legislação voltada para o controle social dos desvios infanto-juvenis, bem como suas consequências práticas e institucionais, ver: ADORNO, 1991; ALVAREZ, 1989; ALMEIDA, 2010; BRETAN, 2008; LYRA, 2013; NERI, 2009; MALLART, 2014; PAULA, 2004 e 2011; MATSUDA, 2009; SCHLITTLER, 2011.

contexto, mostra-se importante compreender a legislação brasileira atual que versa sobre o adolescente em conflito com a lei⁴¹.

Em 1990, após o processo de redemocratização brasileira e intensos debates dos movimentos de defesa da infância e juventude, o ECA foi promulgado. Segundo Méndez: “O ECA do Brasil constitui a primeira inovação substancial latino-americana (...). Durante mais de setenta anos, de 1919 a 1990, as ‘reformas’ às leis de menores constituíram apenas variações de uma mesma melodia⁴²” (MENDÉZ, 2006, p. 11, tradução minha). Um dos pontos de maior importância neste Estatuto para os objetivos dessa pesquisa é a seção “Da Prática do Ato Infracional”, que define o que é ato infracional e quais são as medidas socioeducativas cabíveis para o caso de infração cometida por um adolescente, sendo tais medidas de natureza jurídica impositiva, porém, com finalidade pedagógica e educativa. Assim, forma-se um ideal de justiça recuperadora, por meio das medidas socioeducativas, citadas entre os artigos 112 e 130 do ECA.

O ECA representa uma profunda mudança paradigmática⁴³, cujo ponto mais significativo é a tentativa de transformação das concepções do imaginário social: o “menor”, que era mero objeto do processo, é elevado à condição de sujeito de direitos, reconhecendo-se sua condição peculiar de pessoa em desenvolvimento, que provém da concepção de que toda pessoa desenvolve permanentemente a sua personalidade, mas que até a adolescência esse processo transcorre de forma mais intensa. Decorre desse fato que existem diversos níveis de desenvolvimento e de responsabilização, que acarretam

⁴¹ Vale lembrar que o termo “adolescente em conflito com a lei” começou a ser utilizado após a promulgação do ECA. Anteriormente a esta normativa se utilizava o termo “menor” para se referir a adolescentes que cometessem atos infracionais. A República Velha já registrava o uso da palavra “menor” para designar a criança e o adolescente, mas na década de 1920 este termo recebe conotação diversa, principalmente a partir do Código de 1927, também conhecido como Código Melo Matos. Tal código delegava aos estados a tutela de crianças e adolescentes em situação irregular e cria uma separação entre os termos “criança” e “menor”, sendo que este último estaria em situação de abandono e marginalidade. Para mais informações ver LONDOÑO, 1991; ALVAREZ, 1989.

⁴² No original: “El ECA de Brasil constituye la primera innovación sustancial latinoamericana (...). Durante más de setenta años, desde 1919 a 1990, las ‘reformas’ a las leyes de menores constituyeron apenas variaciones de la misma melodia”

⁴³ Destacam-se a descentralização das políticas públicas na área da infância e da juventude, que foram municipalizadas; a criação de Conselhos de Direitos e Conselhos Tutelares, para formulação de políticas e atendimento; e o surgimento da ideia de co-gestão entre governo e sociedade civil, por meio de convênios entre poder público e ONGs na implementação de políticas, dentre outros.

exigibilidades diferenciadas, não devendo haver, portanto, a exclusão do poder punitivo do Estado, mas sim a adequação da execução dessa medida à condição do réu.

Uma das formas mais frequentemente utilizadas pelo Judiciário para punir adolescentes aos quais imputa-se um ato infracional é a aplicação de uma das medidas socioeducativas definidas pelo ECA, que implicam em formas diferenciadas de responsabilização e de execução. A partir dessas medidas socioeducativas cria-se uma relação social entre este adolescente e o funcionário que deve auxiliá-lo na execução da medida socioeducativa, sendo tal relação vista aqui como primordial para a compreensão dos efeitos de uma dada medida. Acredita-se que a presença em uma instituição de controle socioeducativo comunica a rotulação de desviante ao funcionário dessa instituição, já que, anteriormente, tal rótulo já foi colocado ao adolescente pelo Judiciário. Como afirma Goffman (2010, p. 77): “O esquema de interpretação da instituição total começa a atuar automaticamente logo que o internado é admitido, pois a equipe dirigente tem a noção de que a admissão é prova *prima facie* de que essa pessoa deve ser o tipo de indivíduo que a instituição procura tratar” (grifos no original).

Tal processo de rotulação influencia a forma como o funcionário construirá a imagem do adolescente com quem interagirá cotidianamente. Por isso, na próxima sessão serão expostas algumas características referentes ao perfil do adolescente usualmente punido pelo Judiciário com a medida socioeducativa de internação, para melhor visualizar o grupo com quem interagem tais funcionários.

Caracterização do adolescente internado

Serão expostos, nesta seção, alguns resultados da pesquisa *Adolescentes em conflito com a lei: pastas e prontuários do “Complexo do Tatuapé”* (São Paulo/SP – 1990-2006), desenvolvido entre 2008 e 2010 a partir da análise das informações existentes nas Pastas e Prontuários dos adolescentes que passaram pela Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor (FEBEM) de 1990 até 2006. Tal pesquisa foi desenvolvida pelo Núcleo de

Estudos da Violência da Universidade de São Paulo (NEV-USP) em parceria com a Fundação CASA, e forneceu diversas informações sobre as características atribuídas aos adolescentes que deram ao menos uma entrada em medida de internação ou internação provisória no período citado.

Dessa forma, é importante destacar que os dados descritivos que serão apresentados a seguir não estão necessariamente ligados aos adolescentes que cumpriram as referidas medidas educativas no período. Mais do que isso, o que estas estatísticas informam refere-se aos rótulos que os operadores do Direito e os funcionários da FEBEM-SP deram aos adolescentes com quem travaram contato. Assim, não intenciono expor tais dados para descrever os adolescentes encarcerados, mas pensar sobre o tipo de informação e característica que essas instituições registram sobre estes. Essa afirmativa deve ser ressaltada, pois usualmente uma informação sobre o adolescente é alterada diversas vezes durante a trajetória que percorre entre as diferentes instâncias do sistema punitivo paulista, como por exemplo, a cor da pele imputada ao adolescente pelos diferentes operadores ou nome do pai ou da mãe. Além disso, como o universo estudado trata de jovens que não foram liberados na delegacia, sendo encaminhados para instituições de medidas socioeducativas, existe a possibilidade de que, após a expiração do tempo desta medida, tenha sido realizada a audiência do adolescente e, em decorrência desta, ter sido aplicada uma medida socioeducativa diversa da internação, ou até mesmo absolvendo o adolescente ou determinando uma medida protetiva. Neste contexto, os dados aqui expostos terão como fonte apenas as primeiras entradas do adolescente na FEBEM-SP, ou seja, as primeiras características imputadas ao adolescente assim que ele inicia sua medida socioeducativa de internação ou de internação provisória, ou é preso em flagrante, lembrando que as mesmas podem se alterar no desenvolvimento da própria medida socioeducativa, ou nas possíveis novas entradas realizadas do adolescente na instituição.

Ato infracional registrado

Os registros de atos infracionais imputados ao adolescente mostram-se bastante variados, inclusive com tipificações que não se adequam à definição

normativa atual de um ato infracional, como “menorismos”⁴⁴, ou que não são descritas adequadamente, como “grave ameaça”⁴⁵. Esta informação pode ser observada no gráfico 1:

Fonte: Pesquisa Adolescentes em conflito com a lei: pastas e prontuários do “Complexo do Tatuapé” (São Paulo/SP – 1990-2006).

Por conta da grande variação na descrição dos atos infracionais, agregou-se esta variável em 9 grupos: “drogas - uso”, englobando os casos de jovens flagrados usando substâncias consideradas ilícitas; “drogas - tráfico”, englobando os casos de jovens flagrados traficando substâncias consideradas ilícitas; “infração grave (grave ameaça)”, englobando os crimes hediondos e os registros nos quais constavam apenas a expressão “infração com grave ameaça”; “roubo”, englobando as infrações com essa tipificação penal; “crimes contra a propriedade”, envolvendo as outras infrações dessa natureza, com exceção de roubo; “quebra de medida”, englobando aqueles adolescentes que

⁴⁴“Menorismos” é uma tipificação pré-ECA, que refere-se a adolescentes em situação de abandono e/ou que morem na rua. O segundo Código de Menores, legislação anterior ao ECA, aplicava a medida de internação tanto para adolescentes considerados “infratores” quanto para os “abandonados”. Neste contexto, “Menorismos” foi uma categoria criada pelos pesquisadores pra agregar atos não infracionais, como perambulando, vadiagem, etc.

⁴⁵ A categoria “grave ameaça” também foi uma agregação construída pelos pesquisadores. Como este termo aparecia em muitos casos, não era possível identificar o ato infracional em questão, e dado este contexto, agregou-se a esta categoria todos os casos de grave ameaça, como homicídio, estupro etc.

estavam sob medida socioeducativa e desrespeitaram suas normas, usualmente fugindo ou não comparecendo aos atendimentos; “menorismos”, envolvendo registros nos boletins de ocorrência que não consistem em atos infracionais propriamente ditos; “outros atos infracionais”; e “sem informação”.

Nesse sentido, chama a atenção que muitos dos boletins de ocorrência analisados não contenham quaisquer tipificações penais, mas apenas a informação de que se trata de uma “infração com grave ameaça”. Mesmo não tendo certeza sobre qual tipo de ato infracional está ligado à “grave ameaça” – e mesmo se há algum tipo de ato infracional realmente ligado a esta descrição -, incluiu-se tal item no grupo de infrações graves, verificando a porcentagem de 12,1% desse grupo, número relativamente baixo se comparado aos outros itens.

Além disso, há outras ações descritas como atos infracionais que não deveriam estar nesse gráfico. Além dos casos de menorismos, já citados anteriormente, o item “quebra de medida” não faria sentido, pois, como já foi afirmado, as informações para a produção destes dados referem-se à primeira passagem do adolescente pela FEBEM-SP, e um adolescente que quebre sua medida socioeducativa já está, evidentemente, sob alguma medida, ou seja, esta não seria sua primeira entrada.

Outro ponto significativo referente ao ato infracional imputado ao adolescente é o alto número de crimes contra a propriedade, que totalizam 61,5% desse universo, sendo o roubo responsável por 49,6% das infrações.

Número de Passagens na Instituição

Tabela 1: Número de entradas	
1	73,7%
2	16,3%
3	5,6%
4	2,2%
5	0,8%
6	0,8%
7	0,3%
8	0,2%
9	0,1%
11	0,1%

Fonte: Pesquisa Adolescentes em conflito com a lei: pastas e prontuários do “Complexo do Tatuapé” (São Paulo/SP – 1990-2006).

Observa-se que a grande maioria dos adolescentes internados na FEBEM-SP durante o período estudado estava em sua primeira internação.

Co-Partícipes

Tabela 2: Co-partícipes	
Adultos	15,7%
Outros adolescentes	28,8%
Adultos e adolescentes	10,7%
Sem co-partícipes	34,0%
Sem informação	10,8%

Fonte: Pesquisa Adolescentes em conflito com a lei: pastas e prontuários do “Complexo do Tatuapé” (São Paulo/SP – 1990-2006).

Com relação às informações referentes a um possível acompanhamento do adolescente na execução do ato infracional alegado, observa-se que em 26,7% dos casos havia a presença de um adulto. Além disso, chama a atenção que em um terço dos casos o adolescente teria cometido o ato infracional sozinho, porém, é preciso frisar a possibilidade do mesmo ter confessado individualmente a autoria do ato, pois, enquanto adolescente, recebe uma

punição mais branda do que os adultos que possivelmente podem tê-lo acompanhado. Além disso, em 28,8% dos casos houve a presença de co-partícipes adolescentes.

Cor da Pele

Fonte: Pesquisa Adolescentes em conflito com a lei: pastas e prontuários do “Complexo do Tatuapé” (São Paulo/SP – 1990-2006).

As informações sobre a cor da pele dos adolescentes internados são as que mais variam no decorrer de sua trajetória pelas diversas instituições existentes no sistema de justiça juvenil. Porém, no que se refere ao Boletim de Ocorrência da primeira entrada do adolescente na FEBEM-SP, observa-se semelhança no número de internação de adolescentes considerados brancos (41,8%) e os considerados negros, ou seja, o somatório de pretos e pardos (39,8%)⁴⁶.

⁴⁶De acordo com o parâmetro definido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a população negra é definida como a somatória de pretos e pardos.

Referências ao Pai e à Mãe

Tabela 3: Informações sobre Filiação	
Mãe e pai	81,4%
Apenas mãe	16,8%
Apenas pai	0,3%
De nenhum deles	0,4%
Sem informação	1,2%

Fonte: Pesquisa Adolescentes em conflito com a lei: pastas e prontuários do “Complexo do Tatuapé” (São Paulo/SP – 1990-2006).

Como se pode observar na tabela 3, a maior parte dos adolescentes internados no período detinha filiação tanto de sua mãe como de seu pai, ou seja, tinha o reconhecimento da paternidade e maternidade. Enquanto isso, 17,5% dos adolescentes foram registrados legalmente apenas por um de seus genitores: 16,8% eram filiados apenas à mãe, 0,3% apenas ao pai, e 0,4% por nenhuma das partes. Ou seja, é possível visualizar a maior presença da mãe na filiação desses adolescentes, em detrimento da filiação paterna.

Porém, o fato do adolescente ser filiado a pelo menos um dos genitores não significa que o mesmo tenha relações afetivas com os mesmos. Nesse sentido, os gráficos 3 e 4 apontam informações referentes à convivência dos adolescentes com os genitores.

Fonte: Pesquisa Adolescentes em conflito com a lei: pastas e prontuários do “Complexo do Tatuapé” (São Paulo/SP – 1990-2006).

A partir dos dados apresentados nos dois gráficos anteriores, é possível observar que 51,0% dos adolescentes não conviviam com seus pais no momento do ato infracional, por vários motivos, desde falecimento até paradeiro ignorado. Por outro lado, o número de adolescentes que não conviviam com sua mãe é consideravelmente menor, de 21,8%.

Uso de Drogas

Fonte: Pesquisa Adolescentes em conflito com a lei: pastas e prontuários do “Complexo do Tatuapé” (São Paulo/SP – 1990-2006).

Aqui, observa-se que, apesar da proporção de “sem informações” ser relativamente alta (24,5%), os documentos abordados para esta pesquisa

informam que 46,6% dos adolescentes em questão não eram usuários de drogas, enquanto que apenas 28,9% destes se declararam como usuários de substâncias consideradas ilícitas.

Dessa forma, após a exposição de algumas estatísticas que refletem a forma como o adolescente é descritivamente construído pela instituição, é possível perceber determinadas características imputadas a este adolescente durante sua trajetória pelas instituições de controle social. A partir dessas informações, será possível problematizar as classificações dos funcionários de medida socioeducativa sobre o adolescente internado de forma mais adequada. Assim, a partir de agora se focará propriamente em tais classificações.

<p>Classificações dos funcionários de medida socioeducativa sobre o adolescente nomeado como em conflito com a lei.</p>
--

Após todos os debates anteriores referentes à caracterização do sujeito desta pesquisa, bem como sua relação com o adolescente internado, nesta sessão serão expostos alguns novos dados, também coletados durante pesquisa de campo, bem como as técnicas metodológicas utilizadas para abordar o problema de pesquisa proposto. Como foi dito anteriormente, lançou-se mão de triangulação metodológica a partir de dois métodos, ambos de caráter qualitativo: análise documental de relatórios institucionais e análise de narrativas de funcionários de medida socioeducativa de internação.

A preferência por métodos qualitativos se deu pois o tipo de informação ambicionada por esta pesquisa resiste à conformação estatística, pois tratam-se de questões subjetivas construídas por um grupo social. Concorde-se com Minayo (2007, p. 27) que afirma que: “a análise qualitativa não é uma mera classificação de opinião dos informantes, é muito mais. É a descoberta de seus códigos sociais a partir das falas, símbolos e observações. A busca da compreensão e da interpretação à luz da teoria aporta uma contribuição singular e contextualizada do pesquisador”.

Antes de entrar propriamente na exposição das informações que selecionei para esta dissertação a partir de minha pesquisa de campo, gostaria de discutir alguns pontos sobre a própria publicação dessas informações, já que acredito que nesse ato estão embutidos alguns importantes problemas éticos.

Um dos pontos que me incomodou durante grande parte do processo de pesquisa foi saber que eu certamente iria desagradar algumas pessoas que me ajudaram a levantar os dados expostos neste trabalho. Quando uma pessoa me concede uma entrevista ou me indica um possível informante, ou me dá acesso a determinados tipos de documentos, por exemplo, não espera que os utilize para criticá-la ou para criticar seu trabalho, ou mesmo a instituição na qual trabalha. Como será visto posteriormente, no momento em que descrevo as informações de meu trabalho de campo, não me furto de expor dados que

poderiam ser fontes de críticas por aqueles que me ajudaram a executar essa pesquisa, mas não o fiz pensando individualmente naqueles que me ajudaram, mas nos padrões que fui verificando durante a pesquisa em diversas fontes de dados. Ou seja, o que critico aqui não são as construções individuais realizadas pelos referidos funcionários, mas uma possível cultura institucional que fomenta tais construções, como será trabalhado posteriormente. Obviamente, não isento meus informantes daquilo que eles próprios afirmaram, mas acredito no poder que a instituição tem, a partir de seus próprios funcionários, de incentivar – ou não - uma cultura ligada aos Direitos Humanos. De qualquer maneira, corro o risco de desagradar algumas pessoas que foram importantes para esta pesquisa, mas espero que, apesar disso, este trabalho permita um diálogo sobre o tema, inclusive com aqueles que discordem de minha pesquisa. Como afirma Becker (1977, p. 28):

Um enorme problema é que as pessoas que você estudou não gostarão ou aprovarão o que você disser sobre elas em sua publicação final. Não quero dizer com isso que você tenha que fazer a pesquisa que as pessoas gostam, mas sim que, quando não o faz, você paga um preço, e deve estar preparado para lidar com essa situação.

Ainda no que se refere a este debate, sempre considerei como uma possibilidade a minha falta de compreensão sobre as informações que coletei durante a pesquisa de campo, já que, como afirma Geertz, a interpretação do pesquisador só pode ser de segunda ou terceira mão, sendo a do nativo a única possível em primeira mão (GEERTZ, 2008). Porém a interpretação do pesquisador ainda assim é válida, já que pode expor perspectivas diversas da do nativo, contribuindo para o debate sobre o tema. O que está em questão aqui não é uma hierarquia de interpretações, mas a compreensão das formas diversas que estas podem tomar, a partir das diferentes perspectivas e relações existentes com o problema de pesquisa.

Ao definir minha interpretação como diversa da de meus informantes, mas ainda assim válida por possibilitar novos olhares, concluí que seria importante discutir minhas interpretações com aqueles que entrevistei, a fim de retomar alguns debates e ter a possibilidade de ouvir novas narrativas. Por isso, pactuei com todos aqueles que me ajudaram a desenvolver a pesquisa de

campo que eu lhes enviaria meu texto antes de finalizá-lo, a fim de que eles tivessem a possibilidade de debater comigo meus dados e minhas interpretações. Atuei dessa forma, pois, assim como Martins (2004, p. 296), tenho interesse que, de alguma forma, minha pesquisa possa ser uma ferramenta para o grupo de pessoas que estudei:

Para o pesquisador, com muita frequência, o mais importante é a pesquisa a ser feita, e os outros são vistos como informantes, ou seja, devem estar a serviço dele para lhe fornecerem os dados que lhe são fundamentais — “fundamentais”, na verdade, para a sua carreira e não para a vida daquele grupo ou para os indivíduos que dele fazem parte.

Outra importante questão ética, muito mais delicada, é que, de alguma forma, pessoas que me ajudaram a desenvolver esta pesquisa poderiam ser prejudicadas no momento em que este trabalho fosse tornado público, e por isso não cito nomes ou qualquer informação que permita a localização de meus informantes. Justamente por isso, todos aqueles que me ajudaram sabiam exatamente do que se tratava a minha pesquisa, sendo que sempre ressaltei a possibilidade de não participarem de minha investigação, opção que foi escolhida por algumas pessoas. Discorrerei melhor sobre todo esse processo posteriormente.

Por fim, vale lembrar que, obviamente, tanto nos relatórios quanto nas narrativas coletadas existiam diversos pontos extremamente relevantes a serem pesquisados, mas que infelizmente foi necessário utilizar do arbítrio de pesquisadora para focar apenas nos dados que me ajudassem a responder a pergunta de pesquisa colocada por mim no início deste trabalho. Assim como afirma Schritzmeyer (2012), o processo de pesquisa mostra-se como o ato de lapidar uma pedra bruta para que esta se torne algo valioso. Como argumenta a autora (SCHRITZMEYER, 2012, p. 32): “é preciso não ter pena de perder lascas, pois o valor final da pedra resultará da arte de alcançar e destacar sua parte mais bela, por vezes pequena. O que se perde pode ser, na verdade, um ganho. Mas falar é sempre mais fácil do que fazer”.

Feitas todas essas considerações, enfim, inicio a descrição dos dados selecionados, a partir de minha pesquisa de campo. Num primeiro momento, exporei as informações selecionadas a partir dos relatórios produzidos pelos

funcionários de medida socioeducativa de internação sobre o adolescente internado, para, em seguida, expor as informações selecionadas a partir de narrativas de atores que atuam ou atuaram como funcionários de medida. Depois dessas exposições, tentarei tecer algumas interpretações sobre as informações selecionadas.

A construção do adolescente em conflito com a lei em relatórios institucionais

Diversos pesquisadores já problematizaram o método de análise documental e o utilizaram nos mais variados tipos de trabalho, dado que o método demonstra vantagens significativas. Segundo Duranti (1994, p. 50):

“(...) os materiais arquivísticos, ou registros documentais, representam um tipo de conhecimento único: gerados ou recebidos no curso das atividades pessoais ou institucionais, como seus instrumentos e subprodutos, os registros documentais são as provas primordiais para as suposições ou conclusões relativas a essas atividades e às situações que elas contribuíram para criar, eliminar, manter ou modificar. A partir destas provas, as intenções, ações, transações e fatos podem ser comparados, analisados e avaliados, e seu sentido histórico pode ser estabelecido.”

Porém, por mais que esses documentos demonstrem algo, tais “provas” devem ser contextualizadas. Apesar de serem “leituras particulares dos eventos sociais” (MAY, 2004, p. 205), quando se trabalha com um material arquivístico, padronizado, que foi produzido durante longos anos, alguns pontos podem se mostrar recorrentes, e é necessário compreender as razões de tal recorrência. Nesse sentido, os documentos não são reflexos da realidade, “mas também constroem a realidade social e as versões dos eventos” (MAY, 2004, p. 213).

Para compreender os relatórios utilizados para esta pesquisa não como reflexo do que aconteceu entre funcionário e adolescente, mas como uma construção realizada pelo primeiro sobre o segundo, lanço mão do estudo de Aaron Cicourel (1968). O autor argumenta que as práticas organizacionais dos agentes podem ser uma chave de entendimento sobre as conexões entre os diferentes níveis da vida social e seus sistemas simbólicos. Em seu estudo

sobre a organização da justiça juvenil⁴⁷, argumenta que o conhecimento tácito, aliado às descrições de experiências realizadas pelos mais diversos atores, fornece ampla margem de interpretação de certas regras formais, ressignificando tais formalidades ao transformá-las em regras práticas passíveis de serem utilizadas no cotidiano.

O autor afirma que é possível perceber a padronização e a institucionalização de certos códigos de tipificação ao se compreender a rotina organizacional profissional. Em um processo de socialização profissional, os atores criam categorias a partir de experiências diárias, mostrando-se necessário analisar o comportamento desses atores para se compreender como a instituição executa as suas atividades:

Regras processuais gerais são formuladas para os membros, e os membros desenvolvem e empregam suas próprias teorias, receitas, atalhos para atender aos requisitos gerais aceitáveis para si e tácita ou explicitamente aceitáveis para outros membros que atuam como "supervisores" ou alguma forma de controle externo (CICOUREL, 1968, p.1, tradução minha)⁴⁸.

Nesse sentido, há um conhecimento tácito, algo que “todo mundo sabe”, evidenciando uma seletividade de descrições que presume e utiliza tais expectativas de fundo, considerando apenas determinadas descrições como significativas, em detrimento de outras possíveis. É esse conhecimento tácito que permite a tradução de informações oriundas de conversas e comportamentos em uma linguagem própria a relatórios escritos, sendo estes considerados como evidências. Compreendendo a tradução como o ato de fazer passar de uma linguagem, existente em conversas e comportamentos, para outra, utilizada nos documentos, é possível perceber que há uma abertura possível nesta tradução, possibilitando a existência de várias construções do

⁴⁷ Cicourel, em sua obra “The social organization of juvenile justice (1968), analisa alguns aspectos da justiça juvenil norte-americana, a partir de pesquisa de campo em duas cidades do estado da Califórnia. Neste trabalho, o autor demonstra a dimensão prática do processo de construção social dos adolescentes rotulados como criminosos, afirmando que o processo de etiquetamento emerge na atividade repressiva cotidiana, a partir das relações sociais possíveis.

⁴⁸No original: “General procedural rules are laid down for members, and members develop and employ their own theories, recipes, shortcuts for meeting general requirements acceptable to themselves and tacitly or explicitly acceptable to other members acting as "supervisors" or some form of external control”.

que aconteceu na interação, sendo tais construções abertas à negociação pelas partes interessadas.

Tal contexto demonstra a necessidade de estudos que se esforcem em compreender a forma como regras abstratas são implementadas no cotidiano de trabalho desses atores: “Especificando as maneiras pelas quais os membros de uma comunidade definem ou iniciam, mantém e alteram imputações de competência, doenças e criminalidade, fornece-se um contexto empírico para esclarecer conceitos abstratos jurisprudenciais sobre o Estado de Direito⁴⁹” (CICOUREL, 1968, p. 23, tradução minha). É a partir desse pano de fundo teórico que se trabalhará os relatórios produzidos sobre os adolescentes, intencionando reconstruir os padrões classificatórios sobre os adolescentes atendidos.

Assim, verifica-se que tais registros documentais podem ser fontes preciosas de informação sobre a definição da situação construída durante a interação entre funcionários de medida socioeducativa de internação e o adolescente privado de liberdade, sendo um momento importante no processo de rotulação. Não que nestes relatórios constem as exatas informações do que ocorreu na interação, mas, de alguma forma, são estes os dados selecionados, dentre vários outros possíveis, como importantes e significativos a serem informados ao Judiciário. Portanto, esses relatórios mostram-se um material importante para responder a pergunta de pesquisa proposta neste trabalho.

Caracterização dos relatórios utilizados

Como afirmado anteriormente, os documentos analisados para esta dissertação foram acessados a partir da Fundação CASA, atual responsável por medidas de internação e semiliberdade no Estado de São Paulo. Porém, dado o período histórico estudado aqui, a maioria dos documentos analisados foram produzidos durante a gestão FEBEM. Devido ao acesso às pastas e relatórios ocorrer a partir do núcleo de documentação de instituições de medida socioeducativa de internação, todos os relatórios analisados pertencerão a

⁴⁹No original: “Specifying the ways in which the members of a community define or initiate, sustain, and alter imputations of competence, illness, and criminality, provides an empirical context for clarifying abstract jurisprudential concepts on the rule of law”.

adolescentes que, ao menos uma vez, cumpriram este tipo de medida. Porém, se o adolescente também desenvolveu outro tipo de medida, tanto em meio fechado como em meio aberto, novas informações serão inseridas neste mesmo documento, referente à execução desta nova medida⁵⁰.

Assim, neste capítulo descreverei alguns dados coletados durante pesquisa que desenvolvi com os relatórios que a equipe técnica da FEBEM/Fundação CASA produziu sobre adolescentes internados, no período de 1990 a 2006, com o objetivo de informar o Judiciário sobre o comportamento destes durante a medida socioeducativa. Tais relatórios fazem parte das Pastas e Prontuários, espécies de dossiês⁵¹ que detêm informações sobre os adolescentes que deram entrada em alguma unidade da FEBEM ou da Fundação CASA. Nestas Pastas e nestes Prontuários constam vários outros documentos além do relatório, como boletins de ocorrência policial, relatórios de audiências judiciais, formulários de ingresso na instituição, laudos médicos, documentos administrativos de transferência entre unidades ou de entrega do adolescente ao responsável, e demais documentos que foram produzidos em razão da inserção do adolescente na medida socioeducativa. Porém, não é uniforme a distribuição de todos esses documentos, ou seja, há pastas/prontuários em que há todos os documentos e vários relatórios a serem

⁵⁰ Como já foi afirmado, ocorreram algumas mudanças no atendimento socioeducativo paulista, principalmente a partir de 2006, ano em que os trabalhos da FEBEM-SP foram legalmente finalizados em prol de uma nova instituição, a Fundação CASA. Tal instituição é administrada em nível estadual e desenvolveu a regionalização do atendimento das medidas restritivas de liberdade (internação e semiliberdade). Por outro lado, houve também a municipalização das medidas em meio aberto (liberdade assistida e prestação de serviço à comunidade). Porém, esses processos ocorreram de forma gradual, principalmente a municipalização das medidas em meio aberto e, portanto, há grandes disparidades quanto à data de municipalização deste atendimento, sendo que este processo ganhou força a partir dos anos 2000 e foi totalmente implantado em meados de 2010. Para mais informações sobre o processo de municipalização das medidas socioeducativas em meio aberto em São Paulo, ver PAULA (2011).

⁵¹ “Além dos prontuários, a partir de 1982, até o presente, também foram produzidas as pastas dos adolescentes. Enquanto nos primeiros se agregam os originais dos documentos produzidos para que fiquem sob a guarda do Núcleo de Documentação do Adolescente, responsável por sua juntada e arquivamento, as pastas se formam a partir de cópias dos originais para que sigam com o adolescente enquanto ele estiver sob os cuidados da FEBEM-SP” (ALVAREZ et al, pág, 20-21, 2009). Porém, não é homogênea o conteúdo desses dossiês: da mesma forma que houve casos em que se encontrou prontuários e pastas repletos desses documentos, muitas vezes repetidos, também houve casos em que só foi possível trabalhar com os prontuários, nos quais a ausência de documentos chegou a comprometer a compreensão sobre a situação dos adolescentes, já que geralmente os relatórios enviados ao judiciário constavam apenas nas pastas. Por isso, optei por analisar tanto Pastas quanto Prontuários para acessar o maior número de documentos possível.

analisados, enquanto que em alguns casos a falta de documentos inviabiliza a compreensão do caso.

Meu acesso a este material documental de pesquisa se deu como uma continuidade dos trabalhos da já citada pesquisa *Adolescentes em conflito com a lei: pastas e prontuários do “Complexo do Tatuapé” (São Paulo/SP – 1990-2006)*. Isso certamente facilitou o meu trabalho, já que diversos pesquisadores que estudaram instituições totais, em especial voltadas à contenção de adolescentes em conflito com a lei, sempre ressaltam a dificuldade existente em desenvolver suas pesquisas.

O espaço temporal no qual foram produzidos esses documentos - 1990 a 2006 - aborda a execução das medidas socioeducativas durante a gestão FEBEM-SP pós-ECA, mostrando-se pertinente por abranger um cenário em que, pelo menos oficialmente, o âmbito normativo de atendimento ao adolescente em conflito com a lei foi alterado de forma diversa do âmbito administrativo. Em 1990, o ECA foi promulgado dentro de uma estrutura administrativa organizada a partir da FUNABEM, instituição criada pela Ditadura Militar para o atendimento de adolescentes considerados em situação de ato infracional. Ou seja, apesar da promulgação do ECA, até 2006 a FEBEM era administrativamente influenciada pelo marco legal anterior, sendo que apenas neste ano entra em cena o trabalho da Fundação CASA. Apesar do universo de relatórios não incluir os anos posteriores a 2006, algumas informações poderão ser encontradas em relatórios cujo adolescente tenha dado entrada no sistema até 2006 e que teve outras entradas em anos posteriores, ou os casos em que a medida socioeducativa teve fim apenas após o início dos trabalhos da Fundação CASA, já que todas essas informações constarão no mesmo relatório. Mesmo havendo número limitado de relatórios com esse perfil, estes podem fornecer novas informações relativas a continuidades e transformações que possam ter ocorrido no período de transição na gestão FEBEM para Fundação CASA.

Selecionei alguns relatórios aleatoriamente, apenas de adolescentes do sexo masculino⁵², para explorá-los não devido a sua característica de representatividade, mas a partir da possibilidade de dramatização do tema, de possibilidade de aprofundamento dos detalhes cotidianos compreendidos a partir da vivência dos atores. Neste contexto, analisei diversos tipos de documentos, sendo que há diferentes tipos de relatórios, muitos deles com as mesmas características, mas nomenclaturas diferentes, dependendo do funcionário que o produz. Segue uma definição de cada tipo de documento, que desenvolvo a partir de minha experiência de campo:

a) Relatório inicial: É o primeiro relatório produzido, já no momento da entrada do adolescente na instituição, documentando o início do acompanhamento que envolve a interpretação da medida, a acolhida, a leitura e a análise da pasta técnica, os atendimentos individuais com o adolescente e família e encaminhamentos realizados⁵³.

b) Relatório de acompanhamento: tem por objetivo relatar o desenvolvimento do processo socioeducativo, focando nas respostas do adolescente e de sua família às intervenções realizadas pela instituição, construindo considerações sobre a adesão do adolescente à educação formal e profissionalizante, às atividades esportivas e de lazer, entre outros. Além disso, há comentários sobre atendimentos, individuais, grupais e familiares, sobre possíveis visitas domiciliares, etc. Também pode ser nomeado como social, multidisciplinar, manifestação técnica, etc.

d) Relatório informativo: produzido apenas em casos em que o funcionário de medida de internação considera importante informar determinados fatos ao judiciário, como fugas, ou complementar dados referentes ao caso.

c) Relatório de encerramento: usualmente desenvolve uma retrospectiva do caso, argumentando que houve evolução no comportamento do adolescente, contendo um parecer conclusivo sobre a adesão do

⁵² Esta opção se deu pelo número maior de adolescentes do sexo masculino internados, se comparado ao número de adolescentes do sexo feminino. Para aprofundar a questão, OLIVEIRA; VINUTO; ALVAREZ, 2014.

⁵³ Nas Pastas e Prontuários abertos após a criação do SINASE também encontra-se o Plano individual de atendimento (PIA).

adolescente às intervenções institucionais. Também pode ser nomeado como conclusivo.

e) Registro de atendimento: trata-se de um resumo sobre o que aconteceu durante os atendimentos, seja com o adolescente ou sua família. Esse parecer tem caráter interno, portanto não é enviado ao Judiciário, mas é a partir desses registros que se produzem os relatórios acima citados. Este é o documento que mais varia em termos de formato, já que alguns funcionários fazem um relato minucioso sobre o que foi tratado no atendimento com o adolescente e/ou sua família, bem como as reações do mesmo, enquanto em outros casos há apenas informações rasas e curtas, resumindo o atendimento realizado em apenas poucas frases.

Vale ressaltar que o fluxo de produção desses documentos não é linear, ou seja, alguns funcionários nomeiam o primeiro relatório produzido já como “acompanhamento” – ao invés de nomeá-lo como “inicial” – ou o relatório de encerramento pode não ser produzido – seja por fuga do adolescente, seja por outras variações no decorrer da medida. A partir da tipificação exposta, bem como das ressalvas apresentadas, segue uma classificação dos relatórios analisados⁵⁴.

⁵⁴ A apresentação dessa tabela tem por intenção demonstrar quantos documentos foram analisados mais detidamente para esta pesquisa, desconsiderando os pré-testes e os casos de prontuários em que não constavam nenhum documento relacionado a execução da medida socioeducativa.

Quantidade de documentos analisados (Por Tipo)						
Código Pasta/ Prontuário	Inicial	Acompanhamento	Informativo	Encerramento	Registro de atendimento	Total
60C			2			2
4680C		5	2			7
8671C			2		1	3
14867C		1				1
19698C			1			1
23011C	1	3	2			6
29003C			1			1
29298C		4	1	1	24	30
30097C		1	2		5	8
33831C	2	8		5	139	154
54009C	3	6		1	79	89
55964C		2	1	3	5	11
69086C		1		1	29	31
1973D	2	3		1		6
4170D	5	3		1		9
4675D					5	5
5258D	1				6	7
5354D		1	1	1	38	41
5561D	2	1			16	19
Total Geral						431

Para analisar os dados existentes nesses documentos, para cada Pasta/Prontuário, que se refere a cada adolescente internado, produzi uma “ficha informativa”, na qual foram inseridas informações referentes à trajetória institucional do mesmo, a partir dos documentos inseridos nesses dossiês, com foco na coleta detalhada das informações oriundas dos registros produzidos durante execução da medida socioeducativa. Vários trechos desses documentos foram copiados na íntegra, principalmente aqueles considerados como capazes de sintetizar ou detalhar determinadas questões referentes à vida do adolescente e a forma como este foi classificado pelo funcionário responsável naquele documento específico.

O conteúdo dos diversos relatórios institucionais tem um formato semelhante, mesmo com o passar dos anos: primeiramente realiza-se um histórico sobre as entradas do adolescente na instituição, nos casos de reincidentes, para posteriormente elencar algumas informações sobre a família

do adolescente (quantidade de integrantes, se algum deles já passou por instituições de internação ou penitenciárias, relação afetiva entre os integrantes, etc.), as condições de moradia do mesmo (se a casa é própria ou alugada, a infraestrutura da mesma, se o bairro é considerado violento ou não, etc.), para enfim adentrar ao caso específico. Assim, também se desenvolve um parecer sobre o comportamento do adolescente na instituição, sua possível confissão do ato infracional, bem como o desejado arrependimento do mesmo. Além disso, usualmente também se pontua em quais atividades institucionais o adolescente aceitou ser inserido durante a medida socioeducativa de internação (escola, ensino profissionalizante, atividades esportivas, etc.).

Considero que há vantagens significativas no uso de um material tão sistemático e extenso historicamente. Nesse sentido, minha intenção, ao trabalhar com esse material, foi verificar se haveria algumas classificações recorrentes sobre o adolescente nos relatórios, mesmo num espaço temporal tão longo, escritas por diferentes atores, sobre diferentes atores, e em diferentes momentos.

É este o contexto que torna importante problematizar as formas de uso de documentos e arquivos institucionais como ferramenta de pesquisa, como relatórios de atendimento, estudos de caso, arquivos oficiais, etc., já que tais documentos devem ser localizados em seu contexto político e social mais amplo, bem como explicitados os processos e intenções de sua produção. Uma primeira ressalva necessária ao uso deste tipo de material é o fato de que tais documentos foram produzidos intencionando outra finalidade que não a pesquisa sociológica, e por isso devem ser tratados com muito cuidado pelo pesquisador, já que os próprios atores que produziram estes documentos estão implicados nos aparatos de controle social e tem intenções e objetivos específicos na produção do mesmo. Nesse sentido, é importante ressaltar que, através das informações existentes nesses relatórios, o Judiciário pode, de forma implícita, avaliar os trabalhos da Unidade que executa a medida de internação, bem como o trabalho do funcionário que produz tal documento, já que neste devem constar as atividades ofertadas e os trabalhos desenvolvidos com esse adolescente, no sentido de demonstrar que auxiliam, de fato, a

transformação da atitude do mesmo. Como argumenta Almeida (2013, p. 13, grifos no original).

Parte importante do trabalho realizado nas unidades de internação, portanto, é tomado por esta necessidade de produzir evidências de que seu funcionamento está orientado pelo objetivo da *socioeducação* e de que este objetivo está sendo cumprido pela transformação operada nos adolescentes. Neste sentido, aquilo que é ofertado aos adolescentes na unidade como escolarização formal, profissionalização, esporte, cultura e lazer cria oportunidade para a produção dessas evidências.

Tais evidências constam no relatório do adolescente, acabando por se tornar uma espécie de prestação de contas do próprio trabalho ao Judiciário. Por isso, a participação destes nas atividades ofertadas é considerada como benéfica para si mesmo e também para o andamento da medida socioeducativa, como será argumentado posteriormente. Nesse sentido, é necessário visualizar este relatório a partir desses muitos objetivos, latentes e manifestos, a fim de compreender mais detidamente a informação que consta neste documento.

Assim, tais relatórios são considerados como tentativas de persuasão, já que nestes contam os motivos a partir dos quais o adolescente infracionou, as provas de que o adolescente está respondendo ou não ao trabalho institucional, as razões para que o mesmo continue ou finalize sua medida socioeducativa, demonstrações dos bons resultados do trabalho desenvolvido na Unidade, etc.

Transformando interações em relatórios, e relatórios em interações.

Para descrever as informações que constam nesses relatórios, mostra-se necessário fazer algumas ponderações sobre os atores que os produzem. Em grande parte das Pastas e dos Prontuários analisados para esta pesquisa, foram os funcionários da equipe técnica, formada majoritariamente por psicólogos e assistentes sociais, que produziram os relatórios. Isso ocorre na administração FEBEM e no momento da transição para a Fundação CASA, já

que neste momento institucional esta era a única equipe responsável e autorizada para a produção de relatórios⁵⁵.

Nesse sentido, mostra-se como ponto gerador de conflitos entre os funcionários das diferentes equipes o que eu chamo aqui de *poder de produção do relatório*, ou seja, a faculdade e legitimidade atribuídas a determinados atores para classificar o comportamento do adolescente fruto de sua intervenção em um documento oficial. Tal legitimidade que determinados atores detêm para escrever o relatório pressupõe definições de situação específicas e acarreta em diversas práticas próprias no cotidiano de implementação da medida socioeducativa de internação. Por um lado, durante minhas pesquisas foi possível perceber que é a equipe técnica a que detém o saber reconhecido como legítimo pelas instituições – tanto a responsável pela execução da medida, como o Judiciário -, o que permite classificar os adolescentes de acordo com o seu próprio *corpus* de conhecimento. Se, normativamente, temos no Capítulo IV, Seção VII, § 2º do ECA que: “A medida (de internação) não comporta prazo determinado, devendo sua manutenção ser reavaliada, mediante decisão fundamentada, no máximo a cada seis meses”, é possível pressupor que aquele que produz tal “decisão fundamentada” tem um saber específico para tal. Por outro lado, exercer tal poder acarreta em disputas de legitimidade com as outras equipes, já que a todo o momento há atores que tentam deslegitimar esse saber. Os argumentos usualmente levantados para deslegitimar o poder da equipe técnica em produzir os relatórios relacionam-se à limitação do conhecimento dos membros da equipe técnica sobre o adolescente, dado o pouco contato que tais membros travam com o mesmo, resumindo-se a entrevistas pontuais – ao contrário do que acontece com agentes de apoio socioeducativo, que se relacionam mais intensamente com o mesmo. Neste contexto, os integrantes das outras equipes argumentam que os psicólogos e assistentes sociais têm menor capacidade de detectar mentiras e estratégias do adolescente, sendo facilmente enganados por estes quanto às informações relatadas durante a interação da entrevista, se em comparação com os membros das outras equipes.

⁵⁵ Atualmente todas as equipes produzem diversos tipos de relatórios, sendo que esse processo será melhor abordado posteriormente

Tais disputas de legitimidade deixam perceber que o documento nomeado como “relatório” é algo importante no contexto da FEBEM/ Fundação CASA, e o quanto sua produção demonstra níveis diferenciados de poder dentre as diversas equipes de funcionários de medida socioeducativa de internação. É neste contexto que o relatório é produzido, contendo informações sobre o comportamento do adolescente, bem como de sua família, durante a execução da medida, para posteriormente ser enviado ao Judiciário, a fim de subsidiá-lo com informações para que este tome a decisão de continuar ou finalizar a medida socioeducativa.

Em algumas entrevistas e conversas informais, foi caracterizado o processo de transição pelo qual o poder de produção do relatório tem passado. Assim, há casos em que o relatório é produzido por integrantes de todas as equipes de funcionários, sendo cada uma delas responsáveis por inserir as informações de sua alçada, depois de discutidas com os membros das outras equipes. Também há casos em que cada equipe produz um relatório diferente e os integrantes da equipe técnica são os responsáveis por dar o teor coeso e consensual de todas as informações levantadas pelas diferentes equipes, produzindo o formato final do relatório. Ou seja, apesar dos relatórios trabalhados aqui serem produzidos por uma equipe específica, é necessário sinalizar o processo de distribuição do poder de produção do relatório para as demais equipes que atuam na execução da medida socioeducativa.

Outro ponto que deve ser considerado em pesquisas documentais em tais situações é o fato de que as informações contidas neste tipo de documento servirão de base para o tratamento futuro voltado ao indivíduo internado. Sobre esta dimensão de análise, Goffman já considerou relatórios de atendimento como uma forma de violação do “território do eu”, ou seja, quando a fronteira que existe entre o indivíduo e seu ambiente é violada, como forma de demonstração de poder por parte da equipe dirigente da instituição e como forma de delimitar o lugar social ocupado pelo internado. Segundo Goffman (2010, p. 31):

Existe, em primeiro lugar, a violação da reserva de informação quanto ao eu. Na admissão, os fatos a respeito das posições sociais e do comportamento anterior do internado –

principalmente os fatos desabonadores – são coligidos e registrado num *dossiê* que fica à disposição da equipe diretora.

Há também outra dimensão de análise possível para se compreender as interações entre quem organiza e escreve tais relatórios e aquele indivíduo sobre o qual tais documentos são escritos. Deve-se considerar principalmente o fato de que, nestes tipos de documentos, não há a fala direta do adolescente internado, ou qualquer consideração deste sobre seu próprio caso. O que consta nestes relatórios é apenas a visão dos funcionários sobre as ações do adolescente em questão, pois em qualquer informação inserida haverá o viés do funcionário: seja em suas próprias considerações e caracterizações, seja na opinião destes sobre as falas e comportamentos do internado, seja no que este funcionário escolhe para ser inserido neste documento. Aqui o relatório se mostra enquanto um filtro, que pode ser visto como uma ferramenta para se analisar a construção social do adolescente encarcerado por parte dos funcionários de medida socioeducativa, grupo que cristaliza sua definição da situação em suas considerações e pareceres contidos nos relatórios. Ou seja, o que tais funcionários considerarem relevante a ser incluído em seus relatórios influenciará a maneira como o adolescente será visto pelos outros grupos inseridos na instituição em questão, e pelos funcionários do Judiciário, influenciando as sanções e os benefícios recebidos pelo adolescente. Neste contexto, é possível verificar com maior clareza como a definição da situação durante a interação funcionário-adolescente pode ter consequências além da própria interação.

Tais relatórios, por seu formato padronizado, influenciam as interações entre funcionário e adolescente, ao mesmo tempo em que sua escrita também pode ser considerada como consequências dessas interações, devendo-se compreender as informações, considerações e caracterizações encontradas nestes documentos como a objetificação da construção social do indivíduo internado, e não como reflexo direto do que ocorreu na interação em questão. São nesses relatos que estão definidas, de forma óbvia ou não, as boas e más características do adolescente internado, as provas latentes ou manifestas de recuperação, as justificativas utilizadas ao se argumentar em favor ou contra a

extensão da medida, dentre muitas outras possibilidades de informação sobre tais indivíduos.

Além de todas essas colocações e ressalvas, mostra-se importante compreender de que forma o funcionário deve transformar os comportamentos que emergem da interação em um documento oficial⁵⁶. De acordo com a definição institucional, os relatórios produzidos durante a execução de medida socioeducativa são caracterizados da seguinte maneira:

“Trata-se de um documento que apresenta uma análise detalhada e consistente de um conjunto de informações obtidas por meio do estudo de caso, que envolve o olhar sobre o adolescente, sua família e o contexto social mais amplo, no qual os sujeitos envolvidos estão inseridos e se inter-relacionam” (FUNDAÇÃO CASA, 2006, p. 151).

Nesse trecho é possível perceber que, na escrita do relatório, é necessário avaliar não apenas aquele a quem se imputa a autoria do ato infracional, mas também suas relações sociais. Se tal documento é uma forma de diálogo entre execução da medida socioeducativa e Judiciário, que tem por função subsidiar a decisão judicial sobre a desvinculação ou não do adolescente à medida (FUNDAÇÃO CASA, 2006), é possível perceber a importância de aspectos que vão além das atitudes do próprio adolescente, e que também serão alvo de classificações.

Pode-se observar que o relatório também é parte de uma relação social que tem níveis desiguais de poder, pois é uma avaliação, uma classificação, uma verdade, produzida por um ator que está ao lado da objetividade, portanto, fora de qualquer suspeita: “Para tanto, os objetivos do relatório devem estar claros para o relator que, a partir destes, seleciona as informações consideradas *significativas* para a sua elaboração, redigindo-o de forma *objetiva*” (idem, p. 152, grifo meu). A partir deste contexto pode-se compreender a produção do relatório como um exercício de saber-poder. A partir do que Foucault (2007) nomeia como exame, é possível discutir mais profundamente sobre as funções latentes deste documento, já que o processo de produção do relatório coloca em funcionamento relações de poder que

⁵⁶A partir de entrevistas que desenvolvi com alguns funcionários de medida de internação, verifiquei que estes tem uma maneira muito particular de compreender esse processo de produção do relatório. Tais narrativas serão expostas próximo capítulo.

constituem saberes, ou seja, que acabam por constituir um indivíduo como efeito e objeto de poder e de saber.

O exame combina as técnicas da hierarquia que vigia e as da sanção que normaliza. É um controle normalizante, uma vigilância que permite qualificar, classificar e punir. Estabelece sobre os indivíduos uma visibilidade através da qual eles são diferenciados e sancionados (FOUCAULT, 2007, p. 154).

Ou seja, é apenas porque o funcionário da medida socioeducativa detém o “poder de produção do relatório” que a tradução de comportamentos oriundos de distintas interações em informações oficiais é considerada válida, dado que este funcionário deteria o saber necessário para tal tradução. Por outro lado, justamente devido a legitimidade dessa função é que a existência do relatório também acarreta em respostas específicas a esse poder.

Aqui é possível perceber que o relatório pode, dentre outras coisas, produzir interações, orientando os questionamentos colocados pelo funcionários frente ao adolescente, bem como o esforço deste em se encaixar na expectativa do funcionário, afirmando que “deseja voltar a estudar, que pretende largar supostos vícios etc., criando um círculo vicioso na medida em que essas mesmas instituições já falharam em algum momento de acolhimento” (MAIA, 2006, p. 124). Ou seja, há espaço para um caráter performático no encontro entre o adolescente e aquele responsável pela produção do relatório, a partir do qual os primeiros interpretariam determinado papel, já que essa ação é vista pelos atores como ponto relevante para a obtenção de um bom relatório⁵⁷. Ou seja, o fato de existir um relatório a ser produzido, com determinadas informações a serem coletadas, irá influenciar a forma como ocorrerá a interação entre funcionário e adolescente, com perguntas específicas e respostas esperadas.

Essa circularidade de influências entre interações e produção do relatório mostra o importante papel que este documento exerce nas práticas decorrentes da medida socioeducativa de internação.

⁵⁷ Sobre a importância que o relatório assume em uma unidade de internação, ver ALMEIDA, 2010; ALMEIDA, 2012.

Durante a fase de análise documental realizada para esta pesquisa, interpreto que, mesmo no decorrer dos anos, é possível observar proximidades sobre o que é considerado significativo em uma medida socioeducativa, a saber: o comportamento do adolescente durante a interação com o funcionário de medida socioeducativa, e a demonstração de adesão à mesma por parte tanto do adolescente internado como de sua família. Ao analisar tais informações, considero este o núcleo forte das classificações produzidas nos relatórios, sendo que este se desdobra em outras questões que, por sua vez, permitem analisar mais detidamente a forma como os adolescentes são rotulados a partir desse núcleo. Para melhor visualizar este ponto, desenvolverei agora uma descrição extensa dos pontos que observo como decorrentes deste núcleo e que acabam por influenciar a construção social do adolescente internado por parte do funcionário de medida socioeducativa. Para isso, selecionei alguns trechos dos relatórios para serem expostos a fim de explicar meus argumentos, e o critério de escolha dos mesmos foi a potência na sintetização do que foi recorrentemente argumentado em vários desses documentos.

Informações emitidas durante a interação com o funcionário de medida socioeducativa

A qualidade da interação dentre os atores em questão certamente é fator crucial para as representações construídas pelo funcionário de medida socioeducativa sobre o adolescente considerado enquanto autor de ato infracional, sendo que é principalmente a partir dos diálogos e das informações levantadas nessa situação que o relatório é produzido. É durante esta interação que o adolescente tem a oportunidade de mostrar suas qualidades e boas atitudes, e por isso o caráter potente de sua predisposição ao diálogo, já que a atitude contrária é vista como um indício de falta de adesão aos propósitos da medida. Ao se mostrar aberto ao diálogo, com uma postura proativa frente ao funcionário de medida, ao falar sobre suas conquistas, bem como sobre a aceitação e a realização dos encaminhamentos solicitados, o adolescente demonstra que está *aderindo à medida*, termo nativo que significa que o

adolescente está se enquadrando, se disciplinando, se adaptando ao modelo proposto pelo funcionário da medida socioeducativa. Ao contrário, um adolescente retraído, e/ou que não relata adequadamente que está cumprindo os encaminhamentos, tem grandes chances de ter seu comportamento ligado à falta de adesão aos objetivos colocados.

Assim, a predisposição ao diálogo e a forma como o adolescente se apresenta frente aos outros atores inseridos na instituição de internação é ponto importante na classificação realizada pelo funcionário de medida socioeducativa, sendo que os mais sutis comportamentos podem ser avaliados, a favor ou contra o adolescente, como é possível observar no seguinte trecho: *“Comparece limpo, educado, participativo e receptivo às orientações, demonstrando estar refletindo e preparando-se para seu breve retorno ao convívio social e familiar”*⁵⁸. Aqui se observa uma ligação entre vida em sociedade e controle, sendo que esta é perpassada por uma dimensão corporal (“comparece limpo”) e de atitude (“educado, participativo e receptivo às orientações”). Quando o adolescente emite tais dimensões que integram o comportamento disciplinado, emite também a imagem de um adolescente que está refletindo, revendo seu passado e, portanto, preparando-se para uma vida em sociedade diferente da vida pregressa, como pode-se notar neste outro trecho: *“Durante os atendimentos, [o adolescente] mostra-se educado, colaborador, não se verifica introyecção de características próprias do meio marginal”*⁵⁹. Ou seja, não basta que o adolescente reflita sobre seus atos, mas é necessário *emitir* informações, a partir do cuidado com seu corpo e de suas atitudes frente aos outros atores, para que essa suposta reflexão seja vista como, de fato, uma adequação aos propósitos manifestos da medida socioeducativa, ou seja, o distanciamento do mundo do crime, sendo o mesmo personificado em supostas “características próprias do meio marginal”⁶⁰. Por fim, vale ressaltar que, além do propósito manifesto da medida socioeducativa, que é o distanciamento desse suposto mundo do crime, a adequação do

⁵⁸ Pasta/Prontuário 29298C, relatório de encerramento de medida de internação de 31.12.98.

⁵⁹ Pasta/Prontuário 5561D, relatório inicial de internação provisória de 21.01.08.

⁶⁰ Tais características próprias do meio marginal/infracional é uma expressão citada frequentemente nos relatórios, mas neles não me foi possível verificar quais seriam tais características. Este foi um dos assuntos que tentei aprofundar nas entrevistas que realizei com alguns funcionários de medida socioeducativa e que será trabalhado no próximo capítulo, no qual analiso as narrativas desses funcionários.

adolescente ao propósito latente da medida também é vista como favorável, ou seja, a aceitação de sua própria normalização: *“Verbaliza ter muita vontade de estudar, trabalhar, ser pessoa normal”⁶¹*.

Tais informações, tanto orais quanto comportamentais, emitidas na interação com o funcionário de medida socioeducativa, tornam-se fontes potentes de classificação, sendo os indícios necessários para avaliar tanto o adolescente como sua prontidão em se adequar aos encaminhamentos do funcionário: *“[Adolescente], por sua vez, no início dos atendimentos mostrou-se espontâneo e natural, parecendo não ter noção da gravidade de sua realidade de vida no momento”⁶²*. Em vários outros contextos, ser espontâneo seria visto como uma qualidade positiva por não ser uma atitude forçada por outras instâncias, mas em situação de internação, ser espontâneo emite a informação de que não se está pensando a medida socioeducativa com a seriedade que ela demanda, ou seja, não se pode ser espontâneo ao estar em conflito com a lei, como se a espontaneidade fosse uma banalização desse conflito. Nesse sentido, há a necessidade de o adolescente demarcar que está preocupado, sendo que tal preocupação acarreta em consequências práticas, por exemplo, tendo bom relacionamento com todos a sua volta, sendo que o contrário também pode tornar-se fonte de classificações negativas para o mesmo: *“No pátio é tido como adolescente difícil, pois tem um relacionamento não muito bom com os demais adolescentes da casa e também com os funcionários”⁶³*.

Nesse sentido, é necessário frisar que não basta apenas *emitir* as informações relevantes ao funcionário de medida, mas *convencê-lo* de que tais informações são *verdadeiras*. É possível observar esse ponto no seguinte trecho de relatório, de um adolescente considerado reincidente:

“Até o presente momento, [o adolescente] vem cumprindo de forma adequada o proposto e desenvolvido por esta Unidade, bem como, não se envolvendo em situações indisciplinadas, contudo não podemos desconsiderar que se trata de jovem institucionalizado, com conhecimento acerca das normas internas, bem como, processo socioeducativo”⁶⁴.

⁶¹ Pasta/ Prontuário 29298C, registro de atendimento de medida de internação de 16.06.98.

⁶² Pasta/ Prontuário 4170D, relatório inicial de internação provisória de 22.05.07.

⁶³ Pasta/ Prontuário 33831C, relatório de acompanhamento de medida de internação de 23.02.01.

⁶⁴ Pasta/ Prontuário 54009C, relatório Inicial de medida de internação de 01.06.05.

Aqui é possível notar que não adianta apenas se comportar de acordo com as regras estabelecidas pela instituição, já que tal comportamento pode ser considerado falso. Nesse caso, um adolescente reincidente conheceria as regras do jogo, então poderia estar fingindo sua adequação às regras. De fato, mais importante do que o comportamento em si, é a *impressão de sinceridade* com o qual ele é emitido, e um adolescente reincidente, devido a este rótulo, teria menos artifícios para emitir tal sinceridade em seus atos. Porém, essa necessidade de convencimento não se aplica apenas aos reincidentes, como neste caso em que o adolescente está na sua primeira passagem pela instituição: *“Parece adolescente malicioso, mas que sabe se conter”⁶⁵*.

Linguagem utilizada na interação

Ao ressaltar a importância das formas de emissão de informações durante a interação entre funcionário de medida e adolescente, vale lembrar que não basta enunciar a aceitação dos encaminhamentos, mas a linguagem utilizada para emitir tal manifestação é de grande importância na classificação do adolescente, sendo outro ponto importante para a formulação de classificações. Nesse contexto, a utilização de gírias durante as conversas é considerada problemática, principalmente se o funcionário de medida considerar tais gírias como típicas do meio infracional: *“Expressa-se, utilizando vocabulário pertinente à sua faixa etária, como também, gírias que denotam vivência infracional estruturada”⁶⁶*. Tais gírias, por serem consideradas como típicas de um grupo social específico, levam consigo as características desse grupo e as imputa naqueles que as utilizam, independentemente do pertencimento concreto deste indivíduo a tal grupo⁶⁷. Um adolescente que adere a este tipo de linguagem, considerada como típica do meio infracional, é visto de forma diversa daquele que utiliza uma forma de linguagem mais próxima daquela utilizada pelo próprio funcionário, sendo a primeira forma de linguagem vista como um indício de ligação do adolescente no mundo do crime. Um adolescente que lança mão desse tipo de linguagem emite ao

⁶⁵Pasta/ Prontuário 5561D, registro de atendimento de internação provisória de 27.11.06.

⁶⁶Pasta/ Prontuário 33831C, relatório inicial de medida de internação de 25.08.03.

⁶⁷ Nos trabalhos de Neri (2009), Lyra (2013) e Mallart (2014) há interessantes glossários de gírias utilizadas pelos adolescentes em medida socioeducativa, e exemplificam de forma interessante as palavras nomeadas como “gírias próprias ao meio infracional”.

funcionário de internação que não está aderindo à medida, se mantendo preso aos valores e comportamentos antigos. Ou seja, o problema não está exatamente no uso de gírias, mas no uso de jargões do meio infracional, sendo que apenas estes são vistos como inadequados: *“É um jovem que faz uso de poucas gírias, tendo um vocabulário adequado, isto é, próprio da juventude, não sendo preso a jargões do meio infracional”⁶⁸*.

Arrependimento e necessidade de novos valores

Outro ponto que tem a função de indício no que se refere ao comprometimento do adolescente frente aos objetivos manifestos e latentes da medida socioeducativa de internação é o que se refere ao arrependimento do mesmo em ter cometido o ato infracional. Tal arrependimento não deve ser apenas dito, mas também emitido a partir do comportamento do adolescente durante as interações com o funcionário de medida socioeducativa, sendo fonte potente de classificação sobre o adolescente:

“Quanto ao ato infracional, [adolescente] demonstra arrependimento e vem tecendo crítica em relação aos atos pretéritos, refere que tinha rotina ociosa e com associação a pares negativos. Hoje, ele reconhece que não fez boas escolhas e demonstra compreender os prejuízos advindos de suas ações”⁶⁹.

Nesse sentido, ao estar arrependido - logo, tendo bom comportamento durante a medida de internação - o adolescente demonstra mais facilidade em acatar os valores “socialmente aceitos”. Esta expressão, utilizada sem explicitar quais valores estão em jogo, é utilizada constantemente, seja para argumentar que o adolescente está respondendo de forma satisfatória à medida, seja o argumento contrário, sendo que muitas vezes consta no relatório o esforço do próprio funcionário de medida em *introjetar* (e essa é a palavra usualmente utilizada) valores socialmente aceitos nos adolescentes:

“O jovem vem recebendo atendimento técnico, os quais visam informá-lo quanto a sua situação processual bem como, dar-lhe

⁶⁸Pasta/ Prontuário 23011C, relatório de acompanhamento de medida de internação de 06.01.01.

⁶⁹Pasta/Prontuário 4170D, relatório de encerramento de medida de internação de 12.08.10.

orientações, levando-o a refletir diante de seu comportamento desajustado anteriormente emitido, onde procuramos introjetar no mesmo, valores morais que estavam distorcidos⁷⁰”.

Ou seja, segundo esses relatórios o comportamento infracional se deve, dentre outras coisas, a valores morais distorcidos, e uma das funções do funcionário de medida socioeducativa de internação é evidenciar esse desvirtuamento dos valores “socialmente aceitos”. Os adolescentes que acatam essa introjeção de valores tem seu comportamento avaliado como adequado, enquanto que, ao contrário, adolescentes que não emitem tal aceitação tem sua atitude vista como um indício de falta de adesão à medida.

Relações pessoais anteriores

Um ponto que complementa a ideia de arrependimento e de introjeção de novos valores, estes socialmente aceitos, é a negação das relações pessoais consideradas como ligadas ao ato infracional. Tal argumento se constrói, direta ou indiretamente, a partir de um dos seguintes pontos: ou que o adolescente foi influenciado a cometer tal ato, portanto o distanciamento das relações anteriores aparece com o sentido de afastá-lo de pessoas perigosas, como pode ser visualizado no seguinte trecho: *“Não apresenta característica de jovem estruturado no meio infracional, embora tenha sido influenciado por amizades perniciosas⁷¹”*. Ou, no sentido oposto, a importância dada à negação das relações pessoais existentes na época do ato infracional estaria ligada ao argumento de que a continuidade das amizades demonstraria ligações mais profundas com o mundo do crime:

“Denota influenciabilidade e ainda possui traços infantis e a prática delitiva parece seduzi-lo, pois percebe que pode conseguir o que deseja de forma rápida, porém, de forma totalmente equivocada. Aliado a isso, a maioria dos colegas apresentam algum tipo de envolvimento delitivo e esta conduta, para o adolescente, parece se tornar algo ‘normal’, não conseguindo perceber os prejuízos causados, não só para si, como para terceiros⁷²”.

⁷⁰Pasta/Prontuário 30097C, relatório de acompanhamento de medida de internação de 06.05.99.

⁷¹Pasta/Prontuário 33831C, relatório inicial de medida de internação de 25.08.03.

⁷²Pasta/Prontuário 4170D, relatório inicial de internação provisória de 01.10.08.

A questão das relações pessoais se impõe mesmo quando tratam-se de pessoas não relacionadas ao ato infracional imputado ao adolescente, como evidencia-se na seguinte consideração: *“O adolescente conhece vários outros adolescentes que tiveram passagem pela Unidade”⁷³*. Nesse sentido, só por conhecer outros adolescentes que já cumpriram medida socioeducativa de internação, este adolescente emite a imagem de que está aderindo à medida ao se afastar também dessas amizades, já que estas são consideradas inadequadas pelo funcionário de medida, dado o caráter de contaminação e influência que aparentam ter estes indivíduos sobre o adolescente.

Imediatismo e consumismo, decorrentes da falta de criticidade e maturidade.

Outra das classificações comumente construídas nos relatórios parte do argumento que a infração realizada pelo adolescente se deu devido ao consumismo deste, considerando-o como imediatista por não sujeitar-se a satisfazer tal desejo apenas através do trabalho: *“O mesmo tem noção de certo e errado e afirma ter-se envolvido na infração por desejar ter uma bicicleta, sendo induzido por amigos”*. Posteriormente, no mesmo relatório, este adolescente é classificado como alguém que está aderindo à medida: *“Deseja voltar para casa trabalhar com o tio a fim de conseguir comprar uma bicicleta”⁷⁴*. Nesse sentido, a tarefa manifesta do funcionário da medida socioeducativa é tornar o adolescente “crítico” para que este consiga lidar com as privações materiais existentes em seu ambiente, ao invés de iludir-se com os bens de consumo conseguidos a partir do ato infracional, como pode ser observado na seguinte consideração: *“Prosseguiremos com o acompanhamento do jovem em sua medida socioeducativa, onde trabalharemos questões voltadas a criticidade, responsabilidade, influenciabilidade e impulsividade, levando-o a aprender a lidar com a frustração frente às dificuldades vividas”⁷⁵*.

⁷³Pasta/Prontuário 5354D, registro de atendimento de internação provisória de 31.10.06.

⁷⁴Pasta/Prontuário 4680C, relatório de acompanhamento de internação provisória de 21.07.92.

⁷⁵Pasta/Prontuário 5354D, relatório de acompanhamento de medida de internação de 15.05.07.

Ponto importante relacionado ao âmbito do consumo, no seguinte trecho é possível perceber que o ato infracional é considerado como menos legítimo quando seu suposto produtor se encontra numa situação financeira favorável:

“[Nome da mãe] referiu que a família tem um padrão de vida razoável, pois recebe pensão do ex-marido, aluguel de um salão de sua propriedade e atua como consultora da Avon e Natura, totalizando uma renda de aproximadamente R\$ 2.000,00 e, portanto, não havendo motivos para o filho envolver-se em ações ilícitas, até porque não exige nada do que eles ganham, trabalhando em feiras-livres e entregando panfletos. Confirmou-nos também que [o adolescente] só usa roupa de grife e que isso é uma exigência dele⁷⁶”.

Ao ressaltar que o adolescente utiliza “roupa de grife”, o funcionário demonstra quase que a concretização do consumismo. Se se mostra relevante pontuar que o adolescente em questão utiliza-se de roupas de grife é porque emite a informação de que apesar de não viver em dificuldades financeiras, sua ânsia por consumo o influenciou a cometer o ato infracional.

Nesse sentido, esse consumismo muitas vezes é articulado à falta de maturidade e de criticidade por parte do adolescente, sendo tal argumentação vista a partir de uma suposta relação lógica: se o adolescente cometeu um ato infracional, é porque é imediatista e não consegue suprir suas necessidades de consumo a partir do trabalho. Se este adolescente não consegue compreender essa relação “óbvia” e “necessária”, na qual só pode-se consumir o que o dinheiro conquistado pelo trabalho permite, emite a ideia de imaturidade, não conseguindo perceber o peso do ato infracional cometido. Assim, se o adolescente não informa a seu interlocutor que vê com criticidade o seu ato pretérito, é visto como imaturo e, portanto, em seu relatório haverá observações negativas quanto a esta questão: *“Em entrevistas neste setor técnico apresenta-se com certa puerilidade, não denotando adequada criticidade acerca de seus envolvimento em meio aberto, sendo levado a refletir em sua postura⁷⁷”*. Esta observação foi feita, inclusive, meses depois de que este mesmo adolescente já havia emitido a informação de que percebia seu ato infracional como uma ação condenável, sendo este ponto reconhecido

⁷⁶Pasta/Prontuário 1973D, relatório inicial de internação provisória de 05.08.08

⁷⁷ Pasta/Prontuário 5561D, relatório de acompanhamento de internação provisória de 03.03.08.

à época como uma espécie de indício de bom comportamento: *“Denota-se crítica favorável sobre os prejuízos por tais envolvimento, principalmente no que se refere à decepção causada aos familiares por sua conduta irresponsável e inconsequente, visto que conta com respaldo familiar”⁷⁸*.

Tempo ocioso

A importância do trabalho e dos estudos se coloca permanentemente nos relatórios sobre o adolescente em medida socioeducativa de internação, sendo que considerações sobre experiências relacionadas a estes pontos são fontes potentes de classificação. Por exemplo, no seguinte trecho: *“Informou-nos que costumeiramente efetua ‘bicos’ como ajudante de pintor de paredes e como ajudante em estabelecimento comercial (bar), de propriedade de um irmão casado, que leva vida independente”⁷⁹*. Nesse sentido, tais considerações nunca se constroem no sentido de problematizar a qualidade do trabalho e da escolarização ao qual esse adolescente teve acesso, mas apenas intenciona demonstrar que a submissão a tais instâncias é ponto importante para a construção de classificações.

Em diversos relatórios foi possível visualizar o adolescente como uma pessoa ociosa, sendo tal classificação uma das explicações dadas à infração cometida, e nesse sentido, uma das tarefas do funcionário de medida é, justamente, mostrar ao adolescente que este deve ocupar melhor o seu tempo. É principalmente referente a esta questão que a necessidade do trabalho e do estudo se coloca, já que muitas vezes não se demonstra a exigência desses itens em si mesmos, mas sim demonstrando-os como um dos instrumentos úteis para a ocupação do tempo e, portanto, como uma forma de afastamento do mundo do crime: *“Orientamos da importância de ele dar continuidade aos estudos (conhecimento de mundo e relatório), porém o jovem continuou a afirmar ‘que não iria mais as aulas’⁸⁰*. Neste trecho é possível visualizar que as informações que constarão no relatório sobre a aceitação dos

⁷⁸ Pasta/Prontuário 5561D, relatório inicial de internação provisória de 21.01.08.

⁷⁹ Pasta/Prontuário 29003C, relatório informativo de internação provisória de 13.05.97.

⁸⁰ Pasta/Prontuário 33831C, registro de atendimento de medida de internação de 03.03.04.

encaminhamentos referentes à escola, de fato, é ponto relevante para a classificação do adolescente, já que está textualmente colocado.

Apesar da ocupação do tempo do adolescente estar usualmente ligado a encaminhamentos relacionados ao trabalho e ao estudo, em muitos momentos fica claro que a questão da ociosidade deve ser resolvida das mais diversas formas, como no seguinte encaminhamento: *“O adolescente em estudo necessita ser inserido em projetos sociais, pois está com o tempo ocioso e também seria aconselhável acompanhamento psicoterápico para trabalhar sua ansiedade e a genitora em grupo de orientação e apoio⁸¹”*. O tempo ocioso é o que permitiria o contato com pessoas com capacidade de influenciar negativamente o adolescente: *“É de suma importância o retorno ao núcleo escolar e sua inserção em atividade extracurricular a fim de mantê-lo afastado das situações e pessoas que possam influenciá-lo negativamente⁸²”*.

Porém, mesmo que o adolescente não se matricule numa escola, nem consiga um emprego, o fato de ele declarar a intenção de fazê-los emite a ideia de está colaborando com os objetivos da medida, e esta informação certamente constará no relatório, da mesma forma em que constará no caso contrário, evidenciando a potência de se demonstrar preocupação com esses dois pontos, como podem ser observado aqui: *“Verbaliza que tão logo sua situação (a internação) esteja resolvida retornará aos seus estudos e procurará alguma atividade para ajudar a renda familiar⁸³”*. Além de ilustrar a importância do estudo e do trabalho para a medida socioeducativa, esse trecho permite visualizar que traçar planos futuros também é uma questão significativa durante a execução da medida socioeducativa.

Projeto de vida

O planejamento familiar, profissional, educacional, etc., mostra-se como informação importante a ser emitida pelo adolescente, sendo também ponto relevante na classificação deste realizada pelo funcionário de medida socioeducativa. Nesse sentido, esse adolescente deve formular um projeto de

⁸¹Pasta/Prontuário 1973D, relatório inicial de internação provisória de 03.07.06.

⁸²Pasta/Prontuário 4170D, relatório inicial de internação provisória de 01.10.08.

⁸³Pasta/Prontuário 54009C, relatório inicial de internação provisória de 23.10.00.

vida, no qual se constrói uma ligação entre um arrependimento relativo aos atos do passado e a exposição de planos para o futuro, que usualmente são ligados pelo ponto anteriormente exposto, a saber: trabalho e educação como respostas ao tempo ocioso. Assim, emite-se a ideia de que esse é o padrão normal de atitude das pessoas, confirmando que, além do objetivo manifesto da medida socioeducativa, há também o objetivo latente referente à aceitação de sua própria normalização: *“Em seus discursos deixa transparente o desejo de abandonar essa vida, voltar a estudar, trabalhar e ser cidadão ‘normal’ porém necessita de muito apoio, principalmente familiar⁸⁴”*.

Quanto a este aspecto, nos documentos não se trabalha sobre a necessidade/possibilidade desses adolescentes formularem projetos de vida, apenas classificando esses planos para o futuro em termos de adequado ou inadequado, já que essa adequação aparentemente confirma a adesão do adolescente aos propósitos manifestos e latentes da medida: *“Verbaliza interesse em trilhar caminhos socialmente aceitos, trabalhar e prover seu sustento, bem como, auxiliar sua família⁸⁵”*. Essa relação entre presente e passado, entre a necessidade de mudar uma situação presente, construída no passado e que teria consequências futuras é perpassada por essa necessidade de construção de um projeto de vida, já que essa suposta falta de objetivos futuros por parte do adolescente é vista como uma das explicações para a sua infração, ligando-se à ideia de imediatismo, já trabalhado anteriormente:

“Podemos concluir que o jovem vem evoluindo de maneira satisfatória em seu processo de ressocialização onde se mostra calmo e reflexivo no que se refere as suas condutas anteriores, aparentando predisposição para a elaboração de projetos saudáveis para seu futuro⁸⁶”.

Porém, vale ressaltar que não se fala aqui de qualquer projeto de vida, já que tal planejamento futuro deve estar de acordo com a “realidade prática” do adolescente, que usualmente está relacionado a trabalhar, estudar e manter uma família: *“Suas perspectivas de futuro são de acordo com a sua realidade,*

⁸⁴Pasta/Prontuário 29298C, registro de atendimento de internação de 16.06.98.

⁸⁵Pasta/Prontuário 29298C, relatório de encerramento de medida de internação de 31.12.98.

⁸⁶Pasta/Prontuário 30097C, relatório de acompanhamento de medida de internação de 06.05.99.

*quer casar-se e ter filhos e um serviço que lhe garanta a manutenção do lar*⁸⁷. Nesse sentido, quando o adolescente constrói projetos de vida que estejam de acordo com “a sua realidade”, emite a ideia de que tem a maturidade necessária para encarar suas limitações e trabalhar em prol de um projeto de vida possível, o que é visto como uma mudança de postura frente ao imediatismo que supostamente influenciou a participação do adolescente no ato infracional:

*“Vislumbra ações positivas e construtivas para si no futuro, diante de toda a sua limitação intelectual, reconhecendo que chances de emprego, serão de certa forma, restringidas, afirmando que ajudará a irmã [nome da irmã] na barraca de camelô, o que também contribuirá para uma melhor vigilância quanto a suas atitudes*⁸⁸”.

Um tipo específico de família

As considerações mais recorrentes nos relatórios dos adolescentes em medida de internação certamente são as tecidas sobre sua família. Isso acontece porque o núcleo familiar é considerado como ponto central de intervenção para que o adolescente consiga se distanciar do mundo do crime, como pode ser observado nesta explanação existente em um parecer:

*“Diante de tal percepção técnica e levando em consideração que o ambiente familiar é o local ideal para o aperfeiçoamento, crescimento e reestruturação juvenil, estaremos intervindo junto ao grupo de forma a serem fortalecidos os vínculos parentais, respeitando sua moralidade e junto ao jovem estaremos dando continuidade às intervenções, através de atendimentos sistemáticos que objetivam a introjeção de princípios e valores socialmente aceitos, oferecendo suporte para a compreensão e o cumprimento desta medida socioeducativa, a fim de prepará-lo para a reintegração na sociedade*⁸⁹”.

Aqui é possível visualizar a família como local privilegiado de intervenção, sendo necessária sua participação e adesão aos propósitos da medida socioeducativa de internação, dando prosseguimento aos encaminhamentos feitos pelo funcionário de medida socioeducativa, da mesma

⁸⁷Pasta/Prontuário 55964C, relatório de encerramento de medida de internação de 07.05.03.

⁸⁸Pasta/Prontuário 33831C, relatório de encerramento de medida de internação de 14.06.02.

⁸⁹Pasta/Prontuário 54009C, relatório técnico de acompanhamento de medida de internação em 01.11.05.

forma que o adolescente também precisa emitir essa adesão. Ou seja, a família precisa viabilizar, facilitar e incentivar a execução da medida socioeducativa, enquanto o adolescente precisa cumpri-la. É este o contexto que permite que a família seja tão avaliada quanto o próprio adolescente, sendo significativa a existência ou não de demais parentes que pratiquem atividades ilícitas, como se pode verificar na seguinte observação: *“Não há histórico familiar de outros envolvimento delitivos⁹⁰”*. Em suma, da mesma forma que o adolescente deve atender às expectativas do funcionário de medida socioeducativa quanto ao comportamento e a aceitação das propostas da internação, a família também deve ter a mesma atitude, sendo tal comportamento muitas vezes classificado em termos de família desestruturada ou normal, tendo grandes impactos sobre a classificação dada ao próprio adolescente, já que supostamente tal adolescente teria maiores dificuldades em sair do mundo do crime se inserido em uma família desestruturada, principalmente nos casos em que há existência de outros familiares com atividades ilícitas.

As classificações referentes à família do adolescente internado também são construídas no sentido de explicar o ato infracional cometido, buscando indícios de falhas cometidas por esta instituição na socialização do mesmo. No seguinte trecho é possível verificar a necessidade de controle sobre o adolescente, que a família deveria ter exercido e, por ter falhado nesta tarefa, facilitaria o envolvimento do adolescente com o ato infracional.

“envolveu-se no mundo das drogas e do tráfico, por não ter alguém que acompanhasse mais de perto suas atitudes, os membros da família trabalhavam e o jovem passava o dia inteiro sozinho. Estudava a noite e durante o dia mantinha contato com pessoas perniciosas⁹¹”.

Além de ponderações referentes às supostas carreiras delitivas de outros familiares e/ou atitudes de tais familiares no sentido de facilitar a entrada do adolescente no mundo do crime, nos relatórios há também ponderações sobre âmbitos não criminais, como, por exemplo, o tipo de relação estabelecida entre este e seus familiares, como no seguinte parecer, sobre um adolescente que vivia com os avós: *“Avó permaneceu com o neto em torno de 40 minutos e*

⁹⁰ Pasta/Prontuário 5561D, registro de atendimento de internação provisória de 09.01.08.

⁹¹ Pasta/Prontuário 55964C, relatório de encerramento de medida de internação de 16.07.01.

a visita foi permeada de afeto e carinho, além de orientações e conselhos⁹². Há também considerações sobre o tipo de ligação entre os pais do adolescente, já que o tipo de casamento existente entre estes atores mostra-se uma caracterização relevante a ser inclusa no relatório: *“Trata-se de jovem proveniente de grupo familiar legalmente constituído, de origem humilde e com poucos recursos financeiros⁹³”*. Nesse sentido, há o argumento implícito de que uma família legalmente constituída, com a participação de pai e mãe no processo socioeducativo, teria mais chances de ressocializar o adolescente. Porém, normalmente não é este o cenário existente, já que a mãe é certamente a personagem principal – se não a única – no acompanhamento desse adolescente durante a medida socioeducativa de internação, o que acarreta na próxima classificação recorrente nos relatórios.

Cuidado materno x autoridade paterna

Em alguns pareceres, o comportamento considerado como não adequado por parte do adolescente está ligado diretamente ao comportamento dos membros da família, notadamente o da mãe – ou da genitora, como é usualmente nomeada – devido a uma suposta falta de autoridade da mesma em lidar com os problemas de seu filho. Raras vezes é questionada a não-participação do pai durante os atendimentos, encaminhamentos ou visitas, enquanto que a não frequência da mãe indica, direta ou indiretamente, problemas familiares. Este cenário faz com que quase todas as considerações sobre a família do adolescente seja, na realidade, considerações sobre a mãe do mesmo. Nesse sentido, verifica-se uma clara divisão sexual do trabalho familiar, na qual a hierarquia e a autoridade devem ser providas pelo pai, enquanto o cuidado mostra-se dever da mãe, e qualquer modificação neste cenário pode acarretar classificações negativas:

“Observamos no contato que há afetividade e trocas entre mãe e filho, no entanto verificamos que a genitora não consegue exercer a autoridade e ser assertiva na educação e condução dos filhos, portanto acreditamos que tanto o jovem quanto a genitora necessitam de acompanhamento e orientação para

⁹² Pasta/Prontuário 5354D, registro de atendimento de medida de internação de 07.02.07

⁹³ Pasta/Prontuário 55964C, relatório de acompanhamento de medida de internação em 24.03.01.

reverem posturas e apropriarem-se de seus respectivos papéis⁹⁴”.

Neste trecho, é possível visualizar que, de alguma forma, a dimensão da afetividade é contemplada pela mãe, mas, ao contrário, a imposição de autoridade é falha e, portanto, esta precisa de acompanhamento institucional para resolver esta questão. Há alguns poucos casos em que a mãe aparenta suprir essa necessidade de imposição e autoridade, mas usualmente nos casos em que, mesmo sem contato com o pai, o adolescente parece respeitar as figuras institucionais de autoridade, a saber: o próprio funcionário da medida socioeducativa de internação, o argumento é que mesmo sem este contato o adolescente tem “a figura paterna internalizada”: *“Tem a figura paterna internalizada, pois não apresenta dificuldades com a figura de autoridade, recebendo instruções e orientações de Coordenadores e Monitores⁹⁵”.*

Além de emitir a imagem de uma figura que impõe limites e destina cuidados ao adolescente, o próprio comportamento da mãe é classificado em termos de adequado ou inadequado:

“A genitora demonstra certa resistência quando chamada para orientações pertinentes ao processo sócio educativo e regras básicas sobre funcionamento da casa e horários a cumprir para visitas ao adolescente, denotando dificuldades em lidar com limites⁹⁶”.

Ou seja, há também perante a mãe uma necessidade de controle e disciplinamento de seus comportamentos, sendo este outro objetivo latente da execução da medida socioeducativa. Nesse sentido, quando, ao contrário, a mãe do adolescente emite a ideia de que está disposta a seguir os encaminhamentos realizados pelo funcionário da medida socioeducativa, o próprio adolescente é visto como um ator que pode ser desinternado e voltar à vida em sociedade: *“Portanto, podemos observar que apresenta duas passagens anteriores pela FEBEM encaminhado pela Vara de [local da Vara*

⁹⁴Pasta/Prontuário 1973D, relatório inicial de internação provisória de 05.08.08.

⁹⁵Pasta/Prontuário 33831C, relatório inicial de medida de internação de 25.08.03.

⁹⁶Pasta/Prontuário 54009C, relatório de acompanhamento de medida de internação de 23.12.02.

da Infância] e está sendo amparado pela genitora, assim sendo, parece-nos que tem condições de retornar ao convívio familiar e social⁹⁷”.

Porém, tal controle não se restringe a comportamentos diretamente ligados ao filho que cumpre medida socioeducativa, já que discussões sobre a quantidade de filhos, relação com o pai do mesmo, fonte de renda para manutenção da residência, nível educacional, etc. são frequentemente construídas, e as informações decorrentes são significativas para o relatório: “A genitora menciona que são todos filhos de relacionamentos esporádicos⁹⁸”. Nesse contexto, na prática considera-se que há uma ligação entre o comportamento pessoal da mãe e o comportamento rotulado como infracional do filho, havendo também uma dimensão de contaminação, como na discussão feita aqui sobre as relações sociais do adolescente.

A construção do adolescente em conflito com a lei em narrativas de funcionários

A fim de aprofundar a compreensão sobre as classificações construídas nos relatórios produzidos por parte dos funcionários de medida socioeducativa de internação, considereei realizar entrevistas e conversas informais com pessoas que me ajudassem a problematizar as informações que eu estava encontrando na análise documental. Segundo Cellard (2010, p. 295-296):

Se, efetivamente, a análise documental elimina em parte a dimensão da influência, dificilmente mensurável, do pesquisador sobre o sujeito, não é menos verdade que o documento constitui um instrumento que o pesquisador não domina. A informação, aqui, circula em sentido único; pois, embora tagarela, o documento permanece surdo, e o pesquisador não pode dele exigir precisões suplementares.

Foi justamente no sentido de encontrar informações suplementares que resolvi realizar entrevistas e conversas informais, tanto para verificar as condições de produção do relatório quanto para perceber se as classificações encontradas nesses documentos seriam também encontradas em narrativas de

⁹⁷Pasta/Prontuário 8671C, relatório informativo de internação provisória em 17.04.95.

⁹⁸Pasta/Prontuário 23011C, relatório de acompanhamento de medida de internação de 06.01.01.

atores que produzem os referidos relatórios, bem como em narrativas de funcionários que não detém o poder de produção do relatório. Nesse sentido, as narrativas a que tive acesso trouxeram à tona tanto questões relacionadas às dificuldades institucionais de realização do trabalho socioeducativo, quanto experiências individuais de embate e adaptação a tais dificuldades. Ou seja, ao narrar um acontecimento, meus informantes reorganizaram sua experiência, dando um formato coerente à sua fala e possibilitando uma determinada atribuição de sentido de suas experiências a partir de suas representações sobre o que é válido ser dito, tornando possível o acesso à experiência de meus informantes a partir do que eles pensam no presente sobre seu passado, reconstruído. Ou seja, tais narrativas não importam apenas para iluminar os documentos anteriormente descritos, também tendo valor em si mesmas, já que são consequências de uma experiência individual construída a partir de interações sociais, análises compartilhadas sobre os acontecimentos vividos e versões reelaboradas desses acontecimentos. Além disso, as narrativas de meus informantes não foram tomadas como representativas de um todo social, mas são valorizadas aqui por sua capacidade de narrar experiências importantes para responder o problema de pesquisa proposto. Dessa forma, considero cada narrativa como o ponto de vista de cada entrevistado, mas que mesmo assim revela tendências de um determinado grupo profissional, e podem ser analisadas à luz de outras narrativas e de práticas acessadas durante a pesquisa de campo.

As narrativas que aqui serão expostas foram coletadas a partir de conversas informais e entrevistas, tanto com pessoas que trabalharam ou que ainda trabalham em instituições de execução de medida socioeducativa de internação, notadamente a FEBEM-SP e a Fundação CASA, como com pessoas que tem ou tiveram contato com estes, como outros integrantes do sistema de justiça juvenil e pesquisadores do tema. O material que exporei aqui foi coletado prioritariamente de entrevistas, já que foram apenas esses os momentos que consegui gravar o áudio da conversa, mas estas só fizeram sentido para mim a partir das recorrências encontradas também nas conversas informais e entrevistas com outros atores do sistema. Não que eu tenha considerado que quanto mais recorrente, mais verdadeira é uma informação,

pois correria o risco de simplesmente reproduzir valores, crenças, preconceitos, etc., do grupo estudado. Nesse sentido, apenas faço um esforço para compreender as razões dessas recorrências.

Em suma, opto pela análise de narrativas conjuntamente à análise documental devido à crença de que interrogar alguns atores sobre as formas de produção dos relatórios, bem como sobre as tendências de classificação que eu estava encontrando conforme avançava no estudo dos referidos documentos, poderia iluminar diversas questões sobre aquela primeira fase da pesquisa, além de fornecer informações novas sobre o problema proposto. Poupart (2010) faz considerações específicas aos modos de execução de uma entrevista, afirmando que a mesma é uma experiência artificial, na qual se evidencia a necessidade de alguns princípios que facilitem a fala do entrevistado, a fim de reproduzir condições de familiaridade e de cumplicidade entre as partes, mas que nem por isso tais falas devem ser consideradas como mentiras ou dissimulações. Ou seja, os discursos oriundos de uma entrevista não foram nem consideradas em si mesmas, nem descartadas como desprovidas de valor. Esta certamente é uma das dificuldades do trabalho sociológico, ou seja, avaliar narrativas, posturas, silêncios, etc., a partir das características do ator que fala e do contexto no qual o mesmo está inserido, bem como das circunstâncias da realização da entrevista.

Caracterização das narrativas coletadas

Após quatro meses em que me detive no estudo dos relatórios produzidos pela FEBEM e/ou pela Fundação CASA, comecei a realizar contatos com pessoas que, de alguma forma, estivessem ligadas à produção desses relatórios. A partir de conversas com outros pesquisadores do tema e analisando diversos trabalhos, já antecipava algumas das dificuldades que eu teria se dependesse de uma autorização da instituição para acessar funcionários que trabalham diretamente com o adolescente internado, o que, devido ao curto tempo para uma pesquisa de mestrado, não seria viável. Porém, concordo com Becker quando este alega que estudar apenas as organizações que nos permitem acesso pode ser considerado como erro de

amostragem, sendo que tal opção metodológica pode ter distorcido muitas de nossas teorias (BECKER, 1993).

Por conta dessa limitação, realizei diversos contatos com outros pesquisadores, ativistas dos direitos da criança e do adolescente, advogados e amigos em geral, a fim de descobrir pessoas que tivessem o perfil adequado para me conceder algumas entrevistas, lançando mão da técnica metodológica conhecida como bola de neve, uma forma de amostra não probabilística que utiliza cadeias de referência. Segundo Bernard (2005), esta técnica é um método de amostragem de rede útil para se estudar populações difíceis de serem acessadas ou quando não há precisão sobre sua quantidade. Essas dificuldades são encontradas em três tipos de populações: as que contêm poucos membros e que estão espalhadas por uma grande área, os estigmatizados e reclusos, e os membros de um grupo de elite que não se preocupam com a necessidade de dados do pesquisador. Nesse sentido, apesar de não serem reclusos, diversas pesquisas já apontaram que os funcionários de instituições de medida socioeducativa de internação sentem-se estigmatizados, dado que são considerados por alguns como torturadores ou como coniventes com a violência perpetrada pelos adolescentes (FARIAS E NARCISO, 2005; CORREA, 2007; MIRAGLIA, 2002). Em complemento, para Biernacki e Waldorf (1981, p. 141): “O método é adequado para uma série de fins de pesquisa e é particularmente aplicável quando o foco do estudo é uma questão sensível, possivelmente sobre algo relativamente privado e, portanto, requer o conhecimento das pessoas pertencentes ao grupo ou reconhecidos por estas para localizar pessoas para estudo (tradução minha)⁹⁹”.

Na forma de amostragem bola de neve utilizam-se documentos e/ou informantes-chaves, nomeados como sementes, a fim de localizar algumas pessoas com o perfil necessário para a pesquisa, dentro da população geral. Em seguida, solicita-se que essas pessoas indiquem outras com as características desejadas, a partir de sua rede pessoal, e assim sucessivamente, e dessa forma, o quadro de amostragem pode crescer a cada entrevista, caso seja do interesse do pesquisador. Eventualmente o quadro de

⁹⁹ No original: “ The method is well suited for a number of research purposes and is particularly applicable when the focus of study is on a sensitive issue, possibly concerning a relatively private matter, and thus requires the knowledge of insiders to locate people for study”.

amostragem torna-se saturado, isto é, não há novos nomes oferecidos ou os nomes encontrados não trazem informações novas ao quadro de análise. No caso desta pesquisa, algumas pessoas que conheço indicaram outras pessoas que tivessem o perfil que eu estava procurando para esta pesquisa, ou seja, que trabalham ou trabalharam em instituições de execução de medida socioeducativa de internação, que por sua vez indicaram outros possíveis entrevistados. O processo de recrutamento de entrevistados está explicitado na figura 2.

Figura 2: Rede de contatos acionados para realização de entrevistas, a partir do método bola de neve.

Observação: Constan nesse gráfico apenas as pessoas com quem travei contato direto, sendo excluídas aquelas que não autorizaram nem a informação de dados para que eu tentasse o contato.

Como é possível observar na figura 2, a técnica bola de neve não é um método autônomo, no qual a partir do momento em que as sementes indicam nomes, a rede de entrevistados aumenta por si mesma. Isso não ocorre porque os entrevistados não são procurados ao acaso, mas a partir de características específicas que devem ser verificadas a cada momento, e também porque as pessoas indicadas não necessariamente aceitam fazer parte da pesquisa, pelos mais diversos motivos, que serão relatados posteriormente.

Nesse sentido, deve-se problematizar as vantagens e desvantagens do recrutamento de entrevistados por bola de neve. Uma das vantagens desse método é o fato dos entrevistados serem recrutados a partir de sua relação pessoal, o que pode emprestar confiabilidade ao entrevistador, como alega Becker (BECKER, 1993, p. 155): “Essa estratégia resolve o problema de acesso de forma conveniente; pelo menos se conhece alguém que pode ser observado ou entrevistado, e pode-se tentar fazer com que este indivíduo o apresente a outros e seja seu fiador, desse modo deflagrando uma espécie de amostragem em bola de neve”. Porém, um inconveniente disso é que, como os atores entrevistados indicarão pessoas de sua rede pessoal, corre-se o risco de acessar apenas argumentações semelhantes, o que deve ser problematizado durante a fase de análise dos dados do campo. No caso desta pesquisa, como pode ser observado na figura 2, os entrevistados foram recrutados a partir de várias sementes diferentes, o que fornece maior variabilidade de narrativas.

Outro ponto a ser considerado com relação ao método bola de neve para sua boa execução consta em May (2004, p. 158):

Entretanto, os pesquisadores também têm que estar cientes de que herdaram as decisões de cada indivíduo quanto a quem é adequado entrevistar. Isso pode não representar um problema, mas pode levar o pesquisador a coletar dados que refletem perspectivas particulares e, assim, omitir as vozes e opiniões de outros que não são parte de uma rede de amigos e conhecidos.

O roteiro das entrevistas teve o formato semiestruturado, com pontos a serem discutidos com o informante sobre sua trajetória profissional e sua rotina de trabalho com o adolescente em medida socioeducativa de internação, sendo

que houve um esforço para que os entrevistados fossem encorajados a utilizarem seus próprios termos, com constantes convites a estender as questões colocadas. Apesar do roteiro já ter um formato “pronto” no momento da entrevista, deixou-se o entrevistado livre para, de certa forma, também participar do desenvolvimento da entrevista, e por isso a ordem das questões propostas nem sempre foi a mesma, assim como determinados pontos foram trabalhados com maior ou menor profundidade, dependendo do perfil e da disposição do entrevistado. Nesse sentido, neste roteiro foram privilegiadas questões que fomentassem declarações descritivas, ao invés de valorativas (WHYTE, 2005). Apesar do esforço em abordar todos os pontos planejados, cada entrevista teve suas características próprias a partir da experiência do entrevistado e a partir do que ele se dispunha a falar mais.

Da mesma forma, um ponto que não pode ser desconsiderado aqui é o da empatia entre o entrevistador e o indivíduo entrevistado, já que todos os meus informantes, de alguma forma, foram contatos indicados por conhecidos e, em maior ou menor grau, pressupunham minha posição a favor da prioridade absoluta dada à criança e ao adolescente a partir do ECA. Esse contexto facilitou para que todas as entrevistas, sem exceção, acontecessem de forma fluída, e mesmo aquelas em que os entrevistados emitiam informações com as quais eu discordava, não houve nenhum momento de tensão. Mas, por outro lado, acredito que justamente por essa pressuposição sobre quem seria a entrevistadora, muitos funcionários não aceitaram conversar comigo, principalmente nos possíveis casos em que os funcionários contatados discordem totalmente das diretrizes do ECA – alguns entrevistados que acessei discordam apenas parcialmente, como será exposto posteriormente. Isso traz alguma homogeneidade para as narrativas, sendo uma limitação que deve ser ponderada na análise, mas ainda assim, tais narrativas expuseram questões importantes que não podem ser desconsideradas, como será trabalhado adiante.

Ainda nesse sentido, acredito que a fluidez do diálogo também se deu porque, antes da fase de entrevistas, me debrucei na leitura de bibliografia especializada, além de ter acesso às informações existentes nos relatórios, o que permitiu demonstrar certa familiaridade com nomes, locais, datas, etc, e

com que os entrevistados me vissem como uma “iniciada” no assunto, criando, em maior ou menor grau, empatia entre as partes. Concordo aqui com o argumento de Martins (2004, p. 294) de que esse cenário provavelmente seria diferente se não houvesse empatia entre entrevistadora e entrevistados.

Esse mergulho na vida do grupo e em culturas às quais o pesquisador não pertence depende de que ele convença o outro da necessidade de sua presença e da importância de sua pesquisa. Para que a pesquisa se realize é necessário que o pesquisado aceite o pesquisador, disponha-se a falar sobre a sua vida, introduza o pesquisador no seu grupo e dê-lhe liberdade de observação. Esse mergulho na vida de grupos e culturas aos quais o pesquisador não pertence, exige uma aproximação baseada na simpatia, confiança, afeto, amizade, empatia, etc.

Neste contexto, além dessa construção da familiaridade e da empatia, outro ponto que considero relevante para a fluidez da entrevista foi a preocupação com o local onde a mesma seria realizada, e por isso sempre pedi para que o próprio entrevistado escolhesse o local onde ocorreria nossa conversa. Considero isso um ponto importante, já que acredito que entrevistas em locais institucionais, como o ambiente de trabalho dos entrevistados, poderiam acarretar em narrativas diversas da que tive acesso, nem por isso menos válidas, mas certamente com uma tendência maior a produzir um discurso próximo ao representado em diretrizes institucionais. Tal contexto pode ter fomentado um cenário para narrativas que fugiam ao que eu esperava, nas quais nem sempre meus informantes projetavam uma imagem favorável de si mesmos e também emitindo opiniões contrárias ao estabelecido no ECA.

Como também pode ser observado na figura 2, algumas pessoas não aceitaram ser entrevistadas¹⁰⁰ e, além desses casos, houve pessoas que mesmo aceitando conversar comigo, comentaram durante a conversa sobre o receio da possível divulgação de seus nomes. Nos casos das pessoas que me negaram entrevistas, a pergunta: “Você tem autorização para fazer essa

¹⁰⁰ Infelizmente não é possível expor o perfil dos funcionários que não aceitaram me conceder entrevistas, já que muitos deles negaram o pedido àqueles que serviram de intercessor entre tais funcionários e eu, não permitindo nem um primeiro contato de minha parte. Além disso, alguns funcionários autorizaram o fornecimento de seus contatos, mas queriam apenas responder dúvidas rápidas por telefone, me impedindo de perceber qualquer característica relevante.

pesquisa?” foi constantemente direcionada a mim, exceto nos casos em que as pessoas nem chegaram a autorizar que o intermediário me informasse seu contato, já explicando que não teriam autorização institucional para dar entrevistas. Em todos os contatos que fiz, seja com possíveis entrevistados, seja com pessoas que poderiam me fornecer contatos de pessoas com o perfil que eu procurava, sempre fiz questão de deixar claro que nome nenhum seria divulgado, bem como qualquer informação que pudesse localizar meus informantes. Além disso, também me comprometi a enviar uma cópia da versão final de minha dissertação a todos aqueles que me concederam entrevistas, a fim de abrir espaço para que os entrevistados discutissem comigo minhas interpretações, antes de depositar a versão final na Universidade¹⁰¹. Mesmo com todos esses cuidados, além do fato de ser apresentada por alguém da rede pessoal dos funcionários em questão, muitos destes simplesmente não aceitaram falar comigo. Acredito que, além de constrangimentos legais¹⁰², o medo real de perder o emprego ou prejudicar terceiros influenciou para que as pessoas se recusassem a falar com uma estranha, e nesse sentido, tentei compreender tais recusas da mesma forma como fez Zaluar (1994, p. 23) em seu trabalho de campo: “Essas dificuldades pessoais faziam parte da sua história de contatos com estranhos, e eu tive que engolir a frustração com o entendimento de que não podia apagar as marcas desses contatos anteriores”.

Além disso, vale a pena pontuar o esforço que meus informantes fizeram em me explicar, ensinar, detalhar a sua realidade, e principalmente, a realidade das instituições na qual trabalham ou trabalharam. Poucas informações sobre essas instituições são expostas ao público e talvez por isso meus entrevistados se esforçaram tanto em me fazer compreender sua realidade, quase de forma professoral. Essa boa vontade saltava aos olhos quando meus entrevistados relatavam minuciosamente sua prática cotidiana, narravam os problemas institucionais e davam sugestões de pontos que não poderiam faltar em minha

¹⁰¹ Interessante ressaltar que nenhum dos entrevistados solicitou alterações em meu texto.

¹⁰² O trabalho desses funcionários é influenciado pelo Decreto nº 58.052, de 16 de maio de 2012, que regula o acesso a informações das diversas instituições do Estado de São Paulo. Assim, em seu capítulo IV, artigo 27, é declarado que alguns tipos de informações são passíveis de restrição de acesso, como os documentos, dados e informações sigilosas e pessoais. Nesse sentido, um mau uso deste Decreto é o de nomear como informação restrita aquelas referentes à execução da medida socioeducativa de internação, usualmente sob a alegação de proteção do adolescente menor de 18 anos, mas que na prática torna-se uma forma de proteção das ações institucionais.

pesquisa – sendo o ponto mais citado a necessidade de também falar com os adolescentes -, como se tais questões fossem um facilitador para que eu compreendesse suas falas. Em suma, apesar de todo o meu esforço em proporcionar um cenário propício à empatia, a qualidade das entrevistas só foi possível com o esforço empreendido por estes funcionários em se fazerem claros, e por isso, apesar da unilateralidade das questões, considero essa fase da pesquisa como uma coautoria entre pesquisador e pesquisado.

Da mesma forma que no capítulo anterior, aqui também seleciono alguns trechos das narrativas, a fim de ilustrar adequadamente meus argumentos, e o critério de escolha dos mesmos foi a potência na sintetização do que foi recorrentemente argumentado por vários dos funcionários entrevistados

Representações, experiências e as hesitações em classificar.

Para descrever apropriadamente as narrativas que acessei é necessário fazer algumas considerações referentes aos funcionários que me concederam entrevistas e com quem conversei informalmente. Devido à forma como foi executada a amostragem em bola de neve para convidar funcionários de medidas socioeducativas de internação a participarem dessa pesquisa, houve grande multiplicidade de informantes, seja em termos de profissão, trajetória ou tipos de Unidades na qual trabalharam. Nesse sentido, acredito que seria muito rico ter a possibilidade de trabalhar mais detalhadamente as formas como tais pontos podem ter influenciado muitas das respostas às minhas perguntas. Porém, vários dos funcionários que me concederam entrevistas ou conversaram comigo emitiram um dado muito relevante e que em grande medida caracteriza esse grupo profissional: o receio que tinham em ter seu nome divulgado. Como relatei anteriormente, desde o primeiro contato que travei com todas as pessoas que tentei entrevistar, afirmei que nenhuma informação que as localizassem seria colocada no texto da dissertação, mas ainda assim, durante o diálogo comigo esta questão foi colocada, mesmo por algumas pessoas que não estavam mais ligadas à instituição. Da mesma forma, em muitos momentos fui solicitada a não colocar determinado assunto no texto, ou pediram para desligar o gravador por alguns momentos.

Essa postura demonstra quanto o segredo sobre o que acontece dentro dos muros da instituição é uma importante imposição percebida pelos funcionários que entrevistei. Nesse sentido, Simmel (2009) já afirmou que todas as pessoas têm esferas inacessíveis a terceiros, principalmente no mundo moderno. Apesar das considerações de Simmel se referirem principalmente a segredos pessoais, suas ponderações ajudam a iluminar essa necessidade de segredo institucional que os entrevistados relataram em suas narrativas, já que, segundo o autor, apenas com essa imposição do segredo as instituições conseguem dar continuidade ao seu trabalho. Por isso há o esforço institucional em tentar manter as ações intramuros em segredo, já que a publicidade, mesmo sendo um estado desejável na Democracia, devido à ideia fundamental de que todos devem conhecer os fatos e as circunstâncias que lhes interessam, pode implicar numa “incitação psicológica para intervir” (SIMMEL, 2009, p. 241).

Esse segredo institucional também pode ser visto a partir da diferenciação que Goffman constrói entre fachada e bastidores, sendo estas diferentes regiões onde atuam os indivíduos (GOFFMAN, 2009). A fachada mostra-se como o local da apresentação do self para os outros, sendo mais padronizadas e de caráter mais oficial:

Será conveniente denominar de fachada a parte do desempenho do indivíduo que funciona regularmente de forma geral e fixa com o fim de definir a situação para os que observam a representação. Fachada, portanto, é o equipamento expressivo de tipo padronizado intencional ou inconscientemente empregado pelo indivíduo durante sua representação (GOFFMAN, 2009, p. 29).

Já os bastidores seriam os locais mais informais, no qual segredos costumam ser compartilhados: “Uma região de fundo ou dos bastidores pode ser definida como o lugar, relativo a uma dada representação, onde a impressão incentivada pela encenação é sabidamente contradita como coisa natural” (GOFFMAN, 2009, p. 106). Dessa forma, acredito que ao manter o segredo institucional, os entrevistados desejam manter tanto sua própria fachada quanto a fachada da instituição, mas nos momentos em que me falaram sobre segredos, solicitando, por exemplo, que eu desligasse o

gravador, me incluíam em seus bastidores. Porém, é importante ressaltar que nem a fachada nem os bastidores são mais verdadeiros, mas igualmente constituintes de um todo, sendo ambos importantes para a existência do mesmo (GOFFMAN, 2009).

Em suma, é compreensível a solicitação daqueles que conversaram comigo em manter segredo sobre algumas informações, bem como a não disponibilidade de algumas pessoas a sequer conversar comigo, já que esse segredo é sustentado pelo medo em perder o emprego ou em prejudicar determinadas pessoas, além de outras possíveis questões que não foram relatadas a mim por meus entrevistados. Nesse sentido, nomeio como *segredo institucional imposto pelo receio* o ato de guardar informações sobre a instituição na qual o indivíduo está ou já foi ligado profissionalmente, devido ao receio em prejudicar a si mesmo ou a outrem. É esse o segredo que, além de manter uma situação de normalidade entre os atores, torna possível o trabalho da instituição: “Quando uma instituição dominante se sobrepõe aos interesses individualistas abarcando-lhes certos aspectos, poderá estar facultada a funcionar secretamente graças a uma autonomia formal, sem por isso desmentir a sua ‘publicidade’ no sentido do cuidado material dos interesses de todos” (SIMMEL, 2009, p. 236).

Na Democracia são comuns as tensões em publicitar segredos, já que, ao mesmo tempo em que há o direito à informação, há também o direito à privacidade e à segurança, que implicam muitos constrangimentos legais e políticos. Porém, tais tensões se colocam com muito mais potência quando se trata de segredos estatais, já que, ao contrário, quando se abordam segredos da população, o âmbito da segurança se impõe com mais força do que o direito à privacidade¹⁰³.

Outros autores pontuam que o simples ato de tornar público uma determinada questão não implica que esteja necessariamente se desvendando

¹⁰³ Neste contexto, Foucault constrói discussões sobre o que ele nomeia como “biopolítica”, demonstrando a tentativa de controlar os processos biológicos de uma população, relativos à saúde, higiene, natalidade, longevidade, etc. Assim, o fortalecimento da noção de segurança permite intervenções, encaradas como preventivas, a fim de regular a população em questão: “Deveríamos falar de ‘bio-política’ para designar o que faz com que a vida e seus mecanismos entrem no domínio de cálculos explícitos, e faz do poder-saber um agente de transformação da vida humana (Foucault, 1999, p. 133).

um segredo, já que a publicidade pode apenas manter seus próprios segredos ao conter mentiras ou divulgar apenas pontos que não denigram a imagem de quem relata: “Apesar de tudo isso, os conteúdos, sentidos e lacunas não podem transformar uma informação na ausência dela mesma. Podem, sim, suscitar questões que demandem novas informações.” (ALMINO, 1986. p. 34-35).

Assim, em instituições públicas – mas não apenas nessas – há um conhecimento absorvido pelos atores, mas que nunca deve ser divulgado universalmente. Meus entrevistados por vezes apenas sugeriam o conhecimento de determinado assunto, sem querer detalhá-lo, mas mesmo assim evidenciando que a sutileza do quase-dito também fortalecia seu argumento (CARVALHO, 1984).

Dadas estas ponderações, serão apresentadas de forma sucinta as pessoas que me concederam as entrevistas que serão analisadas aqui, apenas com informações básicas para que o leitor consiga compreender a partir de qual posição meus entrevistados falam individualmente. Mas vale pontuar que o receio emitido por meus entrevistados, e também com aqueles com quem conversei informalmente, caracteriza uma instituição que, como será argumentado posteriormente, se mostra opressora tanto para os adolescentes como para os funcionários, o que segundo estes, influencia a qualidade dos serviços prestados.

Nesse sentido, segue a descrição dos entrevistados, que serão apresentados com nomes fictícios:

Antônio: Professor, atuou na instituição durante um ano (2012) em um Centro¹⁰⁴ para Reincidente, Grave e Gravíssimo.

¹⁰⁴ Centro é nome dado atualmente ao que anteriormente se nomeava como Unidade. Apesar da mudança nominal, nas entrevistas e nas conversas informais muitos informantes ainda utilizam o rótulo de “Unidade”. Por isso, na maioria das vezes, lanço mão da palavra “Unidade” em detrimento a “Centro”. As classificações dos centros variam com seu público alvo: existem centros nomeados como RGG (Reincidente, Grave e Gravíssimo), ou seja, adolescentes com múltiplas passagens ou que cometeram atos infracionais considerados graves, e centros voltados para adolescentes “primários”, ou seja, para adolescentes que estão institucionalizados pela primeira vez. Segundo meus entrevistados, essa diferenciação de público alvo nem sempre é executada da forma como planejada, mas é essa a divisão normativamente adotada.

Fernando: Professor, atuou na instituição durante quatro meses (2005), no período de transição da FEBEM para a Fundação CASA, também em um Centro para Reincidente, Grave e Gravíssimo.

Graziela: Psicóloga, atua na instituição desde 2003, passando por diversas funções, dentre as quais o atendimento direto ao adolescente e formação dos profissionais da instituição.

Giovana: Psicóloga, atua na instituição desde 2000, passando por diversos tipos de Centros (tanto voltados para Primários quanto para Reincidente, Grave e Gravíssimo), atuando hoje em um cargo de supervisão.

Karina: Professora, atuou na instituição durante dois anos (2011 a 2012), em um Centro para Reincidente, Grave e Gravíssimo.

Lucas: Agente de Apoio Socioeducativo, atua na instituição desde 2010, em um Centro para Primários.

As narrativas construídas pelos entrevistados, devido à já referida heterogeneidade de perfis e trajetórias, permitiu-me acessar uma multiplicidade de informações. No que se refere às classificações construídas por esses funcionários, um ponto importante a ser ressaltado é a necessidade evidenciada por muitos destes em afirmar que, devido à singularidade do adolescente, não se deveria rotulá-lo, mas ao contrário, se esforçar em compreender o contexto econômico, político e social nas quais as ações deste adolescente estão inseridas, ressaltando suas especificidades. Nesse sentido, tais narrativas mostram alta complexidade, pois mesmo ao criticar tanto o ato de classificar quanto as classificações que eu citava como recorrentes nos relatórios, muitos funcionários não deixaram de classificar os adolescentes, seja utilizando-se das mesmas classificações encontradas nos relatórios, seja empregando novas categorias classificatórias. Porém, ao contrário da pesquisa documental, todas as classificações – ou a crítica ao uso dessas - encontradas nessas narrativas implicaram uma justificação. Ou seja, quando esses funcionários argumentam, por exemplo, sobre o peso que a família tem na execução da medida de internação – apoiando ou criticando esta tese –

também explicam as razões de sua opinião, complexificando ainda mais a questão.

Devido à variedade de características de meus entrevistados, considero cada narrativa a partir de suas características particulares, já que se trata de pessoas e opiniões singulares, mas sem desconsiderar que estas estão inseridas em um sistema de valores e afetos que ultrapassa a lógica interna do argumento individual. Durante a fase de entrevistas e conversas informais realizadas para esta pesquisa, interpreto que mesmo com toda a multiplicidade de características dentre aqueles que colaboraram com esta pesquisa, é possível observar proximidades referentes ao argumento implícito de que há influências recíprocas entre qualidade das condições de trabalho, qualidade da execução da medida socioeducativa e construção social do adolescente. Ou seja, a forma como é executada a medida de internação tem grande relação com as condições de trabalho oferecidas a estes funcionários, sendo que esta influencia sobremaneira a forma como será atribuído significado aos atos do adolescente com quem convivem cotidianamente. Para melhor visualizar estas relações recíprocas, desenvolverei agora uma descrição dos pontos que considero como decorrentes de tais relações.

Cultura de violência e de rebelião

Declarações sobre violência foram emitidas a todo o momento durante as conversas que tive com os funcionários citados, seja para afirmar uma situação de degradação na qual os adolescentes internados estão inseridos, seja para afirmar que a violência dos mesmos interfere nas condições de trabalho vivenciadas pelos próprios funcionários. É sintomática a fala de Antônio, que atuou como professor, no que tange ao primeiro ponto:

Porque é o seguinte: há violência lá, há violência não relatada, não divulgada... Quando acontece um caso sério de hospital, aí dá problema. Se um adolescente vai para o hospital, se eles vão lá para o pronto socorro de lá dentro, às vezes se abafa. Mas se é muito sério, se eles chegam a ir para o hospital ou vai com seriedade para o pronto socorro, aí tem uma corregedoria.

Da mesma maneira que Antônio afirma a existência de violência contra os adolescentes internados, logo depois afirma que a existência da mesma abre espaço para a autoflagelação dos adolescentes a fim de incriminar determinados funcionários: *“Há casos de meninos que se batem para forjar”*.

Porém, no que se refere à violência sofrida por funcionários em seu cotidiano de trabalho, a fala de Lucas, agente de apoio socioeducativo, é mais dramática. Talvez por ser a função que mais trava contato com o adolescente encarcerado, seja também a que mais se afeta neste contexto, já que estão mais próximos às violências atribuídas aos adolescentes, seja com o argumento de que esses são indivíduos violentos em si, seja com o argumento de que esses respondem de forma violenta à opressão que sofrem dentro da instituição: *“Então você vê como que fica a cabeça de um funcionário. Você pode conversar com a maioria, dos que estão bastante tempo, você vê que já não está batendo bem das ideias. Só o olhar da pessoa você já vê que já está perturbado”*. E de modo mais dramático: *“Muitos funcionários, devido a isso, acabam tendo que faltar por causa de problemas psicológicos, falta dinheiro e aí acaba fazendo bico, aí vem cansado e muitos acabam faltando, então a gente sempre fica desfalcado”*.

Nesse sentido, Lucas também afirma que é comum que agentes de apoio socioeducativo sintam receio de transitar em vias públicas por medo de represálias. Tais represálias, segundo o entrevistado, não necessariamente teriam como sujeitos apenas os funcionários que maltratam os adolescentes, mas muitas vezes ocorreriam devido à necessidade do adolescente demonstrar valentia e se auto afirmar frente aos demais: *“Que nem esse menino que veio para cima de mim ano retrasado, foi porque eu falei que ele não era ladrão, que não fazia nada, que era ladrão de biscoito. Aí quando ele me viu na rua ele veio para cima de mim junto com mais três”*.

Narrativas sobre rebeliões ocupam uma posição especial. Mesmo no caso daqueles que nunca vivenciaram uma rebelião, grande parte dos funcionários teceu considerações sobre as mesmas, sendo recorrentes as falas sobre o companheirismo por parte dos adolescentes durante os momentos de rebelião, como no caso de Fernando, que atuou como educador social: *“Não só não tive problema algum, como eu comentei com você anteriormente, ia ter*

uma rebelião e eles avisaram no dia anterior, e falou assim: ‘Senhor, não vem amanhã que a casa vai virar’. E aí, dito e feito, não fui e vi pela televisão”. Tese semelhante pode ser encontrada de forma mais detalhada na fala de Karina, professora que atuou durante dois anos na Fundação CASA:

E eu fiquei muito assustada, e quem me protegeu foram os meninos. Um deles pegou uma mesa, virou de costa e falou: “senhora, senta de costa e não olha, senão a senhora vai ficar impressionada, as pessoas aqui são muito violentas”. Só que você ouve. (...) Na hora de conter a rebelião eles trancam todo mundo, inclusive quem está lá dentro, e eu fiquei presa, dane-se, é cada um por si. Ainda bem que eu era aliada dos adolescentes, de alguma maneira, né?

Porém, existem outras narrativas que contrariam a tese sustentada nesses últimos trechos, como no caso de Lucas, que afirma que durante as rebeliões, os funcionários sofrem violência por parte dos adolescentes e usualmente são tidos como únicos culpados pela violência institucional: *“E nisso não acontece nada com o adolescente, só o funcionário que acaba sendo machucado. Fora que, após isso, ainda muitas vezes acaba vindo relatório que a gente agrediu os adolescentes”*.

Além desse caráter dubio referente à ação dos adolescentes durante momentos de rebelião com relação aos funcionários, também é possível destacar o caráter impositivo da relação entre os próprios adolescentes durante uma rebelião, como na fala de Antônio: *“É uma tensão diária. Se tem uma revolta lá dentro, todos são obrigados a participar. (...) Senão depois ele tem represália, com certeza, e pode ser de todo tipo, né? Pode ser com uma surra, pode ser violência sexual, às vezes, que existe”*.

Falta de adequação da instituição aos propósitos da medida socioeducativa de internação.

Justamente devido à violência que aparenta perpassar as ações de grande parte dos atores inseridos numa instituição de internação, muitas das considerações feitas pelos entrevistados surgiram no sentido de afirmar que tanto a instituição quanto a medida socioeducativa privativa de liberdade não são adequadas à função social que normativamente deveriam ter. Porém, não

há um consenso sobre qual a função social da instituição, sendo que alguns argumentam que esta seria a de educar e a instituição acaba por apenas segregar, enquanto outros afirmam que tal função deveria ser a de punir, mas que a violência dos adolescentes torna a instituição um local de falta de autoridade. Quanto ao primeiro tópico, a fala de Graziela, psicóloga, mostra-se ilustrativa:

É paradoxal, embora eu trabalhe com a medida de internação e semiliberdade, pois a Fundação CASA tem essas duas medidas, eu não acredito na medida de internação. Mas ela ainda existe e não dá para ela ser desfeita, eu entendo que a gente precisa, dentro da instituição, fazer movimento de desinstitucionalização, e qualificar minimamente esse atendimento de jovens que estejam nessa medida. Mas eu não acredito na medida de internação, você não tem como socializar prendendo. E é muito sofrida, é uma medida muito sofrida.

Porém, mesmo nos momentos em que os entrevistados se posicionam contrários as ações dos adolescentes que cumprem medida de internação, alguns funcionários podem demonstrar sua insatisfação com a não adequação à função educacional por parte da instituição, como na fala de Karina:

Eles não são santinhos, eles estão errados, não faço apologia às coisas que eles fizeram, sou contra, mas ali a função deveria ser de reeducar, de ressocializar, de inserir, de dar chance, de dar oportunidade, mas o que a Fundação CASA faz é só reforçar o lado ruim porque não tem uma orientação, um curso, nada efetivo, tinha curso lá de tricô! Quem ia querer fazer curso de tricô? Dá um curso de funilaria para esses meninos, isso é encaminhar. Quer dizer, tem a verba para dar curso, vai dar qualquer curso, tem curso de bijuteria para os meninos, de pintar caixinha... Eles até pintavam para dar para as mães no dia de visita, mas isso não profissionaliza.

Porém, no que se refere ao segundo tópico, em que há a afirmação de que a função da instituição e da medida socioeducativa de internação deveria ser a punição, alguns funcionários demonstram sua insatisfação com a falta de condições estruturais para a execução de uma punição apropriada, como na fala de Giovana, psicóloga: “A impunidade é outra coisa também, porque eles sabem, eles sabem, ‘o que vai acontecer de pior para mim? Três anos?’, e vê que o vizinho entrou e saiu, que fulano passou seis meses e foi embora”. Da

mesma forma, considerações sobre a falta de condições institucionais para a realização da devida punição também foram emitidas, como na reclamação de Lucas sobre a falta de efetividade do “cantinho da reflexão”¹⁰⁵: “Na verdade, não [funciona]. Mas é tipo um castigo, é um dos poucos castigos que a gente pode fazer, fora o relatório interno de comportamento”.

Trabalho cotidiano e relação entre as equipes

Vários relatos referentes à rotina de trabalho em instituições de medida socioeducativa de internação foram tecidos pelos entrevistados. Na época das rebeliões ocorridas no final da administração FEBEM, todo o cotidiano de trabalho foi considerado como afetado por tal situação, até mesmo vários hábitos pessoais, como afirma Giovana:

Então o atendimento era prejudicado, o relatório era prejudicado, todo o nosso serviço ficava... Então era um trabalho meio heroico, sabe? Você tinha que todo dia... Bom, eu desaprendi a usar salto alto, hoje em dia a idade também já não colabora (risos), mas porque a gente saía correndo toda hora, as bolsas eram a tiracolo mesmo, você tinha que andar com a bolsa pendurada.

Outro ponto levantado foi o de falta de incentivo, tanto para que os adolescentes percebessem as alternativas existentes em relação ao ato infracional, quanto para que os funcionários pensassem novas maneiras de executar a medida de internação, elegendo uma função pedagógica para a mesma. As seguintes considerações foram levantadas por Fernando:

E onde eu estava especificamente era de adolescentes de 18 a 21 anos, então adolescentes que já passaram várias vezes pela FEBEM, estavam ali já pela segunda, terceira vez, que a própria coordenação pedagógica já avaliava esse adolescente como um adolescente sem... Sem futuro. Aliás, eu cansei de ouvir de funcionários com cargos superiores ao nosso, os chamando de insetos, “para que você vai fazer isso? Não adianta nada”. Então, no fundo, no fundo, nós éramos bem

¹⁰⁵ Durante entrevistas me foi informado que o “cantinho da reflexão” é um local para onde são direcionados os adolescentes que cometem atos de indisciplina dentro da Unidade, para que fiquem sozinhos por alguns momentos e pensem na gravidade do ato que cometeram. Diferencia-se da chamada “tranca” ou “seguro”, pois esta teria um caráter mais próximo ao castigo, sendo um isolamento em um local hermeticamente fechado, sem luz e ventilação, e na qual pode-se isolar um adolescente por dias. Durante minha pesquisa de campo, nenhum funcionário comentou sobre a tranca ou seguro.

desmotivados a desenvolver o projeto, aliás, nós entramos lá e não havia nenhuma superior de fato ligada à pedagogia.

Apesar desse sentimento de opressão institucional, que aparece de várias formas nas narrativas dos entrevistados, estes também constroem teorias sobre a submissão do funcionário frente a tais formas de opressão. Neste contexto, o argumento de Graziela é sintomático, pois levanta a possibilidade de que determinados atos, nem sempre alinhados às diretrizes do ECA, realizados dentro dos muros da instituição executora de medida de internação não necessariamente podem ser ligado a algo intrínseco aos funcionários, mas que estes pode assimilar tais comportamentos sem perceber:

Eu não estou ilesa de cometer também esses entendimentos, mas a gente tem que se cuidar o tempo inteiro, porque, de fato, tem uma pressão para essas leituras empobrecidas, e a gente precisa ser... Manter a capacidade de se indignar. E às vezes isso acaba ficando naturalizado, adormecido, eu acredito que a gente precisa ficar sempre estudando, sempre em outros espaços, porque senão acaba sendo engolido mesmo. Porque eu tenho certeza que um profissional que sai da faculdade... Eu acho que isso é uma questão: será que ele pensa assim? O que acontece quando entra na Fundação? Será que muda? Acho que essa é uma questão a se pesquisar.

Considerações sobre o próprio trabalho cotidiano acabou por sempre se estender ao trabalho das outras equipes que se relacionam com o adolescente internado. Essas considerações usualmente tiveram tom de crítica, não apenas direcionada as outras equipes, mas também tendo como objeto a própria equipe na qual esses funcionários faziam parte. Com relação à administração FEBEM, Fernando tece os seguintes comentários no que tange à relação entre sua equipe e a equipe responsável pela segurança de funcionários e adolescentes internados:

Era uma visão de que nós estávamos ali para atrapalhar, ou nós éramos inocentes, ingênuos, esses adolescentes eram para ser tratados com porradas, borrachadas. Então era uma visão de que estávamos ali provisoriamente, não tinha essa ideia do pessoal estar ali desenvolvendo projetos de longo prazo, era uma... “Vocês estão aqui por enquanto”, mais ou menos assim. E não havia nem sempre uma relação de companheirismo mesmo, de parceria.

Ainda sobre essa equipe, Fernando a caracteriza da seguinte forma: *“Então a segurança torturava, batia, não alimentavam direito os adolescentes, era uma relação bastante intransigente, bruta, ríspida, sem diálogo... Era um período nada pedagógico, nada educativo”*. Em suma, há uma caracterização muito ligada à violência e a métodos não pedagógicos no trato com os adolescentes, subjugando-os. Por outro lado, segundo Fernando, a equipe técnica também subjugava os adolescentes internados, mas ao invés da violência, lançariam mão do discurso e do relatório que é encaminhado ao judiciário: *“E geralmente essa assistente social e essa psicóloga já tem um discurso viciado, geralmente. Você vai ouvir as mesmas coisas, o mesmo discurso, o adolescente é assim por uma causa que é muito delimitada, e esse discurso aparece em vários relatórios, em muitos momentos”*.

Em comparação aos trabalhos executados pela Fundação CASA, alguns argumentos afirmam de que a situação melhorou, como na fala de Giovana:

Eu entendo que, lógico, a gente está distante de estar perfeito, mas dá para você perceber o processo que nós estamos de melhora. E mesmo assim, nos centros variados, de mesmo Complexo, você percebe que alguns estão adiante, e outros ainda não, porque depende de uma série de fatores, desde a população que o Centro atende, a acomodação desses jovens dentro do Centro, e o corpo funcional que está disponível. Então por isso que a gente percebe essas diferenças tão grandes, destoa às vezes um Centro do outro.

Ao afirmar que a situação da medida socioeducativa melhorou, Giovana destaca a atuação da equipe de apoio socioeducativo, que cuida da segurança dos adolescentes e dos funcionários: *“Porque o que vinha era: ‘esse menino é um verme’, ‘ladrão é tudo igual’, antigamente era assim, agora não. Modificou bastante”*. Uma das vantagens dessa mudança de postura, dentre outras coisas, decorre do fato de que este funcionário ter mais contato com o adolescente, podendo fornecer informações mais precisas sobre o comportamento deste: *“Porque muitas vezes o menino se apresentava para o psicólogo e para o assistente social de uma forma, então conosco ele evita falar gírias, ele faz um esforço (risos). Mas para o funcionário que está ali no dia a dia é mais difícil”*.

Mas algumas considerações vão de encontro a este argumento, afirmando que muitas violências se mantêm na Fundação CASA. A própria Giovana faz uma ressalva: *“Não são todos, tem um monte de gente na Fundação que é samambaia, que é funcionário público, são pessoas descomprometidas, pessoas que tentaram trabalhar em diversas áreas e por incompetência não conseguiram. (...) Mas em contrapartida tem outras pessoas que doam a vida, sabe?”*.

Relatos sobre essas “pessoas descomprometidas” certamente são as que mais acessei durante as conversas com os informantes desta pesquisa. A equipe de apoio socioeducativo foi a que mais recebeu críticas, sendo estas permeadas a todo o momento por ressalvas de que nem todos os agentes de apoio socioeducativo desempenham mal a sua função. Segundo Antônio: *“Há também uma ideia de humilhação, muitos humilham os meninos. Eu acho que eles são mal preparados, eu acho que eles são desmotivados, eles acham que ganham mal, e são mal escolhidos”*.

Karina, assim como outros, também dispensa críticas à equipe pedagógica, afirmando que: *“Os professores são muito mal preparados, a gente não tem nenhum treinamento para dar aula num espaço de conflito como aquele”*. Além dessa falta de preparação, que deveria ser fomentada pela instituição, Karina afirma a falta de vontade de alguns professores para lecionar neste espaço: *“Como os professores, alguns vão lá para dar aula, mas outros vão porque sabem que o espaço não exige isso”*. Ainda referente às críticas voltadas a equipe pedagógica, Lucas desenvolve novos argumentos:

Porque querendo ou não a gente fica o tempo inteiro com eles (os adolescentes), e o professor só vai ficar dentro da sala de aula. E tanto porque, muitos acreditam que os meninos são criminosos e tudo, então eles têm medo. Então eles passam o que eles têm que passar e não falam nada, ficam quietos. E aí deixam o adolescente fazer o que quiser dentro da sala, dormir, essas coisas, ficar brincando, conversando, só para evitar o conflito entre eles.

Em relação à equipe técnica, a maior fonte de críticas pontuadas pelos entrevistados relaciona-se ao poder de produção do relatório. Graziela

desenvolve um argumento referente à dificuldade na produção deste documento:

Há uma intencionalidade de que esses profissionais sejam preditivos: ele vai infracionar ou não vai infracionar? Ele é perigoso ou não é perigoso? Então essa convocação é forte. Mas eu acho que o desafio é não entrar nessa convocação, porque na verdade, o que eu entendo por relatório, é que o relatório é o resultado de um estudo, e ele está diretamente implicado na correlação com o jovem. Então o meu cliente não é o Judiciário, meu cliente é o jovem.

Nesse sentido, a produção de relatório mostra-se como algo complexo de ser realizado, já que além das pressões citadas, há também dificuldades de caráter pessoal no desenvolvimento do trabalho, já que é necessário um esforço daquele que o produz em colocar todas as informações relevantes da trajetória do adolescente. Como afirma Giovana:

Eu percebo a evolução que há no caso, tudo o que foi trabalhado, o que foi atingido, metas que foram atingidas, e você pega o relatório e ele não está conseguindo mostrar tudo isso. Porque de repente aquele profissional também tem limitação, e aí você devolve, “precisa melhorar um pouco aqui, que tal colocar tal coisa”. E aí eu vejo um problema assim, muitas vezes a gente não consegue pôr no relatório aquilo que de fato está acontecendo de positivo, de ganho, não consegue.

Além de todas essas questões que perpassam a produção do relatório, este documento também é fonte de desconfiâncias por parte das demais equipes, sendo o argumento mais utilizado o de que aqueles que produzem o relatório não têm contato suficiente com o adolescente. Como afirma Antônio: “*Eu não sei o quanto a pessoa que escreveu o relatório gosta ou não do adolescente, então vai escrever isso para sacaneá-lo, ou vai escrever isso para liberá-lo*”. Esta afirmação está de acordo com a fala de Lucas, quando explica o que se deve levar em consideração para produzir seu relatório: “*A gente faz o relatório de pátio, que seria sobre o cotidiano que a gente vive com eles. Se o menino apronta, se não, se faz as lições, se para na sala de aula (...). Agora também se o menino desrespeita algum funcionário, desrespeita alguém, a gente sempre vai acabar escrevendo tudo o que se passa, né? Aí qualquer erro do menino a gente escreve*”.

Há diversas outras fontes de críticas à função e à forma como é produzido o relatório, como a falta de motivação e de empenho dos responsáveis em fazer um documento voltado ao interesse do adolescente, sem a devida contextualização social e política necessária. Dessa forma, os relatórios seriam produzidos de forma padronizada e a partir de interesses pessoais, como afirma Karina: *“Acredito que até esses relatórios precisavam ser mais fiscalizados, quem está fazendo, com que interesses, quem está compondo aquele corpo de pessoas que escrevem, porque existe troca de favores demais, existe uma negociação muito complicada”*. Além disso, há o caráter dúbio do relatório que, além de poder se tornar uma forma de punição, não trabalha-se o caso do adolescente da forma como alguns funcionários esperam, devido a problemas estruturais. A fala de Lucas vai nesse sentido:

Hoje a gente está praticamente com as mãos atadas, porque, querendo ou não, a gente não tem respaldo nenhum, a única coisa que a gente pode fazer é só o relatório. Mas se um menino ir para cima da gente, o relatório acaba sendo leve. Porque querendo ou não eles falam que querem, a própria direção da Fundação CASA pede para fazer relatórios leves para que os adolescentes saiam mais rápido da Unidade, por causa da superlotação.

Classificando o comportamento do adolescente internado

Grande parte dos funcionários entrevistados para esta pesquisa, mesmo quando criticam as classificações que encontrei nos relatórios, formulam suas próprias classificações a fim de compreender os comportamentos do adolescente em cumprimento de medida socioeducativa de internação. Graziela problematiza justamente a capacidade dos funcionários classificarem as atitudes desse adolescente, bem como sobre as dificuldades existentes em construir tais classificações:

“Bom, eu acho que o enfoque é descobrir se o jovem é perigoso ou não, o quanto ele é perigoso, essa é a convocação, mas eu não acredito nisso. E eu não acredito não só nessa questão da periculosidade, como não acredito que a gente tenha condição de prever também que esse jovem vai ficar, ou se esse jovem vai infracionar”.

Dessa forma, muitos dos entrevistados explicaram as formas utilizadas para compreender as atitudes do adolescente, no sentido de perceber se este está respondendo às intervenções realizadas durante a internação, sendo as relações pessoais baseadas em conversa e em observação as principais fontes de informação para tal compreensão. Como afirma Giovana:

É difícil a gente explicar como é, porque é uma coisa assim, muito subjetiva. Mas você vai vendo na forma como ele vai construindo as ações no dia a dia dele, né? Conforme o discurso dele vai tomando um rumo diferente. E você percebe que não é um discurso pronto, porque existe o discurso pronto: “ai, vou sair daqui, trabalhar, estudar e mudar de vida” (risos). Todos, todos. Mas não é, eles começam a apresentar um discurso diferente, mais profundo, e ele começa a questionar. (...) Então acontecem muitas coisas que vão te dando um indício que de fato não é uma coisa que ele está querendo provar para você. É uma briga dele mesmo, e você começa a perceber isso.

Tal proximidade com o adolescente é fonte de informação, e ao mesmo tempo influencia para que o funcionário desnaturalize o ato infracional cometido, já que a proximidade possibilita maior empatia com o adolescente, como afirma Fernando:

Então, eu não conseguia identificar (a existência de periculosidade), não tinha o feeling, não. Mesmo porque, por mais que fala: “poxa, esse rapaz vai dar certo quando sair daqui, né?”, aí vinha um educador e falava assim: “toma cuidado com esse”. Ai você fala: “Caramba!”. Mas eu tinha dificuldade, como eu te falei, no terceiro mês eu achava que todos eram legais e eu podia jogar bola com eles tranquilamente.

O caráter subjetivo desse processo de compreensão do adolescente foi o item mais levantado pelos entrevistados, mas não o único. O ato infracional cometido pelo adolescente também é fonte potente de classificação, pois mesmo que alguns profissionais afirmem não se interessar em saber qual foi o ato cometido, a fim de não fazer distinção entre os internados, alguns funcionários acreditam que é justamente esse dado que permite compreender melhor as ações do adolescente. Como afirma mais uma vez Giovana:

Então é diferente, por exemplo, o moleque estar passando pela rua e ele vê a oportunidade do carro parado e quebra o vidro e

rouba o carro. O outro já pega a arma, vai lá e ele te para, ele te aborda, ele te enquadra e ele vai te roubar. Sozinho? Com quem? Então você vai percebendo o grau de frieza, de arrojo, e do quanto ele já está se garantindo no crime para ir sozinho.

Nesse contexto, muitos dos entrevistados foram pessimistas em relação ao papel da instituição na mudança de atitude do adolescente com relação ao ato infracional. Nenhum deles afirmou que a possibilidade do adolescente optar por não cometer mais atos infracionais devido às intervenções institucionais, mas ao contrário, grande parte dos entrevistados afirma que tal distanciamento do mundo do crime se daria pelo esforço individual do adolescente. Como afirma Antônio:

Isso faz com que o trabalho, os objetivos do trabalho não se realizem, que é pegar o menino que aprontou algo muito sério, ressocializar, oferecer um novo caminho, tentar dar uma estrutura, fazer um acompanhamento, para que isso não volte a acontecer. Esse trabalho se perde. Por isso que eu falei, recai muito na própria decisão do menino, ele sai de lá, e aí o que ele vai fazer? Está na mão dele de novo, sabe? Eu não vejo um auxílio do Estado para ele mudar a decisão dele.

Além de construir classificações, os profissionais entrevistados por esta pesquisa também constroem teorias baseadas na prática para explicar o ato infracional cometido pelo adolescente. Dessa forma, muitas falas foram ditas no sentido de que a carência de diversas coisas, relacionadas à subsistência ou a bens de consumo, é fator fundamental para que o adolescente encare o ato infracional como opção, como pode ser exemplificado na fala de Karina:

A grande maioria dos meninos que estão lá são meninos que passam muita necessidade, que moram numa condição muito precária, e que vêem os bandidões, traficantes, com carro, mulher, status, e querem isso. E que vê a mãe lá, custando para pagar o gás, mas vê o cara com carrão e com dinheiro, isso influencia.

Para os entrevistados mostrou-se relevante a dimensão da desigualdade econômica para a concretização do ato infracional, sendo o contraste entre a situação vivida e a situação desejada um ponto crucial nesse contexto. Dessa forma, apesar de alguns comentários abordarem necessidades básicas, como

alimentação, o ponto mais argumentado por estes funcionários é o desejo de consumo ansiado por tais adolescentes, principalmente de itens de vestuário, sendo o tênis de marca o objeto mais desejado. Tal argumento pode ser ilustrado pela fala de Fernando: *“Ele não quer andar com um chinelo qualquer, com um tênis qualquer. Ele quer a roupa, a todo o momento vende-se essa ideia. A periferia não quer se vestir com a condição econômica que lhe é permitida, ela quer um tênis melhor de fato”*.

Assim, os adolescentes desejariam usar outros bens de consumo, de marcas caras, mas não teriam condições financeiras para adquiri-las, sendo o ato infracional uma forma de conseguir tal objetivo, como afirma novamente Fernando:

“A gente pode inventar milhões de Capitães Nascimento, que o Dadinho vai virar Zé Pequeno¹⁰⁶ (risos). Não adianta, sabe? Dadinho vira Zé Pequeno... Você pode enfiar a ROTA em toda a periferia, o moleque vai ver no crime uma oportunidade de ter o tênis da moda, e não vai ver sentido no pai que trabalha 8, 10 horas por dia”.

Dessa forma, o desejo de consumo não seria típico apenas entre os adolescentes pobres, mas de qualquer pessoa, porém tal adolescente pobre teria menos possibilidades de compra, sendo a fala de Graziela esclarecedora nesse sentido:

Essa imaturidade, esse consumismo, eu perguntaria: será que é só dos jovens? Fala não pra mim! (risos). Então eu entendo que todos nós queremos um celular novo, queremos conforto, todos nós somos atravessados por isso, não acho que seja só o jovem. E por que o jovem tem que se contentar? O jovem da periferia, porque ele tem que querer o que ele pode, que é nada? Por que ele não pode ter consumo?

Em suma, os adolescentes que cometem atos infracionais seriam aqueles que não almejavam conquistar seus bens de consumo através do trabalho, já que adquirem tais bens de forma muito mais rápida a partir do ato infracional, dado que o trabalho disponível para esses adolescentes são de

¹⁰⁶ Capitão Nascimento é personagem do filme “Tropa de Elite”, filme brasileiro de 2007 dirigido por José Padilha. Dadinho e Zé Pequeno são diferentes apelidos de um mesmo personagem do filme “Cidade de Deus”, filme brasileiro de 2002.

caráter precário e mal remunerado. Além disso, a falta de oportunidades para que esses adolescentes conquistem trabalhos menos desqualificados seria consequência de políticas sociais disponibilizadas pelo Estado. O argumento de Antônio vai de encontro a esta tese:

Não sei de onde eles vêm, mas sei que vem de regiões pobres e de favelas, para quem nunca entrou numa favela, é uma loucura, são casinhas, vielas, uma situação extrema de pobreza, de abandono, de dificuldade... E aí você imagina, são lugares que, muitas vezes, o Estado não está presente. Como? Com educação, com saúde, com lazer, com nada. Então chega uma hora que os traficantes começam a fazer churrasco, começam a vestir muita coisa de marca, marcas que você vê em comerciais de televisão, começa a dar emprego... Começa a resolver problemas das casas das pessoas, começa a ajudar a comunidade, então ele cria um misto de bom e ruim, e aí os jovens acabam sendo hipnotizados, ludibriados, e às vezes, querendo status.

Enfim, as classificações.

Dada a natureza diversa do material coletado, é possível perceber que, ao contrário dos relatórios, nas narrativas as classificações são muito mais tênues e complexas, mediadas a todo o momento por uma tentativa de problematizar o contexto social e a instituição executora da medida socioeducativa de internação. Além disso, fica muito mais patente nas narrativas esforço de se mostrar alinhado às diretrizes do ECA, mesmo que seja para criticá-las em alguns momentos, mas nunca tirando a legitimidade das mesmas. Além disso, a visualização de consensos sobre os temas abordados nas narrativas é muito difícil de ser percebida em comparação aos relatórios, já que esses são o produto final e, portanto, sumarizam de forma mais taxativa as classificações construídas.

As classificações mais recorrentes estão fortemente ligadas às teorias anteriormente citadas, que afirmam que o adolescente cometeu o ato infracional devido à ânsia por consumo. Nesse sentido, por se tratar de um adolescente, que por consequência vive uma fase complicada em termos de autoestima, este consideraria o vestuário de marca como uma forma de se afirmar frente aos grupos aos quais pertence. Como afirma Giovana: *“Porque a gente não pode esquecer que ele é um adolescente, e a gente vê que a*

autoestima, de um modo geral deles, é baixíssima, baixíssima. O que faz com que ele se sinta valorizado? É o tênis de marca, enfim”.

Portanto, tais adolescentes teriam maior possibilidade de se afirmarem enquanto indivíduos a partir de seu poder de compra. Tal argumento se estende às relações afetivas, já que grande parte dos entrevistados afirma que tal poder de compra também atrai relacionamentos amorosos ao núcleo de relações do adolescente, sendo também um ponto importante para autoestima do mesmo. É este o contexto da tese defendida por Antônio:

Então, mas aí é a afirmação do grupo, né? Imagina um ambiente em que as meninas que você gosta dão interesse para marca. Quem não gosta de marca? Ou você compra as marcas, ou você para de gostar dessas meninas. E as meninas que gostam do cara que trabalha no tráfico e tem dinheiro? Ou você entra para esse mundo, para impressionar, ou você gosta de outros tipos de menina.

Aqui apresenta-se uma semelhança com as classificações encontradas nos relatórios, já que tal desejo por consumo estaria ligada à fase de imaturidade vivenciada pelo adolescente. Nas narrativas, há o argumento de que se tratariam de adolescentes que não teriam vivenciado a fase infantil de forma plena, e por isso estariam deslocados, ou seja, mesmo em um contexto de ato infracional, teriam uma postura infantil, como argumenta Fernando: *“Não tiveram infância, e foi tudo muito precoce, muito precoce. E aí você os pega às vezes tendo atitudes infantis, ou buscando essa infância perdida. Não que eles sejam ingênuos, mas eles sempre buscam aquilo, então você vê muita... Parece que eles pularam uma etapa da vida deles, pularam”.*

Muitos dos entrevistados também afirmaram a existência de uma linguagem própria utilizada pelos adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa, porém, enquanto nos relatórios tal linguagem é fonte de críticas, nas narrativas problematiza-se o contexto social que fomenta esse tipo de linguagem, desvinculando-a ao mundo do crime e ligando-a a cultura juvenil das classes populares, que estaria distante da linguagem formal, mas nem por isso deveria ser estigmatizada. Como afirma Graziela: *“Acho que... Não é a fala, não é a gíria, todo mudo fala, eu falo gíria. É o modo de falar, a gente sabe da educação pública como está. Se a gente for avaliar o perfil de um*

jovem a partir disso, a gente vai precisar criminalizar todos os jovens que estão estudando em escola pública, por exemplo”.

Além disso, segundo os entrevistados, existe uma cultura institucional que fomenta tal linguagem e, portanto, as gírias utilizadas pelos adolescentes estariam ligadas mais à vivência da própria medida socioeducativa de internação do que propriamente à vivência infracional, como foi constantemente indicado nos relatórios. A fala de Antônio fornece mais detalhes nesse sentido:

Tinha adolescente que sempre, sempre falaram gíria, e têm adolescentes lá que falam gíria para falar entre eles, quando ele vem falar com você, ele fala de outra maneira. Então a gíria é um fator de inserção deles mesmos no grupo. Se ele começar a falar uma linguagem muito arrumadinha com os outros, ele vai ser discriminado lá dentro. Ele precisa da gíria para sobreviver lá. Porém, quando vai conversar com você, você vê alunos falando totalmente sem gíria.

Tal cultura institucional não fomentaria uma linguagem específica apenas entre os adolescentes, mas essa se expandiria também aos funcionários, como argumenta Fernando: *“Ah, você entrava lá e você modificava completamente o seu vocabulário. É uma outra linguagem, de fato. E você, educador, pegava essas gírias também”*. Ainda assim, para alguns funcionários, a linguagem pode ser fonte de informação para compreender o envolvimento infracional do adolescente, mesmo que seja necessário fazer sempre algumas ressalvas, como argumenta Giovana:

Tem meninos, por exemplo, os meninos envolvidos com o tráfico, muitos deles que não falam mesmo gíria, que não tem essa linguagem mesmo infracional, não tem. (...) É lógico que eles têm o conhecimento, eles sabem falar, mas tem muitos que não utilizam mesmo, não utilizam. E agora, a gente percebe assim, se ele fala muito, se ele tem... Se ele não consegue falar de outro jeito é porque ele está enterrado, o convívio dele é exclusivo quase com esse tipo de pessoa, que já está todo mundo quase ali na salada, todo mundo no caldeirão (risos).

No que tange ao arrependimento por parte do adolescente, muitas falas foram emitidas no sentido de que a existência deste também depende da atuação institucional, argumento próximo ao existente nos relatórios, já que,

nas informações existentes nestes documentos, a instituição deveria introjetar novos valores no adolescente, para que ele conseguisse se arrepender do ato infracional cometido. Porém, para alguns entrevistados, a instituição e a medida socioeducativa de internação, ao contrário, minam as possibilidades de construir um arrependimento, como afirma Graziela: *“E aí eu me pergunto se a modalidade de medida socioeducativa de internação favorece que esse jovem olhe para outra pessoa que não seja para ele (risos). Ele não tem contato com essa vítima, nunca ouviu falar, não sabe o que aconteceu depois, então o que vai ajudar esse jovem a entender o lado da vítima?”*. Porém, o argumento de que é necessário introjetar valores corretos no adolescente foi levantado indiretamente por alguns entrevistados, que afirmaram que é justamente a falta de compreensão do valor da vida que permite a adesão do adolescente ao comportamento infracional, sendo o arrependimento legítimo apenas aquele que advém da construção do respeito a tal valor da vida. Ou seja, quando os adolescentes apenas mencionam que estão arrependidos, sem demonstrar o mesmo durante a interação com os funcionários, ou quando tal arrependimento advém apenas do fato de o adolescente estar internado, sem que este construa a referida valorização da vida, não seria um arrependimento real, como afirma Karina:

Então, isso é complicado, porque eu me lembro de ouvir os meninos falando assim, “não, senhora, agora eu vou parar, eu já vou fazer 18 anos”, o que demonstra que não é um arrependimento pelo fato em si, mas que a punição é outra depois dos 18. Acho que eles não são levados muito a pensar o que foi feito, o que eles fizeram, a consequência disso, eles chamam de “vida loca”, é vida loca, é o que eles vão vivendo, e vão fazendo, e não tem consequência.

Dessa forma, a mudança de comportamento por parte do adolescente seria consequência apenas da força de vontade individual, pois as ações do Estado, e consequentemente da instituição executora de medida socioeducativa, não seriam eficazes em fomentar alternativas ao adolescente, como é possível visualizar na fala de Antônio:

Acaba recaindo muito na decisão do adolescente. Eu vejo uma dificuldade da estrutura da Fundação CASA, do Estado, em dar novos rumos para ele. Recai muito assim... Ele volta (a cometer ato infracional) porque ele quer, porque ele não vê outras

opções, ele não sai de lá com outros planos, ele sabe que é chato ficar lá preso, mas as portas, às vezes, do mundo em que ele está, que rende muito dinheiro o tráfico, são as melhores.

Outra questão levantada pelos entrevistados e que se mostrou próximo ao que é pontuado recorrentemente nos relatórios dos adolescentes é o peso dado às relações pessoais dos mesmos. Grande parte dos entrevistados afirmou que o comportamento do adolescente é influenciado por seus amigos, já que, por estar numa fase de construção da identidade, necessita se afirmar perante si mesmo, à família, ao grupo de amigos, etc. Porém, ao contrário do que usualmente é considerado nos relatórios, a responsabilização do ato infracional não pode advir do grupo de amigos do adolescente, pois, frente a esse grupo, o adolescente teria possibilidade de se colocar contra a pressão de participar de um ato infracional. O argumento de Lucas vai ao encontro dessa tese: *“Um amigo acaba falando: ‘vem aqui com a gente, vamos fazer um servicinho lá que a gente vai conseguir dinheiro’, essas coisas, e eles acabam indo. Mas eu acho que vai muito mais da índole da pessoa”*.

Outro ponto abordado tanto nos relatórios quanto nas narrativas é em relação à rotina cotidiana vivenciada pelo adolescente. Porém, enquanto no prontuário era argumentado que um dos motivos da infração seria o tempo ocioso vivido pelo adolescente, nas narrativas se problematiza a qualidade da ocupação do tempo do adolescente, como argumenta Fernando: *“E geralmente eles trabalhavam, trabalhavam em lava-rápido ou simplesmente ficavam no farol, no semáforo, trabalhavam e não estudavam, ou estavam na escola, mas não estudavam de fato”*. Ou seja, não bastaria ocupar o tempo desenvolvendo trabalhos precários ou mal remunerados, nem frequentar uma escola desestimulante. Nesse sentido, é esclarecedor o argumento de Giovana, referente à necessidade de uma escola que não apenas ocupe o tempo do adolescente, mas que se mostre enquanto um investimento para obter um futuro melhor:

Mas aí a grande maioria larga a escola, ou pela dificuldade que tem, ou já nas escolas de periferia já começa a ter o contato, para muitos os primeiros contatos com a criminalidade foi dentro da escola, com as relações ali, “vamos ou fumar uma maconha, ou roubar, furtar alguma coisa”, já começa ali, e aí

eles acabam saindo da escola. Então não tem, não é uma coisa que eles valorizam, eles vislumbram o cara que mais tem na comunidade não estudou, que é o traficante, então “para que que eu vou estudar?”.

Além da ociosidade como possibilidade para o cometimento do ato infracional, os entrevistados também discutiram sobre a ocupação do tempo na instituição executora de medida socioeducativa de internação, sendo que as narrativas construídas foram bem diversas. Algumas delas vão no sentido de que se deveria ocupar mais o tempo do adolescente internado, como afirma Karina: *“Eles ficavam o tempo todo ociosos. Eles acordavam as nove e já não iam para a escola, aí iam um pedacinho da manhã para a escola, almoçava, e não tinha atividade para fazer à tarde”.* Por outro lado, alguns entrevistados argumentaram o contrário, ou seja, que o tempo do adolescente internado é ocupado em excesso, como defende Graziela:

No próprio Centro de Atendimento existe muita discussão, até entre as próprias Superintendências, porque a carga de atividade desses jovens muitas vezes não há espaços para atendimento com psicólogo e assistente social. Tamanho o volume... Aí eu me questiono, eu tenho um filho de 16 anos, e eu não encho meu filho de tanta coisa o dia inteiro.

Outra questão levantada pelos funcionários entrevistados se referiu a objetivos e sonhos do adolescente internado. Muitos afirmaram que a própria instituição executora de medida de internação desestimulava os poucos sonhos relatados pelos adolescentes, principalmente quando se tratavam de planos considerados altos demais para estes. Como defende Karina: *“E eu acho que a Fundação CASA deveria fazer parcerias com CIEE¹⁰⁷, CIEE é um exemplo, mas com SENAC¹⁰⁸, com várias instituições para possibilitar que um pouquinho desses sonhos fossem mais plausíveis”.*

Porém, em algumas narrativas os referidos planos futuros construídos pelo adolescente também foram alvos de críticas, no sentido de estes seriam relatados apenas para causar boa impressão nos funcionários, dado que os adolescentes seriam imediatistas e se preocupariam apenas com as aquisições

¹⁰⁷ Centro de Integração Empresa Escola.

¹⁰⁸ Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial.

conquistadas no momento. A fala de Lucas vai nesse sentido: *“Então você vê, mesmo que eles falem em sonho, querendo ou não é mentira, a maioria, porque eles falam que querem isso, mas na verdade o que influencia mais é o dinheiro para eles”*.

Como último ponto recorrente na fala dos funcionários entrevistados encontra-se as considerações sobre a família do adolescente. Assim como nos relatórios, nas narrativas a família ocupa um lugar central, como pode ser visualizado na consideração de Karina: *“Então se eu fosse associar melhoria com algum outro fator, eu associaria à família. Eu até uma vez perguntei para os meninos da sala o que os tiraria do mundo do crime, a resposta, em geral, é a família. ‘Se eu casar, se eu tiver mulher, minha mãe, meu pai’, em geral é a família”*. A centralidade ocupada pela família para a compreensão dos atos praticados pelo adolescente em cumprimento de medida socioeducativa de internação é explicada pelos próprios entrevistados. Uma das teses é levantada por Antônio, que explica as diversas organizações familiares nas quais o referido adolescente pode estar inserido e, ao mesmo tempo, uma característica que une todas elas:

Há aqueles pais que acham aquele filho um horror, que são super trabalhadores e querem, sim, que o filho esteja preso porque acha o filho uma pessoa má, sabe assim: “ah, o meu filho não tem jeito”. Têm pais criminosos, que já estão presos, o filho acaba nem recebendo visita, o filho acaba indo para a casa de uma tia, casa de uma avó, a casa de um conhecido porque os pais já estão presos. Tem pais omissos, que são pais que assim, sabe que o filho não está envolvido com alguma coisa boa, não sabe o que exatamente, mas como o filho está trazendo dinheiro para a casa, pagando conta, sabe aquela coisa de omissão? “Não sei, não quero saber, não sei exatamente se é bom, mas está sendo bom”. Mas, de modo geral, todos muito humildes, né? Porque filho de rico no Brasil não é preso.

Nesse sentido, Graziela também levanta uma hipótese para a centralidade das considerações sobre a família do adolescente:

A gente encontra aí ainda muito ranço da história lá do Código de Menores, em que as famílias são bastante responsabilizadas pelo comportamento do jovem, uma visão de julgamento forte com relação a essas famílias, como se elas fossem as responsáveis únicas, mas não se contextualiza quais condições que essa mãe tem, se ela tem outra alternativa, por exemplo, de

creche, ao invés de trancar cinco crianças em seus barracos para poder ir trabalhar.

Com relação a isso, se trataria de uma família que, por várias necessidades, é formada por pessoas que não podem se dedicar integralmente ao cuidado do adolescente, já que seus membros precisam trabalhar fora de casa grande parte do dia. Assim, tal indisponibilidade de tempo traria problemas relativos à socialização deste adolescente, como argumenta Fernando: *“Elas (as mães) trabalham o dia inteiro, ficam o dia inteiro fora. Quem cuida dessas crianças? Aí eu acho que a autoridade moral é ganha com a presença”*. Porém, mesmo quando considerações desse tipo são construídas, boa parte dos entrevistados faz a ressalva de que é necessário compreender o contexto vivido por esta família, como afirma Graziela: *“Mas eu acho que, antes da gente pensar que tipo de apoio essa família pode oferecer a esse jovem, talvez agente precise pensar que apoio essa família precisa para conseguir apoiar esse jovem”*.

Assim como nos relatórios, é notório que as considerações sobre a família recaem constantemente na figura da mãe, e a explicação usualmente dada refere-se ou a falta de contato entre o adolescente internado e seu pai, ou a ideia de que o pai se distanciaria do adolescente como uma resposta rígida ao ato infracional cometido. Algumas explicações são levantadas por Fernando, que também argumenta que, justamente porque a responsabilidade da criação dos filhos recai apenas em uma das partes, a materna, isso implicaria em problemas na socialização desses adolescentes:

Muitos adolescentes, alguns não tiveram pai, não viram o pai, não tiveram educação do pai, o pai esteve ausente, ou quando ocorreu o crime, o pai não quis saber, porque é aquela ideia da vergonha da família. Então quando a gente estava nas visitas, a gente via mais mesmo a mãe, porque a mãe assumiu a responsabilidade, é aquela que não vai abandonar. Só que muitas dessas mães também estão completamente desorientadas, como eu disse, não tem uma educação formal essa mãe, e quando tem é uma educação formal problemática, é educado pela televisão, e não sabe quais as garantias voltadas para estes adolescentes.

Porém, ao contrário de muitos relatórios, em que constava o argumento de que a falta do pai acarretaria problemas na introjeção de hierarquia e

disciplina nos adolescentes, na fala dos entrevistados usualmente constava o argumento de que a presença do pai não é fundamental para criação dos filhos, já que muitas mulheres criam sozinhas seus filhos de forma satisfatória, ou seja, nem por isso tais adolescentes cometem atos infracionais. Além disso, a rigidez da educação paterna não necessariamente é benéfica para o adolescente, como argumenta mais uma vez Fernando:

Ou então o filho não tem a hierarquia porque o pai está ausente mesmo, ou quando há essa hierarquia é uma hierarquia machista, que acha que, por exemplo, o filho deve trabalhar para manter a mulher no lugar, coisa do tipo. Ou que o filho que pode ter relações sexuais com qualquer menina de maneira promíscua, engravidar várias, e nessa de engravidar várias que o moleque se sente na obrigação de buscar uma maneira de sustentar essas crianças, e o crime é uma solução. Então, quando o pai não está ausente, ele profere uma educação machista. (...) Então eu acho que há a ausência do pai, na maior parte dos casos. Mas quando há a presença do pai, é uma presença nem sempre positiva. Nem toda hierarquia é positiva, às vezes as hierarquias fazem muito mal.

Porém, da mesma forma como consta nos relatórios, a figura materna se faz central devido à afetividade e cuidado com que lida com o seu filho, sendo que quando isso não ocorre, significa a existência de problemas familiares. Como afirma Giovana:

A gente pega tudo, então nos temos que trabalhar tudo isso, trazer a tona essa responsabilidade que é da família, o menino está emprestado para nós, e ele vai regressar. Então se a gente não mexer nesse núcleo, é praticamente certo que o menino vai retornar para a mesma batida que ele vinha antes. Então nós precisamos mexer nisso, preparar a mãe para que ela enxergue, principalmente a mãe, que é a maior batalhadora nesse sentido. Existem essas mães que estão cegas, existem essas mães envolvidas, mas a grande maioria é de trabalhadora, principalmente aqui conosco, em Unidades de primário, você vê muito a mãe sofrendo, a mãe que chora, que se desespera, que se culpa.

Usualmente, a responsabilização da mãe é sempre mais patente do que a do pai, em todos os sentidos, mesmo que por vezes mediados por algumas considerações sobre as dificuldades enfrentadas por tais mães ao criar sozinha seus filhos. Apesar de não ser a regra, a fala de Lucas constrói de forma ainda mais dramática essa culpabilização materna: “São aquelas mulheres que

acabam saindo com vários, não sabem quem é o pai, aí falam que é qualquer um, e aí ele não vai aceitar, e aí acabam criando sozinha. Aí nisso vira uma criança que não tem pai, que tem raiva do pai”.

O Recuperável e o Estruturado

Após os capítulos descritivos, em que acabo de expor algumas informações que percebi como relevantes em minha pesquisa de campo, gostaria de sugerir algumas possibilidades de análise para compreender as classificações construídas pelos funcionários de medida socioeducativa de internação sobre o adolescente encarcerado. Porém, é necessário ressaltar que minhas interpretações de segunda mão relacionam-se com o meu modo de inserção no campo, minhas preferências políticas, a forma como encaro o fazer sociológico, dentre diversas outras questões, e por isso, poderá ser diferente das interpretações em primeira mão, construídas por meus informantes.

Geertz também afirma que “compreender a cultura de um povo expõe a sua normalidade sem reduzir sua particularidade” (GEERTZ, 2008, p. 10). Isso tornaria os grupos pesquisados mais acessíveis, pois quanto mais próximos destes, mais lógicos e singulares eles parecem. Creio que foi isso o que aconteceu com relação a mim no que se refere a meus “informantes”, já que, se antes da pesquisa eu os considerava como um todo relativamente homogêneo, ao final do processo não os considero nem mesmo um grupo, já que não percebi traços de decisões comuns, solidariedade, organização, etc.¹⁰⁹, e na realidade, nem mesmo meus entrevistados se identificam enquanto um todo.

Neste contexto, apesar de não considerar esses funcionários como um grupo coeso, acredito que há um compartilhamento de expressões e classificações entre diferentes funcionários, seja nos relatórios, seja nas narrativas. Mas apesar desse compartilhamento, as referidas classificações são mobilizadas de forma diversa, dependendo da *intenção* de quem classifica

¹⁰⁹Vale ressaltar que não identifiquei esses pontos entre funcionários que ocupam diferentes funções na execução da medida socioeducativa de internação. Talvez pesquisas que foquem em apenas uma das equipes consigam visualizar solidariedades grupais.

o comportamento do adolescente. Ou seja, tratam-se das mesmas categorias utilizadas, mas manipuladas contra ou a favor do adolescente, ou recusadas a todo o momento como uma forma válida de comunicação.

Para compreender as classificações construídas pelos funcionários de medida socioeducativa de internação proponho utilizar a concepção weberiana de tipo ideal. Apesar de seu caráter parcial, trabalhar em termos de tipos ideais permite visualizar aproximações e distanciamentos com o modelo proposto, facilitando a análise do que é característico a um determinado grupo social. Nesse sentido, vale lembrar que Weber (1999) define os tipos ideais como um instrumento de análise sociológica que não tem por intenção compreender a realidade, já que é impossível corresponder a esta em sua totalidade. A função dos tipos ideais é orientar a investigação, sendo uma simplificação que serve de referência para contrastar características de um dado objeto.

Argumento aqui que há um padrão relativo às informações consideradas significativas por parte dos funcionários de medida socioeducativa de internação, no que se refere à atribuição de sentido ao comportamento do adolescente internado. Este padrão é compreendido a partir da *interação* com o adolescente, no momento em que este e sua família *demonstram* - ou não - a adesão às orientações realizadas pelos funcionários, ou seja, quando afirmam que irão seguir os encaminhamentos solicitados.

Neste contexto, acredito que as variações existentes entre as classificações emitidas por tais funcionários podem ser compreendidas entre dois tipos ideais: a de um suposto adolescente *recuperável*, que demonstraria mais frequentemente sua adesão aos propósitos da medida socioeducativa de internação, e a de um suposto adolescente *estruturado* no crime, que, ao contrário, não emitiria tal informação. Assim, classificar o comportamento do adolescente encarcerado em termos de adequado ou inadequado é, em grande medida, classificá-lo também como *recuperável* ou *estruturado*, já que a forma como o comportamento deste é compreendido durante a execução da medida socioeducativa de internação é usualmente imputada a traços de sua personalidade e trajetória de vida pregressa. Assim, quando o funcionário acredita que o adolescente está emitindo a ideia de que está aderindo à medida, é visto como *recuperável* e terá tais características ressaltadas na

escrita do relatório. Porém, ao contrário, se o funcionário não visualiza essas informações, o adolescente será encarado como um indivíduo *estruturado* no mundo do crime, tendo as informações desabonadoras incluídas no documento. Acredito que a rotulação do adolescente em *recuperável* ou *estruturado* acarreta em práticas específicas durante a execução da medida socioeducativa, afetando a qualidade da relação entre este adolescente e o funcionário de medida socioeducativa.

Assim, em todas as vezes que eu utilizar as categorias “recuperável” ou “estruturado”, não me refiro ao adolescente em si, mas às classificações mobilizadas pelos funcionários nos relatórios e narrativas a que tive acesso. Ou seja, independentemente do comportamento “real” do adolescente durante a execução da medida socioeducativa de internação – o que também tem peso na construção das classificações construídas neste contexto, já que estas não são construídas a partir de puras fantasias dos funcionários¹¹⁰ -, é importante também *emitir* a informação de que está se adequando ao que é solicitado pelo funcionário durante a interação com este, a fim de convencê-lo da facticidade de tal comportamento, independentemente das reais intenções ou possibilidades do adolescente em concretizá-los.

Porém, a diferença entre o adolescente *recuperável* e o adolescente *estruturado* não deve ser vista apenas em termos de bom e mau, disciplinado ou indisciplinado. A variação entre esses dois tipos ideais mostra-se extremamente sutil e calcada amplamente na prática cotidiana dos atores. Nesse sentido, é necessário frisar que não basta apenas *emitir* as informações relevantes ao funcionário de medida, mas *convencê-lo* de que tais informações são verdadeiras. Aqui é possível notar que não adianta apenas se comportar de acordo com as regras estabelecidas pela instituição, já que tal comportamento pode ser considerado falso. Nesse caso, um adolescente reincidente tem menos possibilidades de convencimento, já que, por conhecer as regras do jogo, sua adequação às tais regras pode ser considerada como um fingimento ou uma interpretação, já que saberiam manipular as regras. De

¹¹⁰Infelizmente não se pode analisar aqui em que medida o comportamento do adolescente influencia as classificações construídas pelos funcionários de medida socioeducativa de internação, já que, não houve acesso aos mesmos e, portanto, preocupação metodológica em levantar tais informações durante a pesquisa de campo.

fato, mais importante do que o comportamento em si, é a *impressão de sinceridade* com o qual ele é emitido, e um adolescente reincidente, devido a este rótulo, teria menos artifícios para emitir tal sinceridade em seus atos.

Mas porque usar especificamente as palavras *recuperável* e *estruturado* para classificar o adolescente? São dois os principais motivos. A categoria *estruturado* apareceu algumas vezes nos relatórios a que tive acesso, por exemplo, no seguinte caso: “Cristiano é um adolescente que, pelo que nos foi possível observar, não tem vivência infracional estruturada¹¹¹”. Porém, confesso que essa categoria só chamou apropriadamente minha atenção durante a fase de entrevistas, quando foi utilizada por alguns de meus entrevistados durante as conversas comigo, sem que eu tivesse planejado abordá-la. Por exemplo, no trecho abaixo:

Juliana: *E sobre internalizar valores morais corretos? Você acha que isso é uma exigência para vocês, tentarem internalizar nos meninos?*

Lucas: *Sim, no papel é muito bonito escrever isso. Como que a gente vai passar para eles sendo que eles não escutam o que a gente fala? Como no próprio nome, agente de apoio socioeducativo, que a gente vai tentar apoiá-los para tentar recolocá-los na sociedade, mas, por exemplo, tem Unidade em que o adolescente fica de um lado e o funcionário fica de outro. Como você vai fazer, ressocializar esse tipo de adolescente? Onde eu estou a gente pode dar conselhos, tudo, mas é só isso que a gente pode fazer... A gente não vai estar como os pais lá, para poder educá-los. Se os próprios pais não educaram quando eram mais novos, hoje que são... que estão na fase adulta... Não vão aprender hoje.*

Juliana: *Já houve casos em que alguém ouviu o seu conselho?*

Lucas: *Ah, tem um menino na Unidade onde eu estou, ele está indo para a faculdade. Eu converso sempre com ele, eu falo para ele seguir a faculdade, que querendo ou não é um modo dele pensar no futuro dele. Mas isso porque ele não era estruturado no crime, ele cometeu um homicídio, então aí ele foi internado. Nisso, aí já é um caso diferente dos outros que já estão no crime.*

¹¹¹Pasta/Prontuário 1973D, relatório inicial de internação provisória de 03.07.06

Juliana: O dele foi eventual?

Lucas: Foi eventual. Aí nisso ele foi internado e está até hoje, porque ele matou o próprio pai. Aí ele está indo para a faculdade, e aí nesses casos a gente consegue ver que dá para dar conselhos bons, tentar ajudar...

Juliana: Então no caso é mais fácil falar com ele porque ele não é estruturado no crime?

Lucas: Isso. Por não serem estruturados no crime eles ouvem mais a gente.

Após algumas entrevistas, comecei a trabalhar melhor a categoria *estruturado* junto aos meus informantes, incluindo-a em algumas perguntas a fim de perceber se haveria algum estranhamento, o que usualmente não ocorreu:

Juliana: E você acha que essa coisa de ter tempo ocioso faz com que eles saiam de lá mais estruturados?

Karina: Sem dúvida eu acho isso, porque eles poderiam usar esse tempo para qualquer coisa em benefício deles próprios. Por exemplo, a Dona (nome da funcionária) levou tinta para eles pintarem a Unidade, eles pintaram. Aí o coordenador fala: “ai, não pode, porque parece que é abusar do trabalho infantil”. Espera, os caras vão ficar sentados, sem nada para fazer, coçando, lá tem muita micose na pele, eles se coçam, vão ficar lá só coçando mesmo... Deixa os caras pintarem aonde eles trabalham, onde eles moram, onde eles dormem.

Já a categoria *recuperável* foi criada por mim quando percebi a existência da categoria *estruturado*, pois gostaria de entender melhor quais os comportamentos opostos a de um jovem *estruturado*. Não encontrei nenhuma categoria semelhante nos relatórios, e quando utilizei nas entrevistas, esta tinha muito menos força, já que os funcionários usualmente não aprofundavam as características desse termo. Mas quando eu opunha *estruturado* e

recuperável na mesma pergunta, aparentava que o próprio termo *recuperável* fazia mais sentido para meus informantes:

Juliana: *E essa coisa do adolescente estruturado e do adolescente recuperável, como que você consegue perceber as diferenças no dia a dia?*

Giovana: *É difícil a gente explicar como é, porque é uma coisa assim, muito subjetiva. Mas você vai vendo na forma como ele vai construindo as ações no dia a dia dele. Conforme o discurso dele vai tomando um rumo diferente. E você percebe que não é um discurso pronto, porque existe o discurso pronto: “ai, vou sair daqui, trabalhar, estudar e mudar de vida” (risos). Todos, todos. Mas não é, eles começam a apresentar um discurso diferente, mais profundo, e ele começa a questionar. Ele é um menino que geralmente ele começa dando mais trabalho, porque ele se debate, sabe? Você percebe que ele está se debatendo.*

Assim, durante as entrevistas a categoria *estruturado* parecia ter existência por si só, ao contrário da categoria *recuperável*. Tentei encontrar algo em minhas anotações de campo ou transcrições que pudesse substituir esta última, a fim de que eu usasse apenas termos “nativos”, mas não consegui encontrar nada que se assemelhasse.

O outro motivo para utilizar tais categorias encontra-se na própria morfologia dessas palavras. Analisando os sufixos¹¹² das palavras *estruturado* e *recuperável* é possível perceber sutilezas significativas de seu contorno semântico. No primeiro termo, *Estruturado*, o sufixo “ado” é nominal, responsável pela formação de nome, logo, ao se utilizar um sufixo que determina nomeação evidencia-se um estado definitivo, ilustrado, neste caso, pelo argumento de que o crime já “faz parte” do indivíduo. Ao contrário, no

¹¹²Sufixos são elementos de palavras que, isoladamente podem não ter carga semântica plena, mas ao serem acrescentados a um radical formam nova palavra. Como o afixo sufixo é acrescido sempre depois do radical – diferentemente do afixo prefixo – ao serem incorporados como desinências indicam flexões variáveis [como gênero e número], logo, existem ressignificações que a palavra receberá conforme sua nova morfologia e, principalmente, conforme o seus usos contextualizados, para além do quadrante gramatical. Para aprofundar a questão: CÂMARA JR, 1972.

segundo termo, *Recuperável*, trata-se de um sufixo verbal que remete a informação de possibilidade de praticar ou sofrer uma ação. Neste contexto, enquanto a categoria recuperável não remete a uma situação definitiva, a categoria estruturado, ao contrário, parece que não terá sua situação alterada. Para ficar um pouco mais claro, pode-se imaginar o caso dessas categorias terem o mesmo sufixo. No caso, se as palavras fossem “recuperado” e “estruturado”, passaria a ideia de que ambos os casos estão finalizados, resolvidos. Mas se ambas as palavras fossem “recuperável” e “estruturável”, a tese informada seria a de que ambos os casos tem possibilidades de serem finalizados, mas que ainda não o são.

Em suma, ao utilizar sufixos diferentes, tento passar a ideia de que enquanto o *recuperável* aparenta ter a possibilidade de mudar de situação, o *estruturado* aparenta estar em sua condição natural. No primeiro termo trata-se de uma situação transitória, enquanto no segundo, trata-se de uma constante. Ao utilizar tais termos, tento argumentar que as classificações encontradas em minha pesquisa de campo tem como argumento de fundo de que o *recuperável* pode, de fato, tornar-se recuperado ou, ao contrário, tornar-se estruturado definitivamente; enquanto isso, o *estruturado* teria menos condições de tornar-se recuperável, por estar em sua situação potencialmente “natural”. Neste contexto, utilizo essas duas categorias como tipos ideais para ajudar e compreender as classificações utilizadas pelos referidos funcionários. Acredito que tais classificações encontram-se gradativamente dispostas entre a ideia de um adolescente que se encontra “em vias de recuperação” e o adolescente que “não tem mais jeito”.

Vale lembrar que essas classificações também expandem-se para a família, e principalmente, para a mãe do adolescente¹¹³. Também é importante ressaltar que alguns poucos funcionários entrevistados tentaram deslegitimar a força do termo *estruturado*, negando sua existência e sua possibilidade de explicar o comportamento do adolescente internado. Mesmo assim, decidi por trabalhar com essa categoria, pois, na maioria dos casos, ela foi colocada tanto

¹¹³Porém, enquanto o adolescente estruturado é visto como ligado ao mundo do crime, uma família estruturada seria justamente aquela que fomentaria a distancia desse a tal mundo. Sobre a centralidade de classificações sobre a mãe do adolescente encarcerado, ver VINUTO, 2014.

nos relatórios quanto nas narrativas, de forma espontânea, como parte normal da gramática moral utilizada por esses funcionários.

Assim, acredito que a manipulação dessas classificações pode variar de acordo com diversas questões. Uma das mais importantes seria o próprio comportamento do adolescente, mas que, como afirmado anteriormente, não tive a oportunidade de observar durante minha pesquisa de campo. Mas, independentemente dessa questão, acredito que a forma como essas classificações são instrumentalizadas nas práticas dos atores também varia de acordo com a postura que o próprio funcionário mantém em seu cotidiano de trabalho. E isso diz muito sobre a forma como a punição institucional será vivenciada na prática e, ainda mais, sobre a forma como os referidos funcionários ressignificam as regras que permeiam sua rotina de trabalho.

Nesse sentido, acredito que as categorias *recuperável* e *estruturado*, e todas as sutis e possíveis combinações existentes entre esses dois tipos ideais, serão mais ou menos manejados, dentre outras coisas, a partir da forma como se colocam os funcionários que atuam em medida socioeducativa de internação frente ao adolescente encarcerado. Isso se dá porque tais funcionários não apenas reproduzem, mas manejam e recriam a todo o momento tais classificações e seus significados.

Nesse sentido, inspiro-me em Goffman (2012) para pensar as possibilidades de atuação dos referidos funcionários, também qualificados em termos de tipo ideal. O autor, ao estudar o estigma, leva em consideração também as pessoas próximas aos estigmatizados, que à sua maneira compartilham do mesmo e permitem que este exponha sem preocupações a sua identidade social real:

O segundo conjunto é composto – tomando de empréstimo um termo utilizado por homossexuais – pelos ‘informados’, ou seja, os que são normais mas cuja situação especial levou a privar intimamente da vida secreta do indivíduo estigmatizado e a simpatizar com ela, e que gozam, ao mesmo tempo, de uma certa aceitação, uma certa pertinência cortês ao clã. Os ‘informados’ são os homens marginais diante dos quais o indivíduo que tem um defeito não precisa se envergonhar nem se autocontrolar, porque sabe que será considerado como uma pessoa comum (GOFFMAN, 2012, p. 37).

Goffman afirma que um tipo de pessoa informada pode ser encontrado em locais de trabalho específicos: “Um tipo de pessoa ‘informada’ é aquela cuja informação vem de seu trabalho num lugar que cuida não só das necessidades daqueles que tem um estigma particular quanto das ações empreendidas pela sociedade em relação a eles”. Nesse sentido, se considerarmos o adolescente encarcerado enquanto desviante, e que a condição de desvio pode imputar um estigma ao mesmo, torna-se possível constituir relações tanto a partir de certa proximidade moral com o mesmo, quanto a partir do distanciamento forçado¹¹⁴. Proponho utilizar a categoria *informado* como um tipo ideal de funcionário, aos quais o adolescente teria mais facilidade de esperar algum apoio e, por oposição a este, levanto a possibilidade de trabalhar a categoria de *não-informado*, ou seja, aqueles que não privam intimamente da vida secreta do estigmatizado, tampouco simpatizam com ela. Por consequência, produz-se uma relação distanciada, dado que o estigmatizado também não permite a proximidade desse ator, talvez por saber que não será visto como uma pessoa normal e que tal relação demandará um maior nível de autocontrole.

Neste contexto, acredito que um funcionário *informado* tenderá a classificar mais frequentemente o adolescente como *recuperável*, enquanto que o funcionário *não-informado* estará mais propenso a classificar o adolescente encarcerado como *estruturado*. Porém, como foi dito anteriormente, nas narrativas dos funcionários entrevistados foi possível observar a existência de influências recíprocas entre qualidade das condições de trabalho, qualidade da execução da medida socioeducativa e construção social do adolescente. Assim, é possível visualizar o papel institucional de fomentar atitudes e posturas informadas ou não informadas, a partir das condições de trabalho disponíveis a esses funcionários.

Além disso, assim como em qualquer relação social, há muitas outras nuances que se colocam também no contexto de execução da medida socioeducativa de internação, mas acredito que a forma como o funcionário se

¹¹⁴ Segundo Goffman (2012, p. 12): “Enquanto o estranho está à nossa frente, podem surgir evidências de que ele tem um atributo que o torna diferente de outros que se encontram numa categoria em que pudesse ser incluído, sendo, até, de uma espécie menos desejável - num caso extremo, uma pessoa completamente má, perigosa ou fraca. Assim, deixamos de considerá-lo criatura comum e total, reduzindo-o a uma pessoa estragada e diminuída. Tal característica é um estigma, especialmente quando o seu efeito de descrédito é muito grande (...)”.

coloca neste contexto tem peso considerável na forma como este construirá a imagem do adolescente rotulado enquanto em conflito com a lei.

Mas aqui vale um último questionamento: Por que o funcionário *informado* tenderia a classificar o adolescente como *recuperável*, enquanto que o funcionário *não-informado* estaria propenso a classificá-lo como *estruturado*? Acredito que isso se dá devido às diferentes formas com que tais funcionários encaram a necessidade de docilidade (FOUCAULT, 2007) no contexto da medida socioeducativa de internação. Nesse sentido, o que diferencia a atitude do funcionário *informado* e o do *não-informado* é a forma como a docilidade será exigida na relação social existente, pois enquanto para o primeiro a docilidade é um meio, para que o adolescente consiga cumprir sua medida socioeducativa, para o segundo a docilidade mostra-se como um fim, sendo o único objetivo da mesma. Dessa forma, a exigência de docilidade pode ser influenciada por diversas questões, como por exemplo, a pressão institucional para o disciplinamento dos adolescentes.

Nesse sentido, falar em termos de docilidade implica em uma anatomia política do corpo, “não simplesmente para que façam o que se quer, mas para que operem como se quer, com as técnicas, segundo a rapidez e a eficácia que se determina. A disciplina fabrica assim corpos submissos e exercitados, corpos ‘dóceis’” (FOUCAULT, 2007, p. 119). Ou seja, a exigência de docilidade implica utilizar os corpos dominados a fim de que sejam transformados e aperfeiçoados, realizando a sujeição constante de suas forças. Numa medida socioeducativa de internação, a partir das classificações utilizadas pelos funcionários, é possível verificar que falar de maneira adequada, ter uma mãe participativa, mostrar-se disposto a trabalhar e estudar, dentre várias outras questões expostas, são argumentos, pró ou contra, o adolescente. Um funcionário *informado* não deixa de lançar mão de tais categorias, mas tem mais facilidade em problematizá-las, narrando a todo o momento as dificuldades que o adolescente encontra para se enquadrar nestas normas. Ao contrário, um funcionário *não-informado* utiliza tais categorias como uma exigência, uma finalidade em si, no qual o comportamento do adolescente deve se adequar sob qualquer circunstância, demonstrando que seu foco está na docilidade, e não no contexto no qual esta está sendo exigida.

Acredito que todos os tipos ideais apresentados aqui falam muito sobre as instituições executoras de medida socioeducativa de internação. Argumento que além dos objetivos oficiais dessas instituições, há o objetivo latente de disciplinar esses adolescentes e, por isso, há todo um discurso em prol da socioeducação perpassado por práticas e incentivos institucionais para que o funcionário exerça uma postura não-informada. No cotidiano da medida socioeducativa de internação existem diversas disputas de poder, que definem e redefinem a todo o momento as configurações das relações entre funcionário e adolescente encarcerado, sendo o peso da cultura institucional de suma importância para tais reconfigurações. Mostra-se importante compreender melhor esses constrangimentos institucionais para verificar a forma como a execução da medida socioeducativa de internação é aplicada na prática.

No limite, esses tipos ideais também falam sobre a forma como a sociedade encara a punição a adolescentes na atualidade. Acho que a maneira como os membros de nossa sociedade exigem docilidade dos indivíduos menores de 18 anos influencia consideravelmente para que classifiquemos como *estruturados* aqueles que não se adequam a tal exigência. E pensar em termos de adolescente *estruturado* torna mais fácil admitir medidas drásticas de controle desses indivíduos, como, por exemplo, a partir de propostas de redução da maioridade penal¹¹⁵. Ao pensarmos em um adolescente *estruturado*, admitimos que o crime está incorporado neste indivíduo, e por isso, este não mudará de comportamento, será sempre pertencente ao mundo do crime, sendo que pessoas *não-informadas* estão mais propensas a pensar nesses termos, já que distanciadas simbolicamente desses adolescentes.

Desde Durkheim e Mauss (1995) afirma-se que qualquer classificação mostra-se como um sistema de noções hierarquizadas com fim especulativo, tendo por objetivo tornar inteligíveis as relações entre os indivíduos e grupos. E, da mesma forma que ressaltaram os autores, considero importante ponderar

¹¹⁵ Há trabalhos interessantes que analisam as problemáticas relacionadas à redução da maioridade penal. Ver: CAMPOS, 2005.

que as classificações que encontrei nas diversas frentes de trabalho de minha pesquisa de campo não são consequência de características intrínsecas aos adolescentes internados, mas ao contrário, são ferramentas construídas pelos funcionários que atuam em medida socioeducativa de internação para atribuir sentido ao comportamento deste adolescente em seu trabalho cotidiano. Ou seja, classificar não é apenas produzir uma resposta lógica ao comportamento e às atitudes do jovem, mas é uma forma de construí-lo, de destacar as características do adolescente “bom” em comparação ao adolescente “mau”, de afirmar quais são os comportamentos desejáveis e indesejáveis em um contexto de privação de liberdade.

Dessa forma, mesmo sabendo que o ato de classificar é inerente à vida em sociedade, é importante compreender as formas como esses funcionários operam tais classificações em uma instituição de medida socioeducativa de internação. Nesse sentido, ao rotular um adolescente como recuperável ou como estruturado, bem como as diversas possibilidades intermediárias, o referido funcionário adere a um sistema classificatório pautado em um cálculo moral, submetendo suas experiências de trabalho cotidiano a uma lógica de pensamento na qual a disciplina mostra-se como mediação fundamental para atribuir-lhe uma suposta identidade. Assim, pode-se verificar que, apesar de todos esses adolescentes já terem sido rotulados pelo Judiciário como “culpados”, no cotidiano da medida socioeducativa de internação há nuances entre os mesmos, impossibilitando pensar em um adolescente em conflito com a lei uno, homogêneo. Muito pelo contrário, as classificações construídas neste contexto são mediadas por gramáticas morais que explicam as razões pelas quais determinados adolescentes se adequam à disciplina, enquanto outros, não. Percebe-se como a lógica dos afetos, a sensibilidade dos funcionários frente ao outro encarcerado, permite visualizar a forma como o controle e a socioeducação são vivenciados na prática, e que muitas vezes mostra-se diverso daquilo que é preconizado no ECA e no SINASE.

É importante ressaltar que classificar, principalmente em um contexto de privação de liberdade, mostra-se como uma ação moral. Como já foi afirmado anteriormente, Thomas (1923) argumenta que a emergência de um código moral ocorre devido a sucessivas definições de situação. Dessa forma, o autor

define a categoria de moralidade como a definição de situação geralmente aceita, a partir de diversos âmbitos, como códigos legais, mandamentos religiosos ou leis não escritas, que permeiam certa opinião pública. Nesse contexto, Thomas afirma que a moral influencia fortemente as definições de situação individuais, pois as instituições se esforçam para impor definições de situação dominantes a fim de socializar o indivíduo como membro adequado ao que é rotulado como correto em sua sociedade.

Essa atribuição de sentido, perpassado por qualificações morais, já foi analisado em contextos de internação em instituições totais, como foi pode ser observado em Goffman (2010, p. 80):

A tradução do comportamento do internado para termos moralistas, adequados à perspectiva oficial da instituição, necessariamente conterà algumas pressuposições amplas quanto ao caráter dos seres humanos. Dados os internos que tem a seu cargo, e o processamento que a eles deve ser imposto, e equipe dirigente tende a criar o que se poderia considerar uma teoria da natureza humana. Como uma parte implícita da perspectiva institucional, essa teoria racionaliza a atividade, dá meios sutis para manter a distância social com relação aos internados e uma interpretação estereotipada deles, bem como para justificar o tratamento que lhes é imposto. Geralmente a teoria abrange as possibilidades “boas” e “más” de conduta do internado, as formas apresentadas pela indisciplina, o valor institucional de privilégios e castigos, bem como a diferença “essencial” entre equipe dirigente e os internados.

Essa relação entre indivíduo e regra é visto por alguns autores como uma forma de agência. Alexandre Werneck (2013), por exemplo, afirma que as ações dos indivíduos sempre tem um aspecto moral a partir do livre-arbítrio que os atores possuem para julgar. Segundo o autor (WERNECK, 2013, P. 705):

Isso porque, olhada de certo ângulo, no final das contas, toda sociologia da moral será uma sociologia da agência. Parece ser um traço central da colocação em prática da capacidade de avaliação moral tão inerente a nós, atores sociais: quando alguém faz um julgamento moral de outrem e/ou quando chega a lançar sobre ele uma crítica ou mesmo uma acusação, o que está fazendo é apontando para a capacidade do outro de decidir conscientemente pela linha de ação que resultou no problema julgado e/ou criticado/acusado. Em outras palavras, na nossa cabeça, o outro sabia muito bem o que estava fazendo.

Assim, segundo Werneck, para criticar, os atores precisam se sentir capazes de distinguir entre o bom e o mau, segundo suas próprias visões. Existe uma dimensão de afirmação na moral, e segundo o autor, sendo sociais, somos inevitavelmente morais. Nesse contexto, acredito que as classificações construídas nos relatórios institucionais estavam fortemente perpassadas por diversos códigos morais, comparando a todo o momento o ser e o dever ser. Já nas narrativas, tais códigos se mostraram mais sutis, mas ainda assim, presentes, mesmo nos momentos em que eram negados. Acredito que o contexto de encarceramento potencializa a construção de classificações morais, tornando-se, na prática, formas ressignificadas de punição. Ou seja, num contexto de privação de liberdade não é apenas a moral que está em jogo, mas o seu uso para punir – ou deixar de punir – o adolescente encarcerado, demarcando que além da punição propriamente institucional, há também suas formas simbólicas, que são potencializadas em contexto de privação de liberdade.

Assim, a moral ajudaria a criar a dimensão de autoridade naqueles que têm mais possibilidades de impor sua rotulação ao outro. Punição, moral e autoridade podem ser vistos neste contexto como instrumentos que se influenciam mutuamente e que tem peso considerável nas classificações construídas pelos funcionários que atuam em medida socioeducativa de internação. Porém, cada funcionário maneja tal conjunto de instrumentos de forma diversa, a depender da forma como encara a necessidade de impor disciplina ao adolescente internado, ou, como foi nomeado neste trabalho, a depender de sua postura informada ou não-informada.

Neste contexto, Becker (2008) ressalta a necessidade de compreender julgamentos morais, afirmando que estudar o empreendedorismo moral é também uma maneira de estudar as formas de poder na sociedade. Empreendedores morais, segundo o autor, são aqueles que criam ou impõem diretrizes, e no caso desse trabalho, os funcionários de medida socioeducativa de internação poderiam ser classificados como *impositores de regras*. Estes, segundo o autor, não necessariamente estão interessados no conteúdo da regra em si, mas no fato de que a existência da mesma lhe fornece um

emprego e, para mantê-lo, é necessário impô-la. De acordo com o autor, a visão cética do impositor de regras é reforçada por sua experiência diária, na qual observa que as pessoas sob sua autoridade repetem continuamente as transgressões, identificando-se claramente a seus olhos como desviantes.

Ao encarar as categorias de Estruturado e Recuperável a partir da relação entre punição, moral e autoridade, sugiro que tais dimensões são construídas a partir de regimes de moralidade específicos, que não simplesmente refletem o modelo de punição existente, mas auxiliam a construí-lo. Nesse sentido, David Garland é um autor que pode ajudar na compreensão dessa problemática. Em *Punishment and Modern Society* (1993), retoma algumas importantes teorias que abordaram direta ou indiretamente a questão da punição, principalmente a partir dos trabalhos de Émile Durkheim, Rusche e Kirchheimer, Karl Marx, Michel Foucault, Max Weber e Norbert Elias. Neste contexto, Garland afirma que uma sociologia da punição ainda estaria por se constituir como campo bem desenvolvido de reflexão e de pesquisa, e deseja ajudar a construir abordagem mais pluralista e multidimensional dessa questão.

Para trabalhar a relação entre punição, moral e autoridade, mostra-se útil considerar a retomada e a reformulação realizada por Garland dos temas trabalhados por Durkheim. Garland acredita que as considerações realizadas por este autor acerca da pena e do crime ainda podem ajudar a repensar os desdobramentos contemporâneos da punição. Isso se daria porque Durkheim, mesmo à sua época, percebe a centralidade da punição, definindo-a como instituição social por influenciar a sociedade através de discursos e práticas. Segundo Garland (1993, p. 47):

Esta teoria de punição-como-processo-moral é composto de um número de elementos distintos que proponho a discutir um por um, pensei que deveria estar claro que esses elementos, na visão de Durkheim, são interdependentes e mutuamente sustentáveis. São eles: a ideia do sagrado, como este se aplica a sentimentos coletivos; o papel necessário da punição na manutenção desses sentimentos sagrados; as paixões que guiam a punição e fornecem seu apoio social; os rituais que expressam essas paixões e adotam medidas penais; o envolvimento coletivo da comunidade na punição; e,

finalmente, os efeitos sociais nos quais se afirma serem produzidas pela punição (Tradução minha)¹¹⁶.

Segundo Garland, Durkheim enfatiza que o crime é um fato social normal, já que encontra-se presente em todas as sociedades, e que a punição envolveria impreterivelmente aspectos passionais e morais. É neste contexto que Garland ressalta a importância da cultura para pensar a punição como uma instituição social, sendo esta um das principais contribuições para uma sociologia da punição.

Garland retoma todas essas discussões para afirmar que a rotina das instituições penais também ajuda a comunicar significados sociais e culturais da punição. Ou seja, quando se objetiva compreender os significados da punição, devem-se ir além dos documentos oficiais e os relatórios, já que os procedimentos e linguagens cotidianas comunicam um padrão de significados e de formas simbólicas. Assim, a linguagem utilizada pelos diferentes agentes do sistema penal constrói a imagem do Estado e de sua autoridade, evidenciando códigos culturais que estruturam leis e instituições. Ou seja, essas são estruturadas em linguagens e discursos que corporificam significados culturais específicos (GARLAND, 1993).

Assim, a partir de narrativas construídas por funcionários de medida socioeducativa de internação, tentou-se contribuir para uma perspectiva construcionista da punição, na tentativa de compreender os sentidos dados ao adolescente rotulado como em conflito com a lei. As categorias classificatórias utilizadas por tais funcionários, perpassadas pelas regras vistas como importantes para a execução da medida socioeducativa, permitem acessar o universo moral dos mesmos, que admitem outros significados que vão além daqueles construídos pelo Judiciário e que antecedem seu trabalho. Assim, tais funcionários vinculam novos valores morais às identidades dos jovens

¹¹⁶No original: "This theory of punishment-as-moral-process is composed of a number of distinctive elements which I propose to discuss one by one, though it should be clear that these elements, in Durkheim's view, are interdependent and mutually sustaining. These are: the idea of the sacred, as it applies to collective sentiments; punishment's necessary role in the maintenance of these sacred sentiments; the passions which drive punishment and provide it's social support; the rituals which express these passions and enact penal measures; the collective involvement of community in punishment; and, finally, the social effects which punishment are said to produced"

internados, rotulando-os de forma múltipla, não apenas em termos de culpado ou inocente, construindo uma gramática moral compartilhada e complexa.

Neste contexto, a partir de Lipsky (1983), foi possível observar que o modo de aplicação e os efeitos das políticas públicas voltadas ao adolescente em conflito com a lei dependem, em grande medida, da moral instrumentalizada pelos atores que atuam ao final do processo de implementação de tais políticas, ou seja, no cotidiano da medida socioeducativa de internação, a partir das práticas desses atores. Porém, vale ressaltar que não se objetiva aqui realizar uma contraposição entre ser e dever ser, como se as práticas desses atores contrariassem completamente os objetivos manifestos do ECA. Como afirmado no início desse trabalho, argumenta-se que apesar desses objetivos oficiais, esses funcionários necessitam enfrentar suas demandas profissionais cotidianas e para isso formulam teorias de senso comum baseadas em sua prática, mostrando-se necessário compreender o espaço de discricionariedade desses atores que atuam na ponta do processo de implementação da medida socioeducativa de internação, já que é tal discricionariedade que permite a resignificação das diretrizes que permeiam o trabalho desses atores, influenciando sobremaneira a relação social construída e os benefícios e sanções possíveis de serem executados.

Assim, da mesma forma como ponderam Berger e Luckmann (2011), acredito que, ao se estudar a maneira como a medida socioeducativa de internação é executada na prática, é possível compreender a reflexividade dos atores inseridos neste contexto que, a partir de seu senso comum, constroem, ao mesmo tempo, tanto a instituição punitiva como a si mesmos. Nesse contexto, a instituição fomenta dentre seus funcionários uma visão de mundo específica, que define quem é o funcionário de medida socioeducativa, além das possibilidades de compreender o adolescente encarcerado. Porém, a instituição de medida socioeducativa não apenas controla identidades, já que os referidos funcionários ressaltam a todo o momento sua possibilidade de agência, mesmo que por vezes limitadas. Assim, entre os constrangimentos institucionais e a agência individual, é possível observar tensões e contradições nas multiplicidades de vozes que ecoam durante a execução da medida

socioeducativa de internação, evidenciando diversas relações de poder e diferentes regimes de moralidade que perpassam o cotidiano das instituições voltadas para adolescentes encarcerados.

Considerações finais

Durante todo o percurso de pesquisa exposto aqui, tive como objetivo compreender as formas com que os funcionários de medida socioeducativa de internação, como psicólogos, assistentes sociais, professores e agentes de apoio socioeducativo, atribuem significado ao comportamento do adolescente encarcerado. Por compreender que tais funcionários não só executam a punição voltada ao adolescente em conflito com a lei, mas também vivenciam a medida socioeducativa determinada pelo Judiciário, argumento que é importante compreender as categorias e classificações produzidas e/ou reproduzidas por este grupo profissional ao delimitar direitos e deveres do adolescente internado na vida cotidiana. Neste contexto, após problematizar sobre quem são esses profissionais, ressalto a importância de compreender esse grupo a partir de sua possibilidade de agência, considerando a implementação das políticas públicas voltadas ao adolescente encarcerado a partir das demandas específicas que influenciarão a forma como tais diretrizes serão executadas.

Após o esforço em definir os atores inseridos na relação social existente na cotidianidade da medida socioeducativa de internação, desenvolvo uma exposição descritiva das classificações usualmente mobilizadas pelos funcionários de medida socioeducativa sobre o adolescente encarcerado, a partir de minha pesquisa de campo no qual acesso relatórios e narrativas desses funcionários. É a partir dessa exposição que construí os dois tipos ideias propostos nesta pesquisa, a de *Estruturado* e a de *Recuperável*, para tentar compreender adequadamente as classificações mobilizadas por tais funcionários.

Como interpretação possível para compreender a mobilização dessas categorias, argumento que essas são construídas a partir de diferentes regimes de moralidade que perpassam o cotidiano das instituições de medida socioeducativa de internação, refletindo e construindo o modelo de punição existente. É neste contexto que proponho também dois tipos ideais de funcionários: o *funcionário informado* e o *funcionário não informado*. É este o

contexto que me permite relacionar os achados de minha pesquisa com a argumentação que Garland (1993) desenvolve ao mobilizar alguns trabalhos de Durkheim para construir o que o autor nomeia como uma sociologia da punição.

Ao chegar ao momento final desta pesquisa, ressalto que tentei sugerir algumas características gerais no que tange à rotina de implementação das medidas socioeducativas de internação. Espero que ao pesquisar o grupo de funcionários que atuam em medida socioeducativa de internação, que considero de primordial importância para a execução da mesma, eu tenha conseguido complexificar a questão e, principalmente, iluminar alguns caminhos relacionados à centralidade desses funcionários para o tratamento do adolescente encarcerado enquanto um sujeito de direitos.

Referências Bibliográficas

ABRAMO, Helena. **Cenas juvenis**: punks e darks no espetáculo urbano. São Paulo: Scritta, 1994.

ADORNO, Sérgio. A experiência precoce da punição. In: Martins, José de Souza (coord.). **O massacre dos inocentes**: a criança sem infância no Brasil. São Paulo: Hucitec, 1991.

ALMEIDA, Bruna Gisi M. de. **A experiência da internação entre adolescentes: práticas punitivas e rotinas institucionais**. Dissertação (Mestrado em Sociologia). São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2010.

_____. **“Tudo vai pro relatório”**: uma análise da execução da medida socioeducativa de internação. In: XVI Congresso Brasileiro de Sociologia, Salvador, 2013.

ALMINO, João. **O Segredo e a informação**: ética e política no espaço público. São Paulo: Brasiliense, 1986.

ALVAREZ, Marcos C. **A emergência do Código de Menores de 1927**. Dissertação (Mestrado em Sociologia). São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 1989.

_____. Punição, sociedade e história: algumas reflexões. **MÉTIS**: história & cultura, Caxias do Sul, v. 6, n. 11, p. 93-105, jan./jun. 2007.

_____. A contribuição de David Garland: a sociologia da punição. **Tempo Social, revista de sociologia da USP**, São Paulo, v. 18, n. 1, junho de 2006.

ALVAREZ, Marcos; SCHRITZMEYER, Ana Lucia P.; SALLA, Fernando *et all*. Adolescentes em conflito com a lei: pastas e prontuários do “Complexo do Tatuapé” (São Paulo/ SP, 1990 – 2006). **Revista Adolescência e Conflitualidade**, São Paulo, n. 1, v. 1, p. x-xxxi, 2009.

ALVAREZ, Marcos C.; SALLA, Fernando. **Adolescentes em conflito com a lei**: contribuições de uma pesquisa empírica. Revista Brasileira de Ciências Criminais, São Paulo, v. 94, p. 305-319, 2011.

ALVAREZ, Marcos César; OLIVEIRA, Thiago; VINUTO, Juliana. Gênero e medidas socioeducativas: uma análise das pastas e prontuários do Complexo do Tatuapé (FEBEM-SP, 1990-2006). In: **Seminário De Estudos Prisionais**, IV, 2014. São Bernardo do Campo-SP. Anais...São Bernardo do Campo, 2014.

ARRETCHE, Marta. Uma contribuição para fazermos avaliações menos ingênuas. In: BARREIRA, Maria C. R. N.; CARVALHO, Maria do C. B. (orgs.). **Tendências e Perspectivas na Avaliação de Políticas e Programas Sociais**. São Paulo: IEE/PUC.

ARIÉS, Philippe. **História social da criança e da família**. Rio de Janeiro: LTC, 1981.

BATISTA, Vera Malagutti. **Difíceis ganhos fáceis**: drogas e juventude pobre no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Revan, 2003.

BECKER, Howard. **Uma teoria da ação coletiva**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1977.

_____. **Métodos de pesquisa em ciências sociais**. São Paulo: Hucitec, 1993.

_____. **Outsiders**: estudos de sociologia do desvio. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2008.

BERGER, Peter L. **Perspectivas sociológicas**: uma visão humanística. Petrópolis: Vozes, 1976.

BERGER, Peter L., LUCKMANN, Thomas. **A construção social da realidade**: tratado de sociologia do conhecimento. Petrópolis: Vozes, 2011.

BERNAL, Elaine M. B., **Arquivos do abandono**: experiências de crianças e adolescentes internados em instituições do Serviço Social de Menores de São Paulo (1938-1960). São Paulo: Cortez, 2004.

BERNARD, Russel B. **Research methods in anthropology**: qualitative and quantitative approaches. Lanham, MD: Alta Mira Press, 2005.

BIERNARCKI, Patrick; WALDORF, Dan. Snowball sampling-problems and techniques of chain referral sampling. **Sociological Methods and Research**, vol. 10, n. 2: Novembro de 1981.

BOURDIEU, Pierre. A juventude é apenas uma palavra. In: BOURDIEU, Pierre. **Questões de sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)**, Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990.

_____. **Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase)**, Lei nº 12.594, de 18 de janeiro de 2012.

BRETAN, Maria Emília A. N. **Os múltiplos olhares sobre o adolescente e o ato infracional**: análises e reflexões sobre teses e dissertações da USP e da PUC/SP (1990 - 2006). São Paulo, Dissertação (Mestrado em Direito) Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, 2008.

BRITO, Fábio B. **Ecos da FEBEM**: historia oral de vida de funcionários da fundação Estadual de Bem-Estar do Menor de São Paulo. São Paulo, Dissertação (Mestrado em História Oral) Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2002.

CÂMARA JR., Joaquim M. **Estrutura da Língua Portuguesa**. Petrópolis: Vozes, 1972.

CARVALHO, José J. de. A racionalidade antropológica em face do segredo. In: **Anuário Antropológico**, 1984.

CELLARD, André. A análise documental. In: POUPART, Jean. **A pesquisa qualitativa**: enfoques epistemológicos e metodológicos. Petrópolis: Vozes, 2010.

CÉSAR, Maria Rita de Assis. **A invenção da adolescência no discurso psicopedagógico**. São Paulo: Editora UNESP, 2008.

CICOUREL, Aaron. **The social organization of juvenile justice**. Berkeley: John Wiley & Sons, 1968.

CINTRA, Tatiane P. **O trabalho profissional do assistente social na Fundação Casa de Ribeirão Preto**. Dissertação (Mestrado em Serviço Social). São Paulo, Faculdade de História, Direito, Serviço Social e Relações Internacionais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, 2010.

COHN, Gabriel. Introdução. In: COHN, Gabriel (org.) **Weber**. São Paulo: Editora Ática, 2003.

CORRÊA, Virginia Beatriz Dias. **Ressocializar ou manter a ordem social: dilema dos atores envolvidos na execução e aplicação das medidas socioeducativas privadas de liberdade**. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Porto Alegre, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Pontifícia, Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2007.

DAS, Veena; KLEINMAN, Arthur; RAMPHELE, Manphela *et al.* **Violence and subjectivity**. Califórnia: University of California Press, 2000.

DAS, Veena; POOLE, Deborah (eds.) **Anthropology in the Margins of the State**. Santa Fé, Oxford: School of American Research Press, James Currey, 2004.

DAS, Veena. The signature of the state: o paradox of illegibility. In: **Anthropology in the Margins of the State**. Santa Fé, Oxford: School of American Research Press, James Currey, 2004.

DESLAURIERS, Jean-Pierre e KÉRISIT, Michele. O delineamento da pesquisa qualitativa. In: POUPART, Jean. **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Petrópolis: Vozes, 2008.

DUARTE, Rosália. Entrevistas em pesquisas qualitativas. **Educar em Revista**, n. 24, 2004, pp. 213-225.

DURANTI, Luciana. Registros documentais contemporâneos como provas de ação. In: **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 13, p. 49-54, 1994.

DURKHEIM, Emile e MAUSS, Marcel. Algumas formas primitivas de classificação. In: RODRIGUES, José Albertino (org.). **Durkheim**. São Paulo: Editora Ática, 1995.

FARIAS, Paulo S.; NARCISO, Laércio. **Cadeia de chocolate**: os funcionários da FEBEM falam. São Paulo: Arte & Ciência, 2005.

FELTRAN, G. de S. **Fronteiras de tensão**: um estudo sobre política e violência nas periferias de São Paulo. Tese (Doutorado). Campinas, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Estadual de Campinas – Unicamp, 2008.

FERNANDES, Florestan. **Fundamentos empíricos da explicação sociológica**. São Paulo, Editora Nacional, 1972.

FLICK, Uwe. **Qualidade na pesquisa qualitativa**. Porto Alegre: Artmed, 2009.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I**: a vontade de saber. Rio de Janeiro: Graal, 1999.

_____. **História da sexualidade II**: o uso dos prazeres. Rio de Janeiro: Graal, 1984.

_____. **Vigiar e punir**. Petrópolis: Vozes, 2007

_____. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 2004.

_____. **Segurança, território, população**. São Paulo: Martins fontes, 2008.

FRANCO, Erich Montanar. **Uma casa sem regras**: representações sociais da FEBEM entre seus trabalhadores. Tese (Doutorado em Psicologia). São Paulo, Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, 2008.

FUNDAÇÃO CASA. **Medidas socioeducativas em meio aberto**. São Paulo: Fundação CASA, 2006.

GARLAND, David. **Punishment and Modern Society**: a study in social theory. Oxford: Oxford University Press, 1993.

GASTALDO, Édison (org.). **Erving Goffman**: desbravador do cotidiano. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2004.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

GOFFMAN, Erving. The interaction order. **American Sociological Review**, v. 48, p. 1-17, 1983.

_____. **A representação do eu na vida cotidiana**. Petrópolis: Vozes, 2009.

_____. **Manicômios, prisões e conventos**. São Paulo: Perspectiva, 2010.

_____. **Comportamento em lugares públicos**: notas sobre a organização social dos ajuntamentos. Petrópolis: Vozes, 2010.

_____. **Estigma**: notas sobre a manipulação de identidade deteriorada. Rio de Janeiro: Zahar editores, 2012.

_____. **Os quadros da experiência social: uma perspectiva de análise**. Petrópolis: Vozes, 2012.

GOMES, Geisa R. **Práticas de socioeducação à luz da Justiça Restaurativa**: potencialização de mudanças? Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2013.

GRAHAM, Mark. Emotional Bureaucracies: Emotions, Civil Servants, and Immigrants in the Swedish Welfare State. **Ethos**, V. 30, N. 3, p. 199-226, setembro de 2002.

HERNANDES, Silvia Coelho. **Mãos para trás e cabeça baixa**: tipologia documental dos prontuários das crianças e adolescentes internos da Febem/SP (1938-2004). Dissertação (Mestrado em História social). São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2005.

LIPSKY, Michael. **Street-level bureaucracy**: dilemmas of the individual in public services. Nova York: Russell Sage Foundation, 1983.

LONDOÑO, Fernando Torres. A Origem do Conceito Menor. In PRIORE, Mary del (org.). **História da Criança no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1991.

LOTTA, Gabriela S. **Implementação de Políticas Públicas**: o impacto dos fatores relacionais e organizacionais sobre a atuação dos Burocratas de Nível de Rua no Programa Saúde da Família. Tese (Doutorado em Ciência Política). São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2010.

LOTTA, Gabriela S.; PAVEZ, Thaís R. Agentes de implementação: mediação, dinâmicas e estruturas relacionais. **Cadernos Gestão Pública e Cidadania**, São Paulo, v. 15, n. 56, p. 109-125, 2010.

LYRA, Diogo. **A república dos meninos**: juventude, tráfico e virtude. Rio de Janeiro: Mauad/FAPERJ, 2013.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. Os circuitos dos jovens urbanos. **Tempo Social, a revista de sociologia da USP**. São Paulo, v.17, n. 2, Nov. 2005.

MAIA, Maria C. G. **Instâncias de Subjetivação em Relatórios sobre Adolescentes Infratores**. Tese (Doutorado em Estudos Linguísticos) – Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2006.

MARTINS, José de Souza. O senso comum e a vida cotidiana. **Revista Tempo Social**, São Paulo, n. 10, v. 01, maio de 1998.

MARTINS, Heloisa H. T. de S. Metodologia qualitativa de pesquisa. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v.30, n.2, p. 289-300, maio-agosto, 2004.

MARZOCHI, Andréa S. **Professores na Fundação CASA**: condições e relações de trabalho. Monografia de Conclusão de Curso (Licenciatura em Pedagogia) - Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2009.

MATSUDA, Fernanda E. **A medida da maldade**: periculosidade e controle social no Brasil. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

MAY, Tim. **Pesquisa social**: questões, métodos e processos. Porto Alegre, RS: Artmed, 2004.

MÉNDEZ, E. G. Evolución histórica del derecho de la infancia. In: ILANUD; SEDH; ABMP; UNFPA. **Justiça, adolescente e ato infracional**: socioeducação e responsabilização. São Paulo: Ilanud, 2006.

MIRAGLIA, Paula. **Rituais de violência**: a FEBEM como espaço do medo em São Paulo. Dissertação (Mestrado em Antropologia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

MINAYO, Maria C. de S. O desafio da pesquisa social. In: MINAYO, Maria C. de S. (org). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 2007.

MISSE, Michel. **Malandros, marginais e vagabundos e a acumulação social da violência no Rio de Janeiro**. Tese (Doutorado em Sociologia). Rio de Janeiro, Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, 1999.

_____. Notas sobre a sujeição criminal de crianças e adolescentes. In: PAIVA, Vanilza; SENTO-SÉ, João Trajano (orgs). **Juventude em conflito com a lei**. Rio de Janeiro: Garamond, 2007.

_____. Sobre a construção social do crime no Brasil: esboços de uma interpretação. In: MISSE, Michel (org). **Acusados e acusadores**: estudos sobre ofensas, acusações e incriminações. Rio de Janeiro: Revan, 2008.

MALLART, Fábio. **Cadeias dominadas**: A Fundação CASA, suas dinâmicas e as trajetórias de jovens internos. São Paulo: Terceiro Nome, 2014.

NERI, Natasha E. **Tirando a cadeia dimenor**: a experiência da internação e as narrativas de jovens em conflito com a lei no Rio de Janeiro. Dissertação

(Mestrado em Sociologia). Rio de Janeiro, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2009.

OLIC, Maurício B. A casa está na mão de quem? Hierarquia e relações de poder no interior de Unidades de Internação destinadas a jovens infratores. In: **Revista Cadernos de Campo**, São Paulo, n. 18, p. 1-352, 2009.

_____. Entre os dispositivos e as disposições: relações de poder em tempos de Fundação CASA. In: Ponto Urbe: revista do núcleo de antropologia da USP, v. 1, p. 1-30, 2013.

OLIVEIRA, Antonio. **Burocratas da linha de frente**: executores e fazedores das políticas públicas. Revista de Administração Pública, Rio de Janeiro v. 46, n. 6, 1551-73, novembro-dezembro, 2012.

PAULA, Liana de. **A família e as medidas socioeducativas**: a inserção da família na socioeducação dos adolescentes autores de ato infracional. Dissertação (Mestrado em Sociologia). São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2004.

_____. **Liberdade assistida**: punição e cidadania na cidade de São Paulo. Tese (Doutorado em Sociologia). São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2011.

PERALVA, Angelina. O jovem como modelo cultural. **Revista Brasileira de Educação**. São Paulo, n. 6-7, maio-dezembro, 1997.

PORTO, Maria S. G. **Sociologia da violência**: do conceito às representações sociais. Brasília: Francis, 2010.

POUPART, Jean; DESLAURIERS, Jean-Pierre, *et al.* **A pesquisa qualitativa**: enfoques epistemológicos e metodológicos. Petrópolis: Vozes, 2010.

POUPART, Jean. A entrevista de tipo qualitativo: considerações epistemológicas, teóricas e metodológicas. In: **A pesquisa qualitativa**: enfoques epistemológicos e metodológicos. Petrópolis: Vozes, 2010.

RODRIGUES, Gutemberg A. **Os filhos do mundo**: a face oculta da menoridade (1964-1979). São Paulo: IBCCrim, 2001.

_____. **As tramas do cárcere**: a institucionalização de crianças, jovens e adultos (1979-1992). Tese (Doutorado em História). São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2005.

SALLA, Fernando. **As Prisões em São Paulo**: 1822-1940. São Paulo: Annablume, Fapesp, 1999.

SARAIVA, João Batista Costa. **Adolescente em conflito com a lei**: da indiferença à proteção integral – uma abordagem sobre a responsabilidade penal juvenil. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2003.

SCHLITTNER, Maria Carolina. **No crime e na medida**: Uma etnografia do Programa de Medidas Socioeducativas em meio aberto do Salesianos de São Carlos. Dissertação (Mestrado em Sociologia). São Paulo, Faculdade de Ciências e Letras, Universidade do estado de São Paulo, 2011.

SCHRITZMEYER, Ana Lúcia P. **Jogo, ritual e teatro**: um estudo antropológico do Tribunal do Júri. São Paulo: Terceiro Nome, 2012.

SCHUCH, Patrice. **Práticas de Justiça**: Uma Etnografia do “Campo de Atenção ao Adolescente Infrator” no Rio Grande do Sul, depois do Estatuto da Criança e do Adolescente. Tese (Doutorado em antropologia) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2005.

SILVA, Roberto da. **A trajetória de institucionalização de uma geração de ex-menores**: o processo de constituição da identidade delinquente em crianças órfãs e abandonadas. Dissertação (Mestrado em Educação). São Paulo, Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, 1996.

_____. **A eficácia sócio-pedagógica da pena de privação da liberdade**. Tese (Doutorado em Educação). São Paulo, Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, 2001.

SIMMEL, Georg. A natureza sociológica do conflito. In Moraes Filho, Evaristo (org.), **Simmel**, São Paulo, Ática, 1983.

_____. A sociologia do segredo e das sociedades secretas. In: **Revista de Ciências Humanas**, Florianópolis, EDUFSC, v. 43, n. 1, p. 219-242, Abril de 2009.

SPOSITO, Marília P. A sociabilidade juvenil e a rua: novos conflitos e ação coletiva na cidade. **Revista Tempo Social**, São Paulo, v. 5, n.1-2, 161-178, 1993.

STRAUSS, Anselm. **Espelhos e máscaras**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1999.

STRAUSS, Anselm; CORBIN, Juliet. **Pesquisa qualitativa: técnicas e procedimentos para o desenvolvimento de teoria fundamentada**. Porto Alegre: Artmed, 2008.

TAETS-SILVA, Adriana R. F. **Abrindo e fechando celas: narrativas, experiências e identidades de agentes de segurança penitenciária femininas**. Dissertação (Mestrado em Antropologia). São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2012.

TAVARES, Elizabeth. **O trabalho dos monitores da FEBEM**. São Paulo: FUNDACENTRO, 2008.

THOMAS, William I. **The unadjusted girl: with cases and standpoint for behavior analysis**. Boston: Little, Brown, and Company, 1923.

THOMAS, William I; Thomas, Dorothy. **The Child in American**, Nova Iorque, Knopf, 1929.

TOLEDO, George Wilton. **A delinquência juvenil no Estado de São Paulo: característica, frequência, evolução e tendências observadas entre os anos de 1950, 1960, 1979, 1985, 1995, 2000, 2001 e 2002**. Dissertação (Mestrado em Psicologia). São Paulo, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, 2006.

VELHO, Gilberto. **Desvio e divergência**: uma crítica da patologia social. Rio de Janeiro: Zahar, 1977.

_____. **Individualismo e cultura**: notas para uma antropologia da sociedade contemporânea. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1999.

VICENTIN, Maria C. G. **A vida em rebelião**: jovens em conflito com a lei. São Paulo: Hucitec/Fapesp, 2005.

VINUTO, Juliana. Representações sociais sobre a família do adolescente em conflito com a lei: a lei e suas ressignificações. **Cadernos de campo**, São Paulo, n. 22, p. 325-335, 2013.

WEBER, M. **Economia e sociedade**. Brasília: Imprensa Oficial/ Universidade de Brasília, v. 1, 1999.

_____. Os fundamentos da organização burocrática: uma construção do tipo ideal. In: CAMPOS, Edmundo (org.). **Sociologia da burocracia**. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1978.

WERNECK, Alexandre. Sociologia da moral como sociologia da agência. **Revista Brasileira de Sociologia da Emoção**, v. 12, n. 36, pp. 704-718, Dezembro de 2013.

WHYTE, William F. **Sociedade de esquina**: a estrutura social de uma área urbana pobre e degradada. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

ZALUAR, Alba. **A máquina e a revolta**: as organizações populares e o significado da pobreza. São Paulo: Brasiliense, 1994.

Anexo 1:**Brasileiro bonzinho?****(Lya Luft. Revista Veja, 24 de abril de 2013. Adaptado)**

Tempos atrás, num programa cômico de televisão, uma jovem americana radicada no Brasil, a cada comentário sobre violência ou malandragem neste país, pronunciava com muita graça: “Brasileiro bonzinho!”. E a gente se divertia. Hoje nos sentiríamos insultados, pois não somos bonzinhos nem sequer civilizados. O crime se tornou banal, a vida vale quase nada. Ser assaltado é quase natural – não só em bairros ditos perigosos ou nas grandes cidades, mas também no interior se perdeu a velha noção de bucolismo e segurança.

Em São Paulo, só para dar um exemplo, os arrastões são tão comuns que em alguns restaurantes o cliente é recebido por dois ou quatro seguranças fortemente armados, com colete à prova de bala, que o acompanham olhando para os lados – atentos como em séries criminais americanas. Quem, nessas condições, ainda se arrisca a esta coisa tão normal e divertida, comer fora?

Pessoas inocentes são chacinadas: vemos protestos, manifestações e choro, mas nada compensará o desespero das famílias ou pessoas destroçadas, cujo número não para de crescer. Morar em casa é considerado loucura, a não ser em alguns condomínios, e mesmo nesses o crime controla o porteiro, entra, rouba, maltrata, mata. Recomenda-se que moremos em edifícios: “mais seguros”, seria a ideia. Mas mesmo nos edifícios, nem pensar, a não ser com boa portaria, com porteiros preparados e instruídos para proteger dentro do possível nossos lares agora precários.

Somos uma geração assustada, confinada, gradeada – parece sonho que há não tanto tempo fosse natural morar em casa, a casa não ter cerca, a meninada brincar na calçada; e não morávamos em ilhas longínquas de continentes remotos, mas aqui mesmo, em bairros de cidades normais. Éramos

gente “normal”. Continua valendo a inacreditável lei de responsabilidade criminal só depois dos 18 anos. Jovens monstros, assassinos frios, sem remorso, drogados ou simplesmente psicopatas saem para matar e depois vão beber no bar, jogar na lan house, curtir o Facebook, com cara de bons meninos. Estamos em incrível atraso em relação a países civilizados. No Canadá, Holanda e outros, a idade limite é de 12 anos. No Brasil, assassinos de 17 anos, 11 meses e 29 dias são considerados incapazes... Estamos indefesos e apavorados.